



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ANDREIA VIRGINIA DA SILVA

**PLANO DIRETOR NA PEQUENA CIDADE DE
JATAIZINHO/PR: HABITAÇÃO E ASPECTOS
SOCIOAMBIENTAIS**

ANDREIA VIRGINIA DA SILVA

**PLANO DIRETOR NA PEQUENA CIDADE DE
JATAIZINHO/PR: HABITAÇÃO E ASPECTOS
SOCIOAMBIENTAIS**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação (mestrado/doutorado) em Geografia junto à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Léia Aparecida Veiga

Londrina
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

SILVA, Andreia Virginia da.

Plano Diretor na Pequena cidade de Jataizinho/PR : habitação e aspectos socioambientais / Andreia Virginia da SILVA. - Londrina, 2023.
102 f. : il.

Orientador: Léia Aparecida Veiga.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2023.
Inclui bibliografia.

1. Jataizinho/PR - Tese. 2. Moradias precárias - Tese. 3. Instrumentos de planejamento urbano - Tese. 4. Problemas socioambientais - Tese. I. Veiga, Léia Aparecida . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

ANDREIA VIRGINIA DA SILVA

**PLANO DIRETOR NA PEQUENA CIDADE DE JATAIZINHO/PR:
HABITAÇÃO E ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação (mestrado/doutorado) em Geografia junto à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Orientadora. Léia Aparecida Veiga
Universidade Estadual de Londrina –
UEL

Prof. membro interno. Marciel Lohmann
Universidade Estadual de Londrina –
UEL

Prof. Membro externo. Márcio Ornat
Universidade Estadual de Ponta Grossa –
UEPG

Londrina, 17 de março de 2023.

AGRADECIMENTO

No âmbito dessa pesquisa inúmeros sujeitos sociais foram importantíssimos em diferentes momentos. Agradeço...

À minha orientadora Léia A. Veiga, que me acompanhou durante essa trajetória, tenho certeza que se não fosse por ela, possivelmente não estaria aqui. Durante o período do mestrado passei por vários momentos de dificuldades relacionadas, sobretudo, a saúde de minha mãe, pois como filha dediquei-me a cuidar dela, e a Léia sempre me ajudando, me dando força, sendo muito mais que orientadora, mas, demonstrando ser um ser humano incrível que priva pelo bem estar do próximo. Obrigada por sua generosidade, e por me oportunizar dividir tantos momentos com você!

À Clarissa Massi, que hoje chamo de amiga por me fazer olhar para as possibilidades dos estudos na Geografia de forma atenciosa! Você me fez dar o primeiro passo, jamais me esquecerei!

À minha diretora Sônia que não mediu esforços para possibilitar que eu conseguisse assistir as aulas quando essas se iniciaram em 2020 em plena pandemia, me apoiando e vibrando com a conquista.

À Marlei e Inalda que me motivaram a sempre seguir em frente, e ainda contribuíram com partes da pesquisa sempre me colocando no caminho certo e me estendendo as mãos nos momentos dificuldades, inclusive nos pessoais. Inalda inclusive me acompanhou na primeira visita ao morador da ocupação Bela Vista, onde pude ouvir as histórias e ainda propiciar momentos de lembranças repletas de respeito e gratidão. Marlei, você ainda em toda sua generosidade me deu presentes, fez da sua família minha família, me presenteou, sobretudo, com a Ana Paula e hoje todos me abraçam e me acolhem, como não as mencionar quando nos momentos de cansaço sempre ouvi: “vem aqui um pouco amiga, descansa, amanhã e outro dia!” Vocês foram mulheres que me marcaram nesse processo e os tornaram ainda mais significativos porque demonstram que apesar de muitas vezes os companheiros de trabalho não passarem de trabalho em alguns casos lindos essa regra não se aplica.

À minha equipe gestora, formada pela minha coordenadora Cátia e pelo meu secretário João. Vocês não imaginam o quanto são importantes e o quanto sou grata por suportarem não apenas a gestora, mas a acadêmica, a mulher! Cátia lembra-se

daquele dia horrível que descobrimos o tumor no pâncreas de minha mãe que você simplesmente parou e orou por mim e para nós, naquele dia senti muita paz e muito amor, além da certeza de que Deus sempre nos abençoa com seres humanos iluminados! Você e o João são abençoados e tornam meus dias leves.

Ao meu grande amigo Estevan, um presente da nossa Isis, que ao escolhê-lo como parceiro nos deu um amigo que com seus conhecimentos puderam estar presentes não em um momento, mas em dois momentos de sofrimento que me fizeram pausar o mestrado e cuidar dos meus. Obrigada meus amigos, pois estar presente nas alegrias, é fácil, mas na dor e no sofrimento é para poucos generosos. Vocês foram incríveis, vocês são incríveis! Ah, e Estevan, sou sim a amiga da Isis, mas sou grata a ela por ter você em nossas vidas. Isis amiga, vocês me deram alguns outros presentes que posso chamar de amigos, Karen, Jeh, Carol, Paulinho vocês têm sido incríveis e como sempre digo é bom poder contar com cada um de vocês!

À Amiga Amanda, como não mencionar você e sua acolhida, amor e carinho de sempre... você tem sido mais que uma grande confidente, e apesar das ausências sempre nós olhamos com o mesmo carinho e respeito de quem se viu ontem à noite, obrigada por tudo.

Perpassando amigos, ou melhor, amigas, tenho uma galera fiel que me acompanham há anos, e começou pela minha comadre, que para além da amizade me deu um lindo presente nosso José Pedro, amiga Carine, como disse um dia você me salvou, me fez parar de cavar um poço fundo e sem luz, e dividiu comigo a Mari, Tati, Érica, Fofa, Bruna, Nega, Jaqueline, Josi, Edi, Luciano, sua família, me concebendo uma mãe preta, e um pai bem bravo, mas que no fundo tem um coração amoroso. Amo vocês.

À amiga Andressa, obrigada por estar comigo no dia do resultado do mestrado dividindo anseios e conhecimento até os dias de hoje você é uma pessoa maravilhosa!

Antes de agradecer farei agora uma pausa para me desculpar, peço desculpa, principalmente para minha filha Rafaela, pelas vezes que não há ouvi porque estava concentrada, ou quando não pude atender seus pedidos por estar ocupadas, enfim filha, passamos por momentos de muita dificuldade mas, o importante é que seguimos juntas e sou grata pela pessoa que se tornou, por seguir meus caminhos profissionais mesmo quando não há motivei por medo de estar fazendo algo apenas porque me deixaria feliz e orgulhosa, e claro deixou você já é uma professora espetacular, te

amo, você é a razão pela qual estou aqui seguindo em frente. E falando de estar aqui, mãe e pai, parece clichê, mas é um fato biológico, sem vocês não existiria, mas para além da biologia, sem vocês não seria essa mulher que redige esses agradecimentos, que saiu do sítio Leão e trilhou esse caminho universitário, obrigada pelo apoio, por acreditarem em mim, obrigada mãe por ter lutado pela vida e pai obrigada por ser forte e nos sustentar e cuidar da nossa mãe, amo vocês, assim como amo meus avós Adelina e Abilio que choram de alegria a cada conquista e quando olho para vocês sinto todo amor do mundo.

Aos meus irmãos Angelica e Guilherme, vocês que as vezes dizem que sou louca por estudar tanto, obrigada por apoiar as loucuras e por me darem esses sobrinhos lindos, Igor, Manu e João, vocês são parte da minha vida. E meus “cunhas”, Fabiano e Tati obrigada por suportarem esses dois ai e serem companheiros incríveis, vocês foram escolhidos por Deus para fazerem parte de nossa família.

Aos professores do PPGEIO posso dizer sem nenhuma dúvida que além de conhecimento me deram a oportunidade de refletir conceitos que pareciam estar consolidados, e professora Jeani, espero um dia como você disse ser uma “ótima professora de Geografia Urbana”. E por aqui agradeço mais uma vez a professora Roberta que com a pedagogia me fez olhar para a geografia com o devido olhar de professora e professores transformam, espero poder algum dia ser lembrada por transformar a vida de alguém. Enfim a todos os meus mestres desde o ensino fundamental na Escola Rural Municipal Nossa Senhora das Graças vocês contribuíram para quem sou hoje, Gratidão.

À todos que de forma direta, indireta, atravessada ou obrigada contribuíram com esse processo de construção de conhecimento, além é claro daqueles que deram vida a essa pesquisa, das vozes dos moradores de Jataizinho/PR que de forma generosa dividiram conosco suas histórias. Falando em dividir agradeço de forma especial os diretores tanto da gestão anterior quanto dessa Adriano e Willian por dividirem comigo seus conhecimentos sobre a construção do PDM e toda a conjuntura envolta a ele. Menciono ainda o coordenador da Defesa civil Rodolfo que foi um grande parceiro na construção dos conhecimentos no que tange os embates da defesa civil.

Aos professores da banca examinadora, prof. Dr. Marciel Lohmann/UEL, prof. Dr. Marcio Ornat/UEPG e o prof. Pedro Fernandes/UENP que participou da qualificação, não há dúvida que as contribuições de vocês agregaram conhecimento a pesquisa

obrigada por dedicarem o tempo de vocês a leitura e apontamentos!

E quase finalizando, registro aqui minha gratidão a minha Cris e minha Amora, que sem nenhuma dúvida fazem parte dos meus dias, da minha vida e são mulheres que amo e respeito por tudo que construíram e por dividirem comigo seus momentos, suas famílias e suas vidas...

Por fim agradeço aos meus companheiros de trabalhos que sempre demonstraram acreditar em mim, assim como os colegas da faculdade que ficaram para a vida, Aline, Wagner, Josi, Lene... e claro registro finalmente a gratidão e a paciência de amigos e familiares em especial cito meus primos Fer e Rafa que sempre me apoiam e a Fer que no último minuto do segundo tempo lembrou da Luisa que me ajudou com seus conhecimentos de língua inglesa!

Peço desculpa se faltou alguém, graças a Deus tenho muitos a agradecer, e de forma muito especial que expresso gratidão a minha filha Rafaela e a todos que vibraram com a conquista e suportaram as frustrações e dificuldades, vocês foram meu alicerce. E falando em alicerce, sempre estive o mais próxima possível de uma força maior que nos move nesse universo de mistério e fé, não tenho dúvida que Jesus me sustentou e colocou Anjos em minha vida, iluminou meu coração e me concedeu sabedoria para seguir em frente, e quando digo Anjos penso naqueles que estiveram comigo desde sempre, ou aqueles que passaram por mim, a vocês seres de luz, todo meu carinho, gratidão e respeito.

*Aos outros dou o direito de ser como são,
a mim dou o dever de ser cada dia melhor.
(Chico Xavier)*

RESUMO

SILVA, Andreia Virginia da. **Plano Diretor na Pequena cidade de Jataizinho/PR: habitação e aspectos socioambientais**. 2023. 102. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado/doutorado), Centro de Ciências Exatas/CCE, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

A presente pesquisa abraçou a revisão do Plano Diretor Municipal enquanto instrumento para viabilizar ações direcionadas para problemas socioambientais e enfrentamento da falta de moradia social em pequenas cidades. O recorte espacial foi a pequena cidade de Jataizinho/PR, nas porções das favelas do Bairro Bela Vista e Recanto dos Humildes, objetivando analisar a questão da habitação social na pequena cidade de Jataizinho, tendo por base os dois últimos Planos Diretores Municipais e a vivência de famílias que se encontravam nas referidas áreas até 2022. Especificamente, buscou-se discutir teoricamente sobre a produção do espaço urbano e as pequenas cidades, destacando como os planos diretores de 2007 e 2023 de Jataizinho/PR contemplaram a problemática habitacional e socioambiental, bem como discutir as condições de vida nas favelas, ouvindo os agentes produtores do espaço social, nesse caso o grupo de excluídos que sem ter acesso a políticas públicas de habitação tem ocupado áreas irregulares do ponto de vista da propriedade da terra. Para tanto, inspirada em conceitos discutidos por Marx, a pesquisadora realizou uma pesquisa do tipo qualitativa, com as seguintes técnicas de pesquisa: observação simples, entrevista semiestruturada e registro fotográfico. Com a pesquisa verificou-se que em Jataizinho havia até 2023 03 favelas com famílias vivendo em situações precárias em uma situação de vulnerabilidade socioambiental, e outra quarta favela estava iniciando. Conclui-se que a questão da habitação tem ocorrido também nas pequenas cidades, sendo necessário que a gestão assuma seu papel no processo de construir e implementar políticas públicas de habitação de interesse social que possam atender essas famílias e fazer cumprir o direito à cidade.

Palavras-chave: Jataizinho/PR; Moradias precárias; Instrumentos de planejamento urbano; Problemas socioambientais; Direito à cidade.

ABSTRACT

SILVA, Andreia Virgínia da. Development Plan in the Research in the small city of Jataizinho/PR: habilitation and social ambiental aspects. 2023. 102. Dissertation (Master's degree in Geography), Postgraduate Program in Geography (Masters/PhD), Center of Exact Sciences, Estadual University of Londrina, Londrina 2023.

The present research embraced the review of the Municipal Development Plan as an instrument to enable targeted actions for social-environmental problems and facing social homelessness in small cities. The spatial area was the small city of Jataizinho/PR, in the portion of the slums of the neighborhood Bela Vista and Recantos dos Humildes, in order to analyze the question of social habitation in the small city of Jataizinho, based on the last two Development Plans and the experience of the families which lived in the area until 2022. Specifically, we aimed to discuss theoretically the production of urban space and small cities, highlighting how the Development plans of 2007 and 2023 of Jataizinho/PR contemplated the housing and social-environmental problems as well as discuss the living conditions in slums, hearing from producer agents of the social space, in this case, the group of excluded people, which does not have access of public housing and socio-environmental policies that has been occupying irregular areas in the point of view of land ownership. For this purpose, inspired by concepts discussed by Marx, the researcher realized qualitative research with the following research techniques: simple observation, semi-structured interview, and photograph register. The investigation verified that in Jataizinho, until 2023, there were 03 slums with families living in precarious situations in a social-environmental vulnerability, and a fourth slum was brewing. It was concluded that the housing question has occurred in small cities too, and it is necessary that the management assume its paper in building and implementing housing public policies of social interest that could serve these families and comply with the law

Key-words: Jataizinho/PR; Precarious housing; Urban planning instruments; Socio-environmental problems; Right to the city.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização do município de Jataizinho/PR	17
Figura 2	Brasil: municípios por número de habitantes, 2010	33
Figura 3	Em destaque os municípios da Região Metropolitana de Londrina/PR até o ano de 2018	37
Figura 4	Em destaque vista parcial da área urbana da cidade de Jataizinho/PR, 2019	43
Figura 5	Porção da Vila Pavão e da Família Striguer em 2011 segundo o PLHIS	46
Figura 6	Porção da Vila Pavão e da Família Striguer em 2022	46
Figura 7	Em destaque a expansão urbana de Jataizinho da área central para periferia	48
Figura 8	Vista parcial da inundação na Rua Tibagi próxima ao Ribeirão Jataizinho, destaque queda do muro do Ginásio de Esportes em 2012	60
Figura 9	Espacialização da rede de drenagem e pavimentação de Jataizinho/PR, 2007	63
Figura 10	Localização das favelas em Jataizinho, 2023	75
Figura 11	Nascente Localizada na Área do Recanto dos Humildes	79
Figura 12	Área localizada próxima a nascente que deverá ser construída de acordo com determinação judicial.	79
Figura 13	Rua Celso da Silveira em 02 de fevereiro de 2023	85

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 01	População Total urbana das pequenas cidades da Região Metropolitana de Londrina até 2010	38
Tabela 02	PIB da RML por setores econômicos segundo o IBGE, 2013	39
Tabela 03	Expansão Urbana com base na data de Aprovação e Criação dos Conjuntos Habitacionais criados em Jataizinho/PR	47
Tabela 04	Descrição Cronológica de Problemas Ambientais segundo a Defesa Civil	58
Tabela 05	Descrição das áreas afetadas em Jataizinho de 2013 a 2021.	61
Quadro 1	Comparativo PDM 2007/2023 em relação a Política de Proteção e Preservação Ambiental	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PEA	População Economicamente Ativa
RML	Região Metropolitana De Londrina
PIB	Produto Interno Bruto
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social
PMD	Plano Diretor Municipal
PLHIS	Plano Local Habitacional de Interesse Social
COHAPAR	Companhia Habitacional do Paraná
APES	Agente Produtor do Espaço Social
SINPDEC	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
FIDE	Formulário de Informações de Desastre
APP	Área de Preservação Permanente
COBRADE	Classificação e Codificação Brasileira de Desastres
CREP	Centro para Pesquisa sobre Epidemiologia de Desastre
OMS	Organização Mundial da Saúde
EM – DAT	Banco de Dados Internacionais de Desastres
REURB	Regularização Fundiária Urbana
ICMS	Imposto
UEL	Universidade Estadual de Londrina
EMAU	Escritório Modelo de Arquitetura da UEL
DER	Departamento de Estrada e Rodagem
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
SAAE	Serviço de Abastecimento Água e Esgoto

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	CONSIDERAÇÕES SOBRE PEQUENA CIDADE NA PERSPECTIVA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	22
1.1	A CIDADE COMO UM PRODUTO HISTÓRICO E SOCIAL	22
1.2	ESTUDOS GEOGRÁFICOS SOBRE PEQUENAS CIDADES	32
1.3	AS PEQUENAS CIDADES NA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA	36
2	JATAIZINHO: GÊNESE, EXPANSÃO URBANA E QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL	42
2.1	DA GÊNESE A EXPANSÃO URBANA DE JATAIZINHO	42
2.2	AS ÁREAS DE VULNERABILIDADE E/OU RISCO EM JATAIZINHO	51
3	POLÍTICAS HABITACIONAIS E AMBIENTAIS EM JATAIZINHO: PLANO DIRETOR VERSUS A REALIDADE DAS FAVELAS	66
3.1	OS PLANOS DIRETORES DE 2007 E 2020 DE JATAIZINHO: A POLÍTICA HABITACIONAL E AMBIENTAL	66
3.2	CARACTERIZAÇÃO DAS FAVELAS DE JATAIZINHO	74
3.3	A VIVÊNCIA DOS SUJEITOS SOCIAIS NAS FAVELAS EM JATAIZINHO/PR	81
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	96

INTRODUÇÃO

O plano diretor municipal (PDM), desde a criação da lei do Estatuto da Cidade desde 2001, tem sido repensado enquanto um instrumento democrático no planejamento urbano municipal e amplamente produzido nos mais diversos municípios do país.

O Paraná, em virtude da obrigatoriedade de elaboração do PDM para todas as cidades com população acima de 20.000 habitantes e para as turísticas, tem se destacado entre os estados com maior quantidade de municípios com PDMs. Importa destacar que cidades com população inferior a esse mínimo estipulado pela lei estadual também tem produzido planos PDMs, como no caso de Jataizinho, localizada no Norte do Paraná, recorte espacial dessa pesquisa cuja temática envolveu a questão da habitação e os problemas socioambientais em pequenas cidades.

Essa pequena cidade é parte da Região Metropolitana de Londrina conforme Lei Estadual Complementar n. 81 no ano de 1998. Jataizinho foi elevada a distrito sede do município em 1947¹ com seu sítio urbano original localizado nas margens do rio Tibagi (figura 1), tendo como principais vias de acesso terrestre as rodovias PR 443, PR 090 e a BR 369.

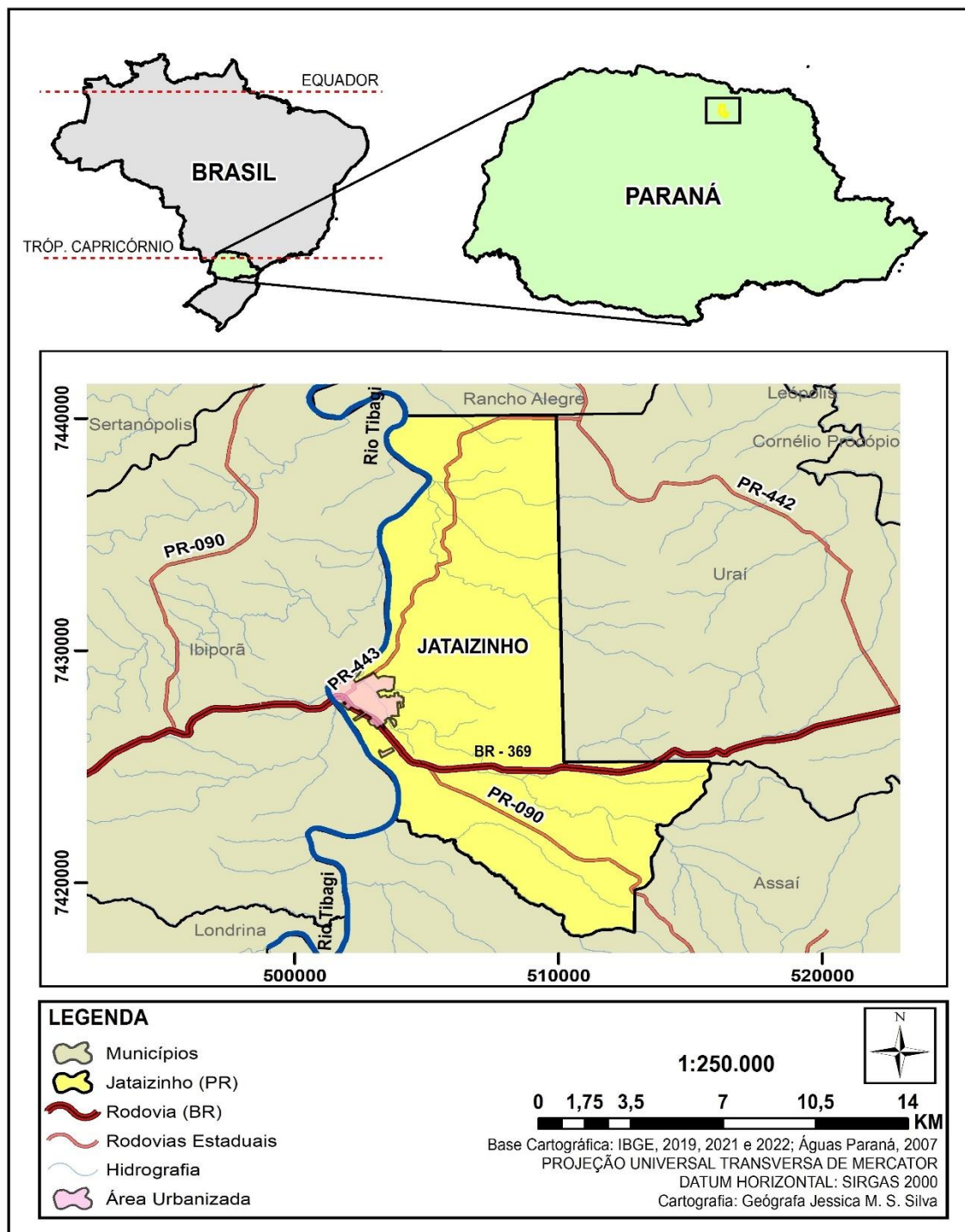
Jataizinho, até a década de 1960 apresentava como principal atividade econômica a indústria oleira (KASUKUO, 1980) e a cafeicultura (RESI, 1981; STIER, 1988). A partir das décadas de 1960 e 1970 assim como ocorreu em todo o Norte do Paraná, apresentou “[...] mudanças estruturais e conjunturais que acarretaram o sucessivo declínio dessas atividades” (OLIVEIRA, 2017, p. 13).

Reis (1981) e Nogueira (2005) apontam os principais fatores que contribuíram para o declínio das atividades econômicas em Jataizinho a partir da década de 1960/1970/1980, sendo: a modernização conservadora no campo ocorrida no Norte paranaense, a construção da usina de Capivara com inundação de porções de terras que causou perdas agrícolas e comprometeu 70% dos barreiros de extração de argila (ESTIER, 2004), os baixos níveis tecnológicos das olarias locais frente ao avanço das indústrias do setor no país e, por fim, as alterações na indústria da construção civil (inserção de novos produtos) e nas legislações ambientais (exigências em relação a

¹ No período anterior a 1947, a ocupação da porção e o marco histórico para a gênese de Jataizinho encontram-se no processo de formação da colônia militar de Jatahy e do aldeamento de São Pedro de Alcântara (REIS, 1988).

extração de recursos minerais).

Figura 1. Localização do município de Jataizinho/PR



Fonte: IBGE, 2019. Organizado e elaborado por: Jéssica M. S. Silva, 2023.

As perdas não ficaram restritas as principais atividades econômicas (substituição da cafeicultura pela soja, fechamento da empresa beneficiadora de

algodão e de inúmeras olarias), ao passo que também abrangeu as demais atividades urbanas, impactando assim o mercado de trabalho e a dinâmica populacional local, com esvaziamento populacional que passou de 18.194 em 1960 para 9.551 habitantes em 1980 no município (REIS, 1981; NOGUEIRA, 2005; OLIVEIRA, 2017).

Em se tratando dos trabalhadores, aqueles que permaneceram na cidade, frente à redução da oferta de empregos nos anos seguintes a 1980, muitos passaram a buscar trabalho em cidades vizinhas, em particular em Londrina. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2010 a população economicamente ativa (PEA) era de 5.411 pessoas e o índice de desemprego era de 6,56% (IBGE, 2010). E dentre a população economicamente ativa, 33,9% realizava em 2010 o deslocamento para o trabalho em outras cidades (IBGE, 2010) próximas a Jataizinho. Ou seja, aproximadamente 1835 trabalhadores estavam trabalhando fora de Jataizinho.

Além de impulsionar o deslocamento pendular de trabalhadores, a baixa oferta de emprego, principalmente nas atividades de cerâmicas que era composta majoritariamente por trabalhadores de baixa renda (STIER, 2004), dificultou o acesso a moradia, resultando na fixação desses trabalhadores em porções periféricas ao centro (CASAGRANDE; CALVENTE, 2004) e em áreas irregulares² públicas e privadas.

Direcionando o olhar para as áreas de moradias precárias na pequena cidade de Jataizinho, as quais assim como em outras cidades são resultados de acordo com o Estatuto das Cidades (2008) de urbanização desordenada que pressupõe ausência de planejamento, podendo remeter ainda a questões imobiliárias uma vez que de forma geral essas áreas não despertam interesse. Entenderemos essas ocupações enquanto áreas construídas sem planejamento e com forte carência habitacional que se materializam no espaço urbano frente a forte segregação socioespacial presente nas cidades capitalistas, sendo nomeadas de favelas.

A primeira porção de moradia precária de Jataizinho foi constituída na década de 1980, na direção nordeste tendo como ponto de partida o centro da cidade, em uma área pública com a denominação de Vila Pavão (JATAIZINHO, 2011).

Ainda na década de 1990, com a falência da Cerâmica Bela Vista, ex-funcionários que não receberam seus direitos trabalhistas ao ficarem desempregados,

² Áreas irregulares do ponto de vista da propriedade da terra urbana. As famílias sem poder aquisitivo passaram a ocupar áreas próximas a córregos urbanos ou lotes para construir suas moradias, formando favelas.

entraram na justiça para receberem seus direitos trabalhistas e concomitante ocuparam terrenos pertencentes a família Striquer e no início da década de 1990, estava organizada a ocupação irregular Bela Vista (JATAIZINHO, 2012; SILVA e VIEIRA, 2017). Além dessas duas favelas há uma terceira denominada de Recanto dos Humildes, criada em 2016.

E nesse contexto de famílias vivendo em situações precárias de moradia e infraestrutura em uma pequena cidade, pergunta-se: Como os últimos dois Planos Diretores Municipais de Jataizinho/PR, enquanto instrumentos de gestão municipal abrangeram a questão das favelas irregulares nesta pequena cidade? E quais as condições de vida da população que moram nas favelas?

Objetiva-se nesse contexto analisar a questão da habitação social na pequena cidade de Jataizinho, tendo por base os dois últimos Planos Diretores Municipais e a vivência de famílias que se encontram vulneráveis e/ou em risco nas áreas de favelas em 2022.

Especificamente, buscou-se: a) discutir teoricamente sobre a produção do espaço urbano e as pequenas cidades buscando destacar a ação do Estado e dos grupos excluídos na expansão urbana; b) entender a problemática habitacional e socioambiental contida nos planos diretores de Jataizinho/PR; c) identificar e caracterizar as condições de vida das famílias nas favelas desvelando a situação de vulnerabilidade socioambiental e de riscos que as mesmas podem estar sujeitas.

Em termos de justificativa, essa pesquisa justifica-se por motivos pessoais e acadêmicos. No âmbito pessoal, por residir em Jataizinho desde 2015 e atuar como professora na rede municipal desde a data citada, essa pesquisa justifica-se pela inquietação de pensar o planejamento urbano pela ótica cidadã, buscando refletir sobre quais motivos movem as pessoas a permanecerem em suas casas mesmo em áreas de inundações, como essas reconstroem suas casas após cada situação vivenciadas, e como o poder público tem realizado ou não suas ações para superar o problema, quais políticas públicas são direcionadas a população economicamente menos favorecida.

A motivação acadêmica reside na importância de produzir estudos sobre pequenas cidades e, em particular, no campo da habitação e favelas. Essa temática tem sido abordada nos estudos envolvendo grandes e médias cidades, sendo as pequenas ainda pouco trabalhadas nos estudos de Geografia Urbana.

A pesquisa em desenvolvimento pode ser caracterizada como de abordagem

qualitativa, ao passo que a mesma tem o potencial de descrever a complexidade de determinado problema, no caso precariedade habitacional em Jataizinho, e as possíveis análises sobre os contextos urbanos, assim como compreender os processos dinâmicos vivenciados por grupos sociais e pelo direito à moradia. Trata-se ainda de uma pesquisa com finalidade exploratória, ao passo que a pesquisadora aprofundou seus conhecimentos sobre determinado fenômeno em busca de explicações (RICHARDSON, 1999) e caminhos para o entendimento da problemática em tela.

Os procedimentos metodológicos foram estabelecidos a partir de fontes primárias e secundárias. Os levantamentos primários foram realizados a partir das técnicas de entrevista semiestruturada e da observação simples. A observação (GIL, 2008) foi utilizada nos momentos trabalho de campo na cidade, em particular nas áreas com moradias irregulares. A observação foi apoiada nas anotações em caderno de campo e registro fotográfico.

A técnica de entrevista do tipo semiestruturada (GIL, 2008) elaborada pela pesquisadora, teve no roteiro “[...] apenas um guia, com espaço para o próprio entrevistado, que pode contar coisas muito mais interessantes para a pesquisa e que não estavam no roteiro” (THOMPSON, 1992, p. 258).

Por tratar-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, tendo por base os moradores das favelas (total esse ainda desconhecido), a amostra foi definida a partir do número de moradores que aceitaram participar da entrevista sendo, portanto, do tipo não probabilístico. A pesquisadora entrou em contato com um morador com a qual tinha conhecimento e após realizar a entrevista, solicitou que o mesmo indicasse outro/a morador/a para participar do levantamento, técnica essa conhecida como Bola de Neve (VINUTO, 2014).

Com o avanço para o final da pandemia de Covid-19, a pesquisadora passou a realizar os levantamentos de campo (observação e entrevista) no primeiro semestre de 2022. E as análises das informações de campo assim como a escrita do último capítulo ocorreram no segundo semestre de 2022 e início de 2023.

As informações levantadas em campo foram tratadas e analisadas a luz do referencial teórico-metodológico resultante dos levantamentos secundários, compostos por referencial bibliográfico (livros e trabalhos acadêmicos) e por documentos referentes a temáticas (legislação, material gerado na revisão do plano diretor, documentos municipais, etc.).

A escrita final foi organizada em três partes. Inicialmente tem-se a introdução que apontou a contextualização da problemática, objetivos, justificativa e percurso de pesquisa.

Em seguida na parte dois abordou-se teoricamente sobre a produção do espaço urbano e a pequena cidade, já encaminhando para o objeto de estudo, no caso a pequena cidade de Jataizinho/PR e a questão da gênese, produção de moradias e a situação de vulnerabilidade e/ou risco que essas famílias podem estar expostas. Na parte três discutiu-se sobre as políticas habitacionais e ambientais em Jataizinho nos últimos 20 anos.

E por fim, na parte três discutiu sobre as características das favelas e as problemáticas enfrentadas pelos moradores, desvelando os enfrentamentos que se deram no decorrer das décadas.

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE A PEQUENA CIDADE NA PERSPECTIVA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

1.1 A CIDADE COMO UM PRODUTO HISTÓRICO E SOCIAL

Na antiguidade as cidades eram construídas nas proximidades de rios facilitando assim o acesso a água e alimentos. Costa et al. (2016, p. 116), destacou que “[...] as primeiras cidades surgiram próximas aos rios, nas várzeas, em função da necessidade de abastecimento hídrico e alimentar dos habitantes desses ambientes proto-urbanos. Essa conexão rio - cidades se mantiveram até a idade moderna.”

Endlich e Rocha (2009) apontam que atrelado à ideia de necessidades, quando tratamos de cidade pensamos na sua coletividade em espaços compartilhados, estando assim a cidade vinculada “[...] a materialidade do espaço construído, ao concreto, onde vivem os cidadãos, ao conjunto de infraestruturas, de equipamentos, enfim, de toda a materialidade que permite a vida coletiva” (ENDLICH; ROCHA, 2009, p. 16).

Todavia é necessário pensar no espaço enquanto início de toda e qualquer produção. Neste sentido Lefebvre (2006) em sua proposição inicial enumera implicações que nos permitem pensar espaço (social) sendo um produto (social). Em sua primeira implicação o autor pontua que o espaço-natureza (físico) se distancia.

Irreversivelmente. Com certeza, ele foi e permanece terreno comum de início: a origem, o original do processo social, talvez a base de toda “originalidade”. Com certeza, ele não desaparece pura e simplesmente da cena. Fundo do quadro, cenário e mais que cenário, ele persiste e cada detalhe, cada objeto da natureza se valoriza tornando-se símbolo (o menor animal, a árvore, a erva etc.). Fonte e recurso, a natureza obseda, como a infância e a espontaneidade, através do filtro da memória. Quem não quer protegê-la, salvá-la? Reencontrar o autêntico? Quem quer destruí-la? Ninguém. Porém, tudo conspira para prejudicá-la. O espaço-natureza se distancia: horizonte afastado, para os que se voltam. (LEFEBVRE, 2006, p. 55)

Nesta visão o espaço-natureza se apresenta em sua originalidade como base nesse quadro de processos de formação do espaço, neste caso pensando no espaço físico, enquanto fonte de recursos que agregam fauna e flora em um terreno comum, original, o qual se torna diante dos processos matéria-prima, onde operam “forças produtivas de sociedades diversas para produzir seu espaço”. (LEFEBVRE, 2006, p. 56)

Em sua segunda implicação o autor pontua que cada sociedade produz um

espaço, o seu.

Cada sociedade (por conseguinte, cada modo de produção com as diversidades que ele engloba, as sociedades particulares nas quais se reconhece o conceito geral) produz um espaço, o seu. A Cité antiga não pode ser compreendida como uma coleção de pessoas e coisas no espaço; ela não pode mais ser concebida a partir de um certo número de textos e discursos sobre o espaço. [...] A Cité teve sua prática espacial; ela modelou seu espaço próprio, isto é, apropriado. Daí a exigência nova de um estudo desse espaço que o apreendesse como tal, na sua gênese e em sua forma com seu tempo ou seus tempos específicos (os ritmos da vida cotidiana), com seus centros e seu policentrismo (a ágora, o templo, o estádio etc.). (Idem)

A partir da compreensão do autor o espaço pode ser entendido em sua originalidade, a natureza física passando a ser espaço da sociedade, cujas matérias-primas enquanto produtos originais são transformados, ou se pensando na produção do espaço capitalista, as mesmas são exploradas para construir os espaços que se apresentam no presente, porém com sua gênese que remontam tempos muito mais antigos, cada qual com sua forma e originalidade.

Temos no espaço por si só um objeto de análise, como pressupõe Lefebvre (2006), de forma que cada sociedade produz seus modos de produção com suas variáveis e particularidades.

A partir desses pressupostos pontuados tendo como embasamento a obra de Lefebvre, podemos dizer que as sociedades se desvelam nos seus espaços produzidos histórico-socialmente, cujas particularidades não se resumem a tamanhos, se essas se compõem por grandes ou pequenas glebas, se reúnem ou não multidões, de forma que os cerne dessas produções estão no resultado final, ou melhor, no dinamismo, no movimento que se desvela em cada espaço produzido.

O dinamismo que Lefebvre (2006) nos apresenta em um movimento de produção e reprodução do espaço não se difere ainda da divisão do trabalho e da forma hierarquizada que as relações se dão, e desembocam no que conhecemos como sendo capitalismo.

Com o capitalismo, e, sobretudo com o neo-capitalismo “moderno”, a situação se complica. Três níveis se imbricam, o da reprodução biológica (a família) – o da reprodução da força de trabalho (a classe operária como tal) – o da reprodução das relações sociais de produção, ou seja, das relações constitutivas da sociedade capitalista, cada vez mais (e progredindo) desejadas e impostas como tais. O papel do espaço nesse triplo arranjo deve ser estudado especificamente. (LEFEBVRE, 2006, p. 57).

Assim, frente a formações espaciais, produzidas por inúmeros fatores atrelados ainda a força de trabalho e a forma como essas se apresentam na sociedade

capitalista devem, como diz o autor, o espaço deve ser fonte de pesquisa.

O espaço urbano é produzido, construído a partir da ação de diferentes grupos que atuam movidos pela reprodução do lucro. Esses agentes sociais, segundo Carlos, Souza e Sposito (2019, p. 43-44), encontram-se “[...] inseridos na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. Refletem, assim, necessidades e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram”.

A busca pelo lucro socialmente aceito movimenta e constitui os agentes produtores do espaço ao longo dos tempos, cuja circulação do capital é contínua segundo Harvey (2001), de forma que as análises de Marx acerca do tema romperam por si só a temporariedade de sua escrita.

Os elementos formadores do espaço, alavancados pela circulação do capital tendo em vista o lucro, coloca os agentes produtores do espaço como protagonistas no processo, e logo, esses se dividem em classes, e se pensarmos historicamente a burguesia aparece como detentora dos lucros em relação ao proletariado. História antiga, que se carrega até a atualidade, desta forma, Lefebvre (2006) em suas escritas em a produção do espaço toma notas para que fique claro que, na mais concreta produção do espaço a luta de classes se apresenta e, é conduzida pela hegemonia da burguesia.

Ao tratarmos do estudo da cidade, em particular em um contexto capitalista de produção, é primordial o entendimento da mesma como parte fundamental no processo de (re)produção da estrutura social, o *lócus* da (re)produção da sociedade capitalista, ou seja, a cidade como uma “[...] condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade” (CARLOS, 2001, p. 11).

O conceito de cidade enquanto uma materialidade do urbano³ é concebida por Carlos (2001) como representação do,

[...] trabalho materializado; ao mesmo tempo em que representa uma determinada forma do processo de produção e reprodução de um sistema específico, portanto, a cidade é também uma forma de apropriação do espaço produzido [...] materialização de relações da história dos homens, normatizadas por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir, é modo de vida, de uma vida contraditória (CARLOS, 2001, p. 26-27).

³ O conceito de urbano é entendido aqui como um processo no qual as abordagens e pontos de vistas atingem uma complexidade maior (LENCIONI, 2008).

É ainda segundo Corrêa (1989), o reflexo e condição de uma determinada sociedade, mediada pelas condições técnicas de determinada época histórica, sendo o espaço urbano “[...] fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas [...]” (CORRÊA, 1989, p. 9).

Entendemos que a cidade é fragmentada por apresentar no seu interior uma diversidade de usos, articulados por fluxos diversos (de pessoas, de informações, de capitais, de mercadorias, etc.). E essa diversidade de usos, a torna também reflexo e condicionante social, pelo fato dessa diferenciação do uso do solo estar intimamente relacionada aos interesses de diferentes grupos sociais que compõem a sociedade, sendo, portanto, um resultado das relações capitalistas estabelecidas, um reflexo social e desigual.

Nesse sentido, Carlos (2001, p. 42), destaca que a cidade é campo de lutas, ou seja, por tratar-se de diferentes grupos sociais com diferentes objetivos na cidade capitalista, o uso e ocupação da terra urbana não ocorrem de forma orgânica. Nas palavras da autora, como “[...] os interesses e as necessidades dos indivíduos são contraditórios, a ocupação do espaço não se fará sem contradição e, portanto, sem luta”.

Seguindo nessa linha de compreensão a cidade é entendida como um espaço que “[...] constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação”. E nesse sentido, a sociedade “[...] só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história - mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade”. (SANTOS, 1997, p. 49).

A cidade é assim, entendida com um produto histórico e social (CORRÊA, 1989; CARLOS, 2001; SANTOS, 1997), em permanente processo de transformação, resultado da “[...] ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com os outros segmentos da sociedade” (CORRÊA, 2011, p. 43).

É importante destacar que segundo Corrêa (2011) a produção/modelagem/modificação da cidade ocorre em função de agentes pertencentes a nova dinâmica espacial que o mundo se encontra atualmente. Tais agentes estão em cada parte do espaço e são responsáveis por organizarem e reorganizarem a cidade a partir de ‘práticas espaciais’, ou seja, a partir de “[...] um

conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente sobre o espaço, alterando-o no todo ou em parte ou preservando-o em suas formas e interações espaciais”. (CORRÊA, 2011, p. 43).

Nas palavras do autor, a ação dos agentes é

[...] complexa, derivando da dinâmica da acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. (CÔRREA, 1989, p. 11)

Compreende-se a partir disto que a produção do espaço urbano decorre de ações intencionais ou não intencionais destes agentes sociais, que pertencem a diferentes classes sociais e segmentos. Cabe ressaltar, que os interesses podem ser específicos de cada grupo, considerando interesses exclusivos, ou mesmo, interesses compartilhados por um ou mais destes agentes.

Os agentes produtores do espaço urbano foram identificados e caracterizados por Capel (1974), em seu artigo intitulado *‘Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español’* no qual destacou as práticas de agentes produtores do espaço urbano que atuaram nas décadas anteriores a 1970 em cidades espanholas, chegando à conclusão que os agentes eram essencialmente quatro: 1) proprietários dos meios de produção, 2) proprietários de terras, 3) incorporadores imobiliários e empresas de construção, 4) o Estado.

Corrêa (1989) partindo de Capel (1974), ao analisar a produção do espaço urbano nas cidades brasileiras, reconheceu a atuação dos quatro grupos destacados por Capel (1974) e acrescentou um quinto grupo, denominado de grupos sociais excluídos. Ou seja, além dos grandes e médios proprietários de terras, dos donos dos meios de produção (industriais, grandes comércios e prestadores de serviços), dos promotores imobiliários e empresas da construção civil e do Estado, para o caso brasileiro havia (e ainda há) os grupos excluídos, composto por uma fração da classe trabalhadora extremamente pauperizada e sem condições de pagar os custos de moradia, compondo assim a demanda não solvável por habitação.

Nesta pesquisa, para o recorte espacial de Jataizinho/PR e a questão da habitação, tem-se no papel do Estado um forte agente produtor do espaço urbano. Destaca-se o Estado pelo fato do mesmo frente às pressões dos demais agentes (industriais, proprietários fundiários, promotores imobiliários, grupos excluídos), atuar no sentido providenciar condições favoráveis para a produção e reprodução do capital. E esses conflitos, nas palavras de Corrêa (1989),

[...] tendem a ser, em princípio, resolvidos em favor dos proprietários dos meios de produção, que, no capitalismo, comandam a vida econômica e política. A solução desses conflitos se faz através de pressões junto ao Estado para realizar desapropriações de terras, instalação de infraestrutura necessária às suas atividades e para criação de facilidades com a construção de casas baratas para a força de trabalho. (CORRÊA, 1989, p. 14)

Neste sentido, a implantação de conjuntos habitacionais (casas para a força de trabalho) em áreas distantes do centro da cidade, tem sido a lógica utilizada pelo Estado, atendendo assim agentes produtores do espaço urbano, como promotores imobiliários e proprietários fundiários, que almejam maior extração da renda da terra. Para Corrêa (1989, p.26), o Estado ao atuar na habitação, por exemplo, cria “[...] condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações”. (CORRÊA, 1989, p. 26) Ao passo que acentua a segregação socioespacial, principal característica da cidade capitalista.

Os sujeitos que compõem o grupo dos excluídos sociais, conforme apontado por Corrêa (1989), quando empregados integram também a força de trabalho das grandes indústrias, comércios, serviços, entre outros usos, e acabam modelando o espaço por “*estratégia de sobrevivência*” (CÔRREA, 1989) quando os salários não permitem o pagamento do aluguel ou aquisição de imóveis para morar. Corrêa (1989, p. 18) assinala que, para estas pessoas, as opções de moradia tem sido “[...] cortiços, sistemas de autoconstrução, conjuntos habitacionais fornecidos pelo agente estatal e as degradantes favelas”.

Se tratando das favelas, esses trabalhadores quando se deparam com a falta de recursos financeiros para morar, acabam ocupando terrenos públicos e/ou privados, construindo seus abrigos (moradias precárias) e exercendo pressão por moradia junto ao Estado, atuando assim como agentes na produção do espaço urbano. Entende-se nessa pesquisa que a atuação desses agentes socialmente excluídos é uma forma de resistência no contexto de uma cidade capitalista com forte

segregação residencial, produzida via ação dos demais agentes produtores do espaço urbano.

Ressalta-se que essa produção da cidade é fruto desses agentes e que os mesmos “[...] atuam no quadro do sistema capitalista utilizando os mecanismos jurídicos de que dispõem, ou realizando as suas ações fora desses mecanismos e obtendo posteriormente a correspondente sanção legal”(CAPEL, 1974, p. 20). Um marco jurídico carregado de interesses, não é neutro ao passo que reflete [...] o interesse dominante de um dos agentes, e constituindo-se, em muitos casos, em uma retórica ambígua, que permite que haja transgressões de acordo com os interesses do agente dominante” (CORRÊA, 1995, p. 12).

Entende-se assim, que é nessa lógica da produção e reprodução do espaço urbano, com agentes atuando segundo interesses próprios, seja no valor de uso, seja no valor de troca, que o solo urbano passa a ser disputado por diferentes grupos. Carlos (1994, p. 87), assevera que:

[...] o uso do solo urbano será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos. Esse pleito será, por sua vez, orientado pelo mercado, mediador fundamental das relações que se estabelecem na sociedade capitalista, produzindo um conjunto limitado de escolhas e condições de vida [...]

Alvo de disputas entre os diferentes agentes produtores do espaço urbano, gerando assim conflitos diversos e tendo o mercado como mediador, o solo urbano é um elemento fundamental no processo de acumulação capitalista.

Assim, para os habitantes de uma cidade o acesso ao solo urbano é condicionado ao pagamento de determinado preço seja para comprar seja para alugar. Esse preço varia de acordo com a porção da cidade e nem todos conseguem pagar para morar nas partes dotadas de maior infraestrutura e equipamentos urbanos. Isso ocorre em função de aspectos locacionais, tais como o “[...] transporte, serviços de água e esgoto, escolas, comércio, telefone, etc., e pelo prestígio social da vizinhança” (SINGER, 1980, 27). Sendo essa localização construída a partir dos interesses dos agentes espaciais, conforme pontuado por Oliveira (2005).

Essa diferença de preço do solo urbano segundo a localização está intrinsecamente correlacionada a discussão sobre a renda da terra. Na cidade assim como no campo, a propriedade privada da terra é condição fundamental para a obtenção da renda, ou seja, “[...] o seu estatuto de propriedade privada torna fonte de

renda para quem a detém” (SINGER, 1980, p. 22). A terra privada assumiu uma condição ‘*sine qua non*’ para a extração da renda seja no campo seja na cidade.

Marx (2017) realizou a discussão da renda da terra voltada para o rural e destacou que a mesma não era auferida apenas devido as suas condições naturais de fertilidade, mas também devido o excedente do trabalho, que intensifica essa renda apropriada pelos proprietários fundiários, devido ao monopólio que tais agentes exercem sobre as propriedades.

No seu entendimento, a terra sempre produz mais alimentos que a quantidade necessária a subsistência do trabalho empregado, gerando assim algo a mais (a renda), que é apropriado pelo proprietário fundiário. Assim sendo, renda fundiária “[...] se apresenta como certa soma de dinheiro que o proprietário da terra recebe anualmente mediante o arrendamento de um pedaço do globo terrestre” (MARX, 1984, p. 129).

O autor destacou quatro tipos de rendas que podem ser auferidas no campo: renda absoluta, renda diferencial I e II, renda de monopólio (MARX, 2017), que em linhas bem gerais, podem assim ser entendidas:

a) renda absoluta: é um tipo de renda ocorre mediante o monopólio da terra por uma classe, os proprietários fundiários, e passa a ser obtida com a elevação (artificial) dos preços dos produtos agrícolas acima do preço de produção geral, definida em função do pior tipo de solo. A sociedade terá que pagar sempre aos proprietários esse tributo, para que as terras sejam colocadas para produzir.

b) renda diferencial I: a diferencial I seria aquela renda formada a partir da propriedade de terras com elevada fertilidade (quando comparada as demais) e com localização ideal em termos de circulação de produtos e pessoas.

c) renda diferencial II: é aquela renda auferida pelo proprietário que fez investimentos capitalistas nas terras, investimentos esses frutos do desenvolvimento tecnológico e científico das forças produtivas. Essas terras terão valor agregado a sua fertilidade natural e localização, gerando assim maior expectativa de renda.

c) Renda de Monopólio: é uma renda oriunda da propriedade privada em um contexto com destaque para o processo de oferta e procura produzido pelos agentes de mercado. Seria um sobrelucro é oriundo da diferença do preço de produção e o preço de mercado.

Nessa ótica da renda da terra, os proprietários fundiários consistem em uma classe diferente dos capitalistas, segundo Marx (2017). O autor buscou diferenciar

capitalistas dos proprietários fundiários, sendo o primeiro aquele que auferem lucro e o segundo os agentes que extraem a renda. Para Souza Martins (1998) na análise do campo brasileiro é importante levar em consideração que o capitalista e o proprietário fundiário, dependendo da atividade econômica, se fundem no mesmo agente, ou seja, um grupo ou um agente acabará auferindo renda da terra e lucro.

Essa lógica explicativa da renda fundiária agrícola e do problema fundiário no campo de Marx (2017) norteou as discussões sobre a propriedade do solo urbano e obtenção da renda na cidade. É importante destacar que, no contexto desta pesquisa, o termo a ser utilizado para a cidade é solo urbano e não terra urbana. Concorde-se com Maricato (2011, s/p) quando a mesma destaca que, “[...] não se trata de terra nua, mas de terra urbanizada. A localização da terra ou do imóvel edificado é o que conta”.

Pesquisadores como Lojkin (1979), Singer (1980), Corrêa (1989), Carlos (1994), Spósito (1991) discutiram a renda fundiária urbana na cidade capitalista a partir de fundamentos semelhantes às ideias de Marx, entretanto, é preciso compreendê-la a partir dos elementos do mercado e dos agentes envolvidos neste processo na cidade.

E, em se tratando da posse do solo urbano e a extração da renda, é possível identificar os tipos de rendas fundiárias discutidas por Marx quando o mesmo tratou do campo, sendo elas: absoluta, diferencial I e II, de monopólio.

- Renda Absoluta: está relacionada as relações sociais estabelecidas entre dois agentes produtores do espaço urbano, no caso o proprietário de terra e o promotor imobiliário. Nesse caso se faz necessário que o capital incorporador e construtor pague para o proprietário da terra “[...] uma parte da mais-valia que a venda do imóvel permite realizar” (SPÓSITO, 1991).
- Diferencial I: é extraída quando a localização do lote em determinada porção da cidade cria as condições propícias para tal, ou seja, esse tipo de renda é resultante da localização e das condições de construtibilidade (LOJKINE, 1979). Desta forma terrenos com as mesmas dimensões em uma cidade terão preços diferentes devido a sua localização, topografia e condições de acessibilidade.
- Diferencial II: essa renda tem relação com a quantidade de capital empregada sobre uma terra já utilizada e que aumentam os rendimentos, uma renda extra.

- Monopólio: conforme Singer (1980, p. 81), esse tipo de renda “[...] decorre da existência de localizações que conferem aos sujeitos que as ocupam o monopólio do fornecimento de determinadas mercadorias”, como por exemplo, empresas comerciais e prestadoras de serviços do ramo alimentício localizadas no interior de estabelecimentos (escolas, universidades, clubes esportivos, aeroportos), que estão distantes de outras empresas que atuam no mesmo ramo. Os consumidores acabam por não ter outra opção a não serem aquelas ofertadas por estas empresas. E essa renda é “[...] apropriada no seu todo, ou em parte, pelo proprietário do imóvel”.

Há ainda aqueles proprietários que irão auferir renda com o processo de especulação imobiliária, ou seja, alguns proprietários deixam o lote sem construção, sem extrair algo do mesmo e ficam esperando a elevação de preços, a partir da valorização do seu entorno. Essa especulação imobiliária é denominada de quarta renda por Rangel (2004). Segundo o autor, esse solo urbano que não foi ou não está sendo utilizado num dado momento, produz uma renda via valorização imobiliária.

Esse processo de especulação imobiliária de acordo com Singer (1980) pode ser entendido assim: os agentes do mercado imobiliário ao objetivarem incorporar uma dada porção ao perímetro urbano projetam um determinado preço da terra. A partir disso ocorrerá um processo de valorização daquela porção, tendo em vista as possibilidades de mudanças e dotação de infraestrutura, principalmente via ação da gestão municipal, entendido como agente produtor do espaço urbano. Os proprietários fundiários nessa porção também passam a vislumbrar possibilidades de ganhos maiores com a venda no futuro e por isso decidem por não vender ou construir imediatamente, aguardando a futura valorização da área para colocar a terra urbana à venda, e assim, auferir um preço muito maior do que aquele que foi pago no momento de compra da terra urbana.

Entende-se a partir dessa breve caracterização dos tipos de renda da terra, que porções do solo urbano se tornam alvo de diversos agentes para diferentes fins. E a sua propriedade resulta em uma fonte de renda (além do rendimento derivado da terra) para o proprietário. Sendo também fonte de renda para aqueles proprietários que não extraem algo da terra, pois cederam para outros extraírem ou deixaram o lote vazio a espera de valorização do entorno (especulação imobiliária). Concorde-se com

Maricato (2011, s/p) quando a autora assevera que a “[...] terra urbana (ou rural) é um ativo da importância do capital e do trabalho”.

Depreende-se assim que em se tratando do solo urbano o valor de troca sobrepõe o de valor de uso. E o solo urbano adicionado desse valor, é convertido em mercadoria por meio da ação de agentes produtores do espaço urbano, cujo interesse maior interesse é extrair a renda da terra.

Em meio ao processo de produção do espaço urbano e os diferentes usos do solo urbano, chama-se a atenção para as pequenas cidades, em particular para a produção de moradias de interesse social.

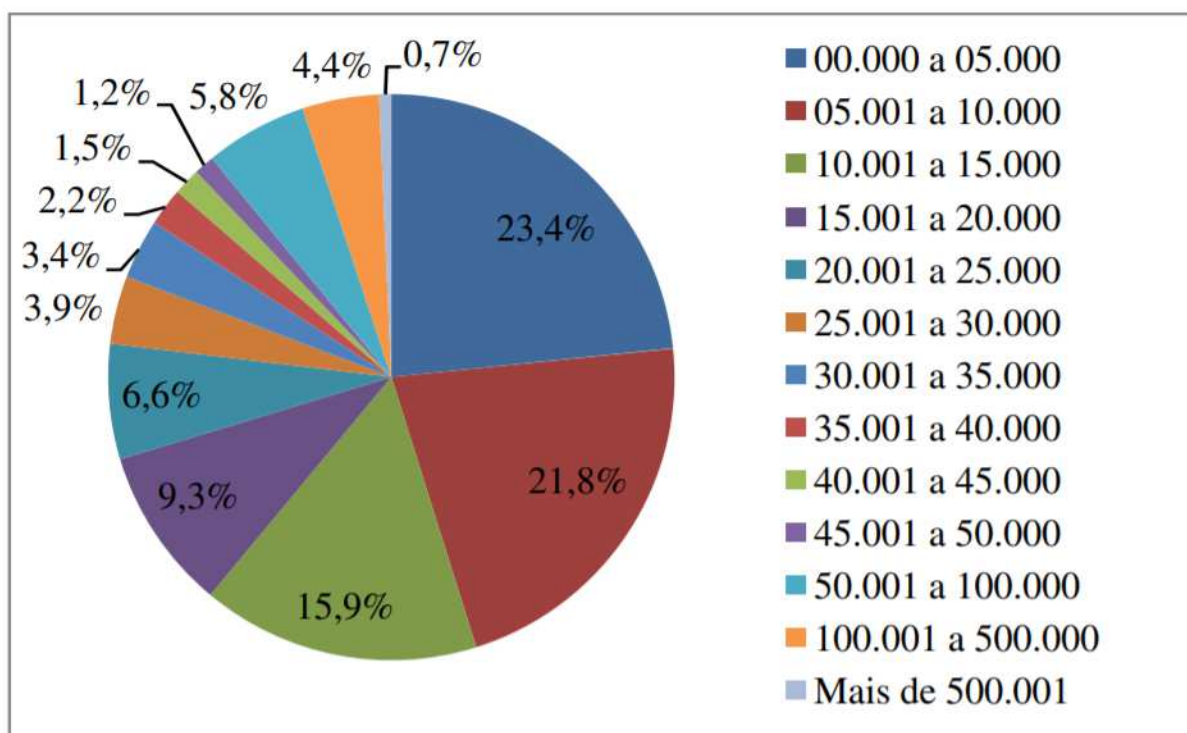
1.2 ESTUDOS GEOGRÁFICOS SOBRE PEQUENAS CIDADES

As pequenas cidades, em comparativo aos médios e grandes centros urbanos, mesmo com a retomada das pesquisas geográficas brasileiras desde a década de 1990 - conforme estudos realizados por Corrêa (1999, 2011), Bell e Jaine (1999), Fresca (2001), Oliveira e Soares (2002); Olanda (2008), Melo e Soares (2009); Endlich (2011), Sposito (2010), ainda demandam estudos que analisem a produção do espaço urbano e aspectos referentes a habitação de interesse social e favelas.

Tais estudos a partir do menor escalão de cidades são importantes por dois motivos. Primeiro pelo fato das pequenas cidades, assim como as grandes e médias, no atual estágio do modo de produção capitalista, estarem expostas as “[...] novas demandas [...] decorrente da intensificação da reestruturação produtiva [...]” (FRESCA, 2010, p. 75), tendo que enfrentar assim problemas de diversas ordens que vão desde questões referentes a habitação, violência, conflitos socioambientais, infraestrutura urbana, dentre outros.

Em segundo lugar, é preocupante pelo fato de o Brasil apresentar significativa quantidade de municípios com máximo 15 mil habitantes. Conforme Fernandes (2018, p. 22), no Brasil segundo o censo de 2010, “[...] a maior parcela dos municípios brasileiros possuía, no máximo, cinco mil habitantes: 23,4%, quase um quarto do total. Em seguida, destacavam-se os estratos de 5.001 a dez mil habitantes, com 21,8%, e, de 10.001 a 15 mil, com 15,9%”. Ou seja, se somarmos as duas classes, teremos o percentual de 37,7% de municípios com máximo de 15 mil habitantes (Figura 2).

Figura 2. Brasil: municípios por número de habitantes, 2010.



Fonte: Fernandes, 2018. Org. A autora, 2020.

Observando o gráfico acima o qual nos fornece dados quantitativos referentes ao número de habitantes de cada município, pode-se perceber visivelmente que os municípios considerados pequenos e médios se apresentam em maior quantidade com percentual de 70,4% dos municípios brasileiros com população até 20.000 habitantes, totalizando aproximadamente 32.660.247 habitantes.

Desta forma do total de 2.615 municípios com 190.755.799 habitantes (IBGE, 2010), contabilizados os municípios até 20.000 habitantes, tem-se expresso o grupo de municípios que apresentaram entre 20.001 a 50.000 habitantes, com cerca de 18,8%, atingindo número de habitantes de 31.344.671. Para os demais grupos de 50.001 a 100.00 habitantes tem-se o percentual de 5,8%, e de 100.001 a 500.000 habitantes de 25,5% e os de mais de 500.001 habitantes percentual de 29,3%, cujo contingente populacional foi respectivamente 22.314.204 e 48.565.171 e 55.871.506 habitantes.

Pautado nesses dados, o autor afirma que:

[...] quase 30% da população brasileira – mais de 55 milhões de pessoas – se amontoam em apenas 0,7% dos municípios. Os quase 90% dos municípios com até cinquenta mil habitantes são responsáveis por abrigar praticamente 34% da população brasileira. Sendo assim, além de reconhecer

que a maioria da população nacional reside numa cidade média ou metrópole, deve-se considerar a existência de uma parcela importante de 64.004.918 pessoas que residem em espaços, geralmente, negados pelas políticas públicas, pelos meios de comunicação e pela sociedade brasileira (FERNANDES, 2018, p. 23).

Desta forma, fica evidente que é grande o número de habitantes vivendo em pequenas cidades, sendo necessário olhar para as questões de urgência em cada centro urbano, dentre as quais a moradia que interfere diretamente na questão da justiça social e o acesso à terra urbana.

Embora o número de habitantes seja indicador do tamanho da cidade, faz-se importante pontuar que nas pesquisas geográficas com pequena cidade o número de habitantes como fator isolado e generalizador não dá conta de classificar um centro urbano como pequeno, em virtude da complexidade existente entre as formações socioespaciais. Da mesma forma não se pode generalizar a partir dos critérios históricos e socioespaciais, para não comprometer as singularidades das cidades.

Vieira (2013, p. s/p) ao discutir sobre as cidades da região do Prata, assevera que a generalização por períodos históricos:

[...] coloca no mesmo bojo processos históricos específicos e particulares, responsáveis por dinâmicas regionais que persistem no tempo, e cuja lógica não consegue ser apreendida nas explicações genéricas do momento histórico. Assim, as cidades sob o capitalismo são vistas sob uma lógica, mas quase que uma lógica única, como a que caracteriza as cidades produzidas após a Idade Média, típicas do período de colonização da América. No entanto, as cidades modernas são diferentes no México, no Peru e na Argentina, mesmo que todas tenham sido produzidas sob a influência espanhola. As cidades do nordeste do Brasil são diferentes das cidades produzidas no sul do Brasil, ainda que a lógica dominante tenha sido a do Império português.

Assim, entre os pesquisadores de Geografia Urbana brasileira que abordam as pequenas cidades, tem sido recorrente a questão dos critérios utilizados para caracterizar um centro urbano como pequena cidade.

Fresca (2010, p. 76) já no início do artigo intitulado 'Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias' nos chama atenção para o termo pequena, por tratar-se de "[...] um adjetivo que remete à noção de tamanho, dimensão e no caso das cidades, uma associação entre pequeno número de habitantes com pequena área - no sentido mensurável - ocupada por uma cidade."

Fresca (1990; 2010) reconhece o termo pequena como um adjetivo e que o

mesmo deve preceder a palavra cidade, mas não pode ser entendido como indicativo quantitativo. A autora, assim como Corrêa (1999), Endlich (2006), Soares (2003), Veiga (2007), Fernandes (2012; 2017), dentre outros, em meios as discussões sobre pequena cidade, defende uma análise qualitativa e a partir de um contexto regional. Tais autores concordam com Santos (1972), quando o mesmo afirma que “[...] aceitar um número mínimo [...] para caracterizar diferentes tipos de cidades (...) é incorrer no perigo de uma generalização perigosa. O fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos” (SANTOS, 1982, p. 70).

Santos (2005 [1972]), considerando os limites de uma classificação quantitativa passou a trabalhar com a noção de cidade local, a partir de um ponto de vista funcional e qualitativo. Para o autor, “[...] a cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população, com verdadeira especialização do espaço”. (SANTOS, 2005 [1972], p. 87).

Corroborando com essa perspectiva delineada por Santos (1972), Fresca (1990), destaca que aceitar apenas um número para classificar uma cidade como grande, média ou pequena pode resultar em uma interpretação equivocada, ao passo que generaliza espaços urbanos, que apesar de possuírem a mesma quantidade de habitantes, apresentam singularidades, pois são diferentes em suas gêneses e dinâmica socioespacial.

É nessa perspectiva de interpretação de Santos (1972, 1982) e Corrêa (1989), que pesquisas envolvendo as pequenas cidades da Região Metropolitana de Londrina, analisando as mesmas a partir da inserção numa dada região com determinada formação socioespacial tem sido realizada no campo da Geografia.

Jataizinho, objeto dessa pesquisa, encontra-se inserida na Região Metropolitana de Londrina e conforme estudos desenvolvidos por Oliveira (2017), tem desempenhado o papel de cidade dormitório, tendo nos deslocamentos pendulares realizado para trabalho e estudo, sua principal forma de articulação com outros centros urbanos.

Para além de pensar Jataizinho como cidade dormitório é possível pensar Jataizinho enquanto uma pequena cidade de articulação e de acesso a grandes centros, sobretudo, enquanto Região Metropolitana de Londrina. É uma pequena

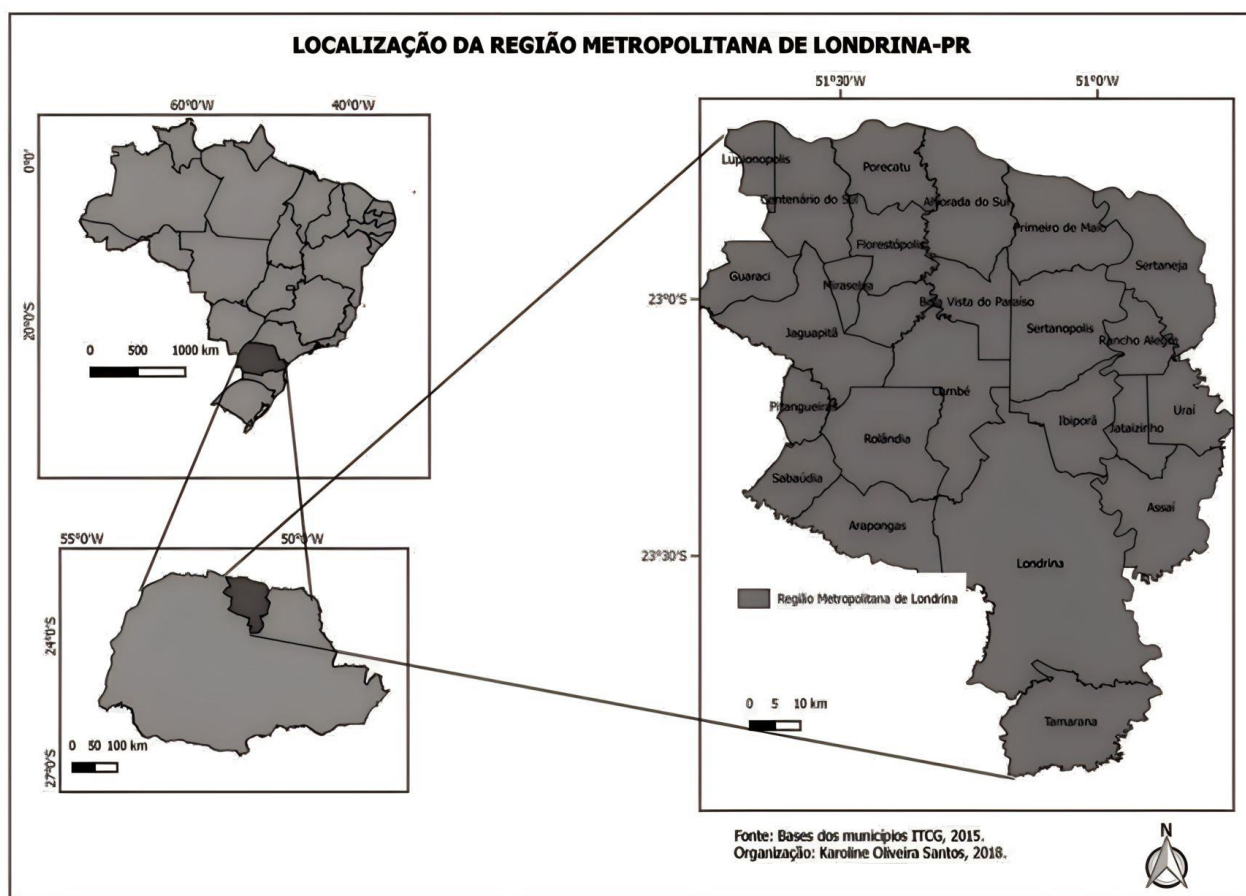
cidade inserida na rede urbana de Londrina a partir do momento que exerce funções urbanas de alcance mínimo, atendendo somente as necessidades básicas da sua população em termos de serviços e comércio varejista.

1.3 AS PEQUENAS CIDADES NA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA

A Região Metropolitana de Londrina (RML), de acordo com Cunha (2014), foi a primeira do interior brasileiro a ser instituída pela Lei Complementar n.º 81, em 17 de junho de 1998, sendo alterada posteriormente pelas leis n.º 86, de 07/07/2000 e n.º 91, de 05/06/2002, pelo então governador Jaime Lerner. As ações de criar e institucionalizar regiões metropolitanas após a constituição federal de 1988 foram delegadas aos estados brasileiros.

Atualmente a Região Metropolitana de Londrina é constituída por 25 municípios, sendo Londrina, Alvorada do Sul, Arapongas, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Ibiporã, Jaguapitã, Jataizinho, Lupionópolis, Miraselva, Pitangueiras, Porecatu, Primeiro de Maio, Prado Ferreira, Rancho Alegre, Rolândia, Sabáudia, Sertaneja, Sertanópolis, Tamarana e Uraí (Figura 3).

Figura 3. Em destaque os municípios da Região Metropolitana de Londrina/PR até o ano de 2018.



Fonte: Oliveira, 2018.

Dentre as cidades que compõem a RML, verifica-se que a maior parte pode ser entendida como pequenas cidades, total de 20 (BRAGUETO, 2007; OLIVEIRA, 2017, SANTOS, 2018), sendo elas: Alvorada do Sul, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Centenário do Sul, Florestópolis, Guaraci, Jaguapitã, Jataizinho, Lupionópolis, Miraselva, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Primeiro de Maio, Rancho Alegre, Sabáudia, Sertaneja, Sertãozinho, Tamarana e Uraí. Em termos de população urbana, 7 cidades apresentavam até 2010 população inferior a 6.000 habitantes. Sendo que destas, 04 com população menor que 3.500 habitantes, com Miraselva com 1.430, Pitangueiras 2.040, Prado Ferreira 3.015 e Rancho Alegre 3.470 habitantes urbanos (tabela 1).

Tabela 1. População total e urbana das pequenas cidades da Região Metropolitana de Londrina até 2010

	POP. TOTAL	POP. URBANA	POP. RURAL
Alvorada do Sul	10.283	7.338	2.945
Assaí	16.354	13.587	2.767
Bela Vista Do Paraíso	15.079	14.196	883
Centenário Do Sul	11.190	9.334	1.856
Florestópolis	11.222	10.544	678
Guaraci	5.227	4.200	1.027
Jaguapitã	12.225	10.380	1.845
Jataizinho	11.875	11.053	822
Lupionópolis	4.592	4.079	513
Miraselva	1.862	1.430	432
Pitangueiras	2.814	2.040	774
Porecatu	14.189	11.442	2.747
Prado Ferreira	3.434	3.015	419
Primeiro De Maio	10.832	10.083	749
Rancho Alegre	3.955	3.470	485
Sabáudia	6.096	5.097	999
Sertaneja	5.817	5.105	712
Sertanópolis	15.638	13.711	1.927
Tamarana	12.262	5.858	6.404
Uraí	11.472	9.358	2.114

Fonte: OLIVEIRA, 2017. Org. A autora, 2020.

Conforme tabela 1, verifica-se que nas pequenas cidades da Região Metropolitana de Londrina a população urbana é maior que a rural, estando portando grande parte empregada nos centros urbanos. A esse respeito, Oliveira (2017), ao discutir a população economicamente ativa das cidades da RML, destaca que cerca 90% da PEA ocupada está relacionada aos setores secundário e terciário, chamando a atenção para a representatividade das atividades urbanas.

Por outro lado, em se tratando do PIB por setores econômicos, o referido autor destaca que há casos de pequenas cidades nas quais a agropecuária apresenta forte participação no PIB (tabela 1), estando assim no caso das atividades urbanas intimamente ligadas ao agronegócio.

Tabela 2. PIB da RML por setores econômicos segundo o IBGE, 2013.

Municípios	Administração, Saúde e Educação públicas e Seguridade Social	Agropecuária	Indústria	Serviços
Alvorada do Sul	36.479	61.908	9.851	70.551
Arapongas	340.705	154.466	1.461.803	1.460.275
Assai	55.845	93.413	77.048	131.047
Bela Vista do Paraíso	47.230	54.980	20.192	180.051
Cambe	313.679	147.116	640.611	1.470.362
Centenário do Sul	33.823	46.322	9.728	51.369
Florestópolis	36.158	38.283	32.653	52.264
Guaraci	20.205	30.967	7.197	19.469
Ibiporã	172.052	64.387	306.452	1.135.450
Jaguapitã	47.325	64.160	168.109	164.250
Jataizinho	38.999	26.854	19.980	60.752
Londrina	1.767.324	275.092	2.684.764	8.893.145
Lupionópolis	18.595	14.492	6.752	27.674
Miraselva	10.202	8.702	1.373	7.081
Pitangueiras	13.067	31.674	5.637	13.052
Porecatu	46.461	25.202	21.581	103.456
Prado Ferreira	13.762	20.283	21.914	23.530
Primeiro de Maio	36.951	77.361	12.374	88.540
Rancho Alegre	14.020	44.414	6.512	18.348
Rolândia	187.171	125.159	672.394	779.934
Sabáudia	22.846	44.121	101.238	111.940
Sertaneja	22.118	105.334	15.696	86.335
Sertanópolis	55.447	88.117	118.102	202.522
Tamarana	42.295	84.073	30.976	66.294
Uraí	37.327	50.342	17.677	69.406
TOTAL	3.430.086	1.777.222	6.470.614	15.287.097

Fonte: Oliveira, (2017). Org. A autora, 2020.

Estes estudos já realizados sobre pequenas cidades da RML indicam dinâmicas e interações que diferenciam suas atividades produtivas, o perfil da população e o significado dos papéis que assumiram até então no contexto regional, com diferentes inserções econômicas e sociais no contexto regional, seja através do agronegócio e/ou especialização produtiva industrial.

Conforme tabela 2, verifica-se que Alvorada do Sul, Guaraci, Florestópolis, dentre outras, tem expressiva participação da produção da agropecuária no PIB municipal. Nestas pequenas cidades, há forte correlação das atividades urbanas ao

agronegócio da soja, trigo e milho, por meio de parcela significativa dos setores terciário e secundário, quando tais setores realizam:

[...] o financiamento da produção por entidades financeiras ou por cooperativas agrárias e de crédito; comércio de insumos e equipamentos; prestação de serviços técnicos (agrônomos, veterinários, etc); beneficiamento e transformação da produção agropecuária ou outras atividades complementares, atualmente indispensáveis para os agronegócios. (OLIVEIRA, 2017, p. 97-98).

Dias (2014), ao estudar a pequena cidade de Alvorada do Sul, caracterizou a mesma como cidade voltada para o agronegócio, com a presença também de atividades relacionadas ao turismo e lazer em razão da proximidade do Rio Paranapanema.

As pequenas cidades de Florestópolis e de Guaraci, discutidas respectivamente por Broietti (1999) e por Souza (2008), apresentam dinâmicas econômica e social fortemente vinculadas ao agronegócio da cana-de-açúcar e aos efeitos econômicos e sociais desse tipo de produção. Estas pequenas cidades da RML ligadas ao setor sucro-alcooleiro têm apresentado o predomínio de trabalhadores rurais assalariados que residem na cidade e realizam suas atividades no campo.

Por outro lado, outras pequenas cidades, em meio as transformações ocorridas na agropecuária norte-paranaense a partir da década de 1970, além das atividades correlacionadas a agropecuária, também apresentaram forte desenvolvimento industrial especializado, como o caso de Jaguapitã e Assaí, tendo o setor industrial importante contribuição no PIB municipal (tabela 1).

Almeida (2011), ao estudar Assaí, verificou que a mesma é especializada nos setores industriais (metalúrgico e mecânico). E Veiga (2007), ao pesquisar sobre Jaguapitã, caracterizou essa pequena cidade como especializada na fabricação de mesas para bilhar. São cidades que desenvolverem um tipo de atividade econômica específica, adquiriram singularidades relacionadas a estas especializações funcionais.

Há também pequenas cidades na RML que tem apresentado fraco desempenho econômico e pequena população (inferior a 5 mil habitantes), que estão também mais distantes de Londrina, como Lupionópolis, Miraselva, Prado Ferreira, Pitangueiras, Rancho Alegre, dentre outras. Entre estas cidades, chama-se a atenção para aquelas com população urbana inferior a 3.500 habitantes, como Miraselva com 1.430, Pitangueiras com 2.040, Prado Ferreira com 3.015 e Rancho Alegre com 3.470.

São cidades que apresentaram no ano de 2013 participação no PIB municipal do setor da agropecuária (Rancho Alegre e Pitangueiras), industrial e serviços (Prado Ferreira) e do setor público (administração, saúde e educação) e Seguridade Social (Miraselva) conforme tabela 1. Mas que segundo o IBGE (2016) são cidades nas quais os recursos federais e estaduais são imprescindíveis para manter os serviços básicos e a maioria dos empregos se concentra na administração pública.

Se por um lado, há esses estudos de cunho geográfico discutindo as diferentes dinâmicas e interações das pequenas cidades da RML, por outro lado, conforme apontado no início do texto há carência de estudos desse escalão do urbano no campo da habitação de interesse social e favelas não só na RML como também nas demais regiões metropolitanas brasileiras que são compostas em sua maioria por pequenas cidades. É como se as pequenas cidades não apresentassem problemáticas referentes a questão habitacional, não demandando assim estudos no campo da Geografia.

2. JATAIZINHO: GÊNESE, EXPANSÃO URBANA E QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

2.1 DA GÊNESE À EXPANSÃO URBANA DE JATAIZINHO

Como exemplo de muitos contextos históricos de criação de cidades, Jataizinho teve como ponto de referência o Rio Tibagi, cuja ideia segundo os escritos históricos foi ponto estratégico para instalação da Colônia Militar criada pelo Decreto nº751, de 02 de janeiro de 1851, ainda no período imperial brasileiro.

Em 1858 de acordo com registros históricos a Colônia “contava com 11 casas cobertas de telhas, uma Igreja, uma ferraria, uma olaria, diversos ranchos”. (ALONSO, 2017, p. 07), o que pode sugerir a primeira organização espacial caracterizando um bairro, considerando, sobretudo, a organização administrativa.

Por um lado, trata-se da divisão administrativa da cidade. Por outro, e de forma mais complexa, é uma construção histórica e simbólica, caracterizada por uma conotação afetiva que é interiorizada por seus moradores. É um fator de identidade entre morador e lugar e de identificação entre os membros da comunidade. (SILVA, 2016, p. 28)

Considerando o processo de produção e transformação do espaço, esses sujeitos que habitavam as terras da então Colônia realizavam atividades agrícolas com cultivo de canaviais, roças de mandioca, 22 alqueires de milho, 04 alqueires de feijão, 05 alqueires de arroz e ainda tinham áreas de pastagem. (ALONSO, 2017). Ou seja, esses sujeitos ao chegarem na Colônia, estabelecem “[...] uma nova relação homem/natureza; para fixar-se em um ponto para plantar é preciso garantir o domínio permanente de um território” (ROLNIK, 1995, p. 8).

Temos então um contexto de produção do espaço construído e constituído historicamente tendo o curso do rio como protagonista (figura 4).

É possível visualizar (figura 4) a proximidade da área urbana desta pequena cidade com o curso do rio Tibagi. A cidade como já mencionada inicialmente chamada de Colônia de Jatay, foi fundada nas margens do referido rio (que até então não era navegado) para melhor aproveitamento do recurso hídrico e envio de armas e tropas para a Guerra do Paraguai, sendo de extrema importância o fato histórico para o império. (JATAIZINHO, 2019).

Figura 4. Em destaque vista parcial da área urbana da cidade de Jataizinho/PR, 2019



Fonte: Prefeitura Municipal de Jataizinho/PR, 2019.

De acordo com IBGE (2019) no ano de 1850, o Barão de Antonina objetivando a descoberta dos Campos e Paiquerê mandou abrir uma picada em direção ao Rio Tibagi, em que esse logo tratou de conseguir fundar uma Colônia Militar no ponto onde se tinha o fim da picada. (IBGE, 2019). Assim, em 1851, de acordo com Muller (2001), foi fundada a Colônia Militar de Jatay. Localizado em pontos estratégicos vastos limites territoriais e ainda sobre grande abundancia hidrográfica que permitia a navegação para abastecimento da colônia (JATAIZINHO, 2019).

Consta nos registros da história como marco que acarretou no abandono da colônia e logo no seu desenvolvimento a morte de Frei Timóteo em 18 de maio de 1895 aos 72 anos, sendo retomado o processo de povoamento após 1912, cujo Jataí se tornou ponto de referência para os novos pioneiros que tinham como objetivo o sertão. Nesse período a região se destacou na criação de suínos. (ALONSO, 2017).

No ano de 1923 Jataí contava com apenas uma escola na qual quem lecionava por um proprietário de engenho, chamado professor Vicente Rodrigues Monteiro. Nesta mesma época foi criada uma escola mista, contendo duas classes, que teve a sua frente a catequista e zeladora da Igreja a professora Adélia Antunes Lopes, que atualmente tem seu nome em uma das escolas estaduais do município. (ALONSO, 2017).

Jataizinho dada sua importância estratégica e econômica até a década de 1920, foi elevada pela Lei nº 2614 de 14 de março de 1929 à categoria de cidade e município pelo governo de Afonso Alves de Camargo, sendo nomeado o primeiro prefeito de Jataí Dr. Emilio Muller Neiva de Lima governando até 1931 (ALONSO,

2017).

Jataizinho passou de Colônia para distrito subordinado ao município de São Jerônimo, conseguinte passou a ser comarca de São Jerônimo o qual posteriormente passou a ser denominado Jataí cuja “origem do nome jatahy: é uma referência a grande quantidade de árvores na região que eram denominadas jatobás ou jataí (hymenaeacourbaril) (JATAIZINHO, 2019)”, sendo elevada à categoria de município de Jataizinho pela lei estadual nº 2, de outubro de 1947, sendo desmembrado nessa data de Assaí, no qual Jataizinho foi denominado distrito sede. (IBGE, 2019).

Jataizinho após sua emancipação política teve seu primeiro prefeito eleito no ano de 1947 o Sr. José Moraes Neves, o qual não terminou seu mandato na cidade recém-emancipada. Devido ao posicionamento do prefeito que se negava a prestar as contas públicas relata-se que houve intervenção do Juiz eleitoral da época para reaver as chaves da Câmara Eleitoral. Essa fase mencionada aparentemente conturbada passou a partir de 1950, quando foram instaladas diversas olarias e algodozeiras. Em 1959 foi feito aparentemente o primeiro loteamento de Jataizinho para construções de estabelecimentos comerciais e residenciais na metade da praça. Nesse período foi construída a estação ferroviária, instalada água por meio de poço artesiano, energia elétrica e ainda um posto de Pericultura (ALONSO, 2017).

Jataizinho, a partir de 1960, assim como outras cidades do norte do Paraná - frente as alterações na agropecuária norte-parananese-, passou por processo de urbanização que resultou nos condicionantes das problemáticas que podem ser verificadas atualmente, dentre os quais as questões socioambientais.

Em particular, chama-se atenção para aquelas correlacionadas a situações de enchentes, um dos grandes problemas que permeiam as discussões acerca do planejamento urbano na cidade, dadas a ausência da aplicabilidade de leis, podendo mencionar leis ambientais, o próprio plano diretor e ainda políticas públicas para habitação.

A expansão da área urbana de Jataizinho, a partir dos anos de 1970 e 1980 ocorreu no sentido sudeste e nordeste. E foi intensificada nos anos 1990 com a implantação dos conjuntos habitacionais, sendo relevante pontuar que o primeiro conjunto habitacional foi criado em 1972 e denominado Costa e Silva, “quando através do projeto ‘Onde Moras’ foram implantadas 10 unidades domiciliares no Cj. Hab. Antônio José Vieira, já foram edificadas em Jataizinho, 1.328 unidades residenciais destinadas à população de baixa renda.” (PLHIS, 2012, p. 05).

Em relação a produção de habitação de interesse social e órgãos promotores o Plano Local de Habitação e Interesse Social relata:

Da produção de habitação de interesse social em Jataizinho, percebe-se que a maioria foram empreendimentos tradicionais de construção de casas. A maioria destes empreendimentos teve como órgão promotor a Companhia de Habitação do Estado do Paraná – COHAPAR – em parceria com a Prefeitura Municipal de Jataizinho. A Cohab Londrina participou do processo de produção de habitação de interesse social de Jataizinho ao promover a construção de dois conjuntos habitacionais, o Octaviano Heráclito Duarte, com 192 unidades, e o Jesuíno Loures Salinet, com 164 unidades. (PLHIS, 2012, p. 06).

Desde então, as últimas habitações construídas ocorreram na área cuja extensão se dá no Conjunto Habitacional Antônio José Vieira, sendo construídas 40 moradias pela Caixa Econômica Federal e nomeadas como Sub50, entregues aos moradores em 2015.

De acordo com o Plano Local De Habitação De Interesse Social/PLHIS a expansão urbana ocorreu na continuidade do tecido urbano existente, exceção ao Recanto Beira Rio. Este último é um loteamento de chácaras situado em área de preservação permanente do Rio Tibagi, em área passível de inundação. É loteamento destinado à recreação e ao lazer.

Em se tratando de favelas, ainda nos anos de 1980, no extremo nordeste, foi criada a primeira área de ocupação irregular, denominada de Vila Pavão, em uma área pública mais distante do centro principal. No final da década de 2000, foi construída a primeira ocupação irregular em área privada, propriedade da família Striquer, anexa à Vila Pavão. (JATAIZINHO, 2012, p. 78). São famílias de trabalhadores, que não conseguem com a renda mensal pagar aluguel ou comprar um imóvel e acabam ocupando áreas públicas e privadas, pressionando assim o Estado para o provimento de habitação social, podem ser entendidas como 'grupo social excluído' (CORRÊA, 1989).

Das áreas mencionadas acima se faz necessário registrar que a Vila Pavão ainda se encontra em processo de municipalização, sendo que duas ruas ainda necessitam serem regularizadas, a chamada Rua do Meio e a Rua da Pedreira, e nos Planos diretores tanto de 2007 quanto de 2023 (esse último ainda em processo de revisão) foi destacada a necessidade do desfavelamento deste bairro. A única diferença do inciso V do Art. 23 do plano de 2007 para o inciso V do mesmo artigo do plano de 2023, são as aspas usadas na palavra “desfavelamento” o que de acordo com o dicionário significa desfavelar, eliminar a favela, ou referente ao sujeito que

deixou de morar na favela. (DICIO, Dicionário online de Português).

Em um comparativo do espaço em questão pode-se avaliar uma imagem retirada do PLHIS e uma imagem de 2022 (figuras 5 e 6).

Figura 5. Porção da Vila Pavão e da Família Striquer em 2011 segundo o PLHIS



Fonte: JATAIZINHO, Plano Local De Interesse e Habitação Social, 2012.

Figura 6. Porção da Vila Pavão e da Família Striquer em 2022



Fonte: Google Earth, 2022.

Nas figuras 5 e 6, verifica-se que a extensão das áreas ocupadas da Vila pavão e da Striquer continuam a mesma. O que tem aumentado no entorno dessas favelas diz respeito à criação de bairros via conjuntos habitacionais.

A partir da década de 1990 ocorreram os maiores movimentos de expansão urbana na cidade, os quais ocorreram distantes do centro urbano, apresentando em destaque o Jardim Maria Julia que se caracterizou por ser um loteamento privado que de acordo com PLHIS se diferenciou dos demais “conjuntos das áreas urbanizadas devido às suas deficiências relacionadas à pavimentação e rede de drenagem” (JATAIZINHO, 2012, p. 78), as quais aparecem até os dias atuais.

Na tabela 03 tem-se por ordem cronológica como ocorreu o processo de expansão considerando o número de moradias, assim como data de aprovação e os nomes das áreas.

Tabela 03. Expansão Urbana com base nas datas aprovação e criação dos conjuntos habitacionais de Jataizinho.

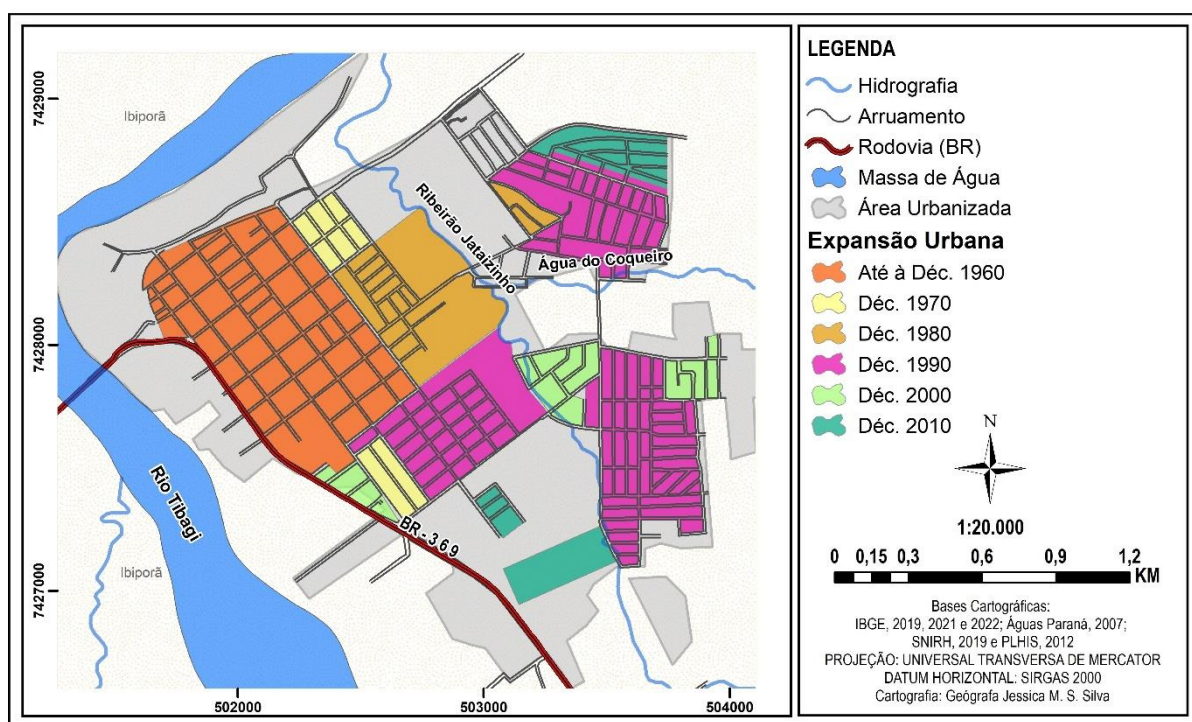
APROVAÇÃO	NOME	Nº DE CASAS	ÓRGÃO GESTOR
1972 / 1974	C. H. Presidente Costa e Silva	33	Cohapar
1978 / 1980	C. H. Família Inohue	100	Cohapar
1981 / 1982	C. H. José Corrêa de Lacerda	94	Cohapar
1988 / 1989	C. H. Manoel Nowisck (mutirão)	50	Cohapar
1990	C. H. Octaviano Heráclito Duarte	192	Cohab
1992	C. H. Milton Félix Pessoa	158	Cohapar
1992	C. H. Guido Zanini	109	Cohapar
1992	C. H. Jesuíno Loures Salinet	164	Cohab
1992	C. H. Antonio José Vieira	398	Cohapar
2002 / 2003	Moradias Javaé (Programa Casa Feliz) (em diversos lotes espalhados)	20	Cohapar
2003	Projeto Onde Moras (em lotes vazios do C. H. Antonio José Vieira) (mutirão)	10	Mutirão
TOTAL	-----	1.328	-----

Fonte: Plano Local de Habitação e Interesse Social, 2012, p. 82.

Pode ser observado na tabela 03 que o estado (a gestão municipal e estadual) atuou na promoção de habitação nessas áreas as quais são consideradas de interesse social, via COHAPAR – Companhia de Habitação do Estado do Paraná em parceria com a prefeitura. Chama-se atenção para a gestão municipal e estadual, que enquanto agentes produtores do espaço urbano, conforme discutido por Corrêa (1989), atuaram como promotores imobiliários, “[...] investindo na produção de imóveis residenciais em determinadas localidades do espaço urbano, para determinados grupos sociais (ação que pode reforçar a segregação residencial e as desigualdades internas da cidade)” (CORRÊA, 2017, p. 45-46).

A expansão urbana a partir dos conjuntos habitacionais espacializada na figura 7, foi direcionada no decorrer das décadas no sentido nordeste dos bairros criados até a década de 1960. E nas décadas de 1990 e 2000 foi construído o maior número de bairros. A referida figura ainda evidencia que a área urbanizada se estendeu até as margens do rio Tibagi.

Figura 7. Em destaque a expansão urbana de Jataizinho da área central para periferia



Fonte: PDM, 2007. Elaborado por: J. M. S. Silva (2023).

E o que não foi evidenciado nos dois planos diretores e no PLHIS acerca da entrega dessas moradias e o saneamento básico, foi levantado junto a sujeitos que residem nos conjuntos habitacionais desde a ocupação inicial por meio de entrevistas abertas. E no contexto dessa pesquisa, essas pessoas foram nomeadas como agentes produtores do espaço social conforme proposto por Carlos, Souza e Sposito (2019). Os mesmos serão apresentados como sendo Agente Produtor do Espaço Social (APES) 01, 02 e etc. buscando dar visibilidade a forma de produção a partir de quem a vivenciou.

Os APES irão ter visibilidade em dois momentos da pesquisa, sendo que nesse primeiro momento buscamos por sujeitos que relatassem como aconteceu a

expansão urbana, a partir dos bairros, e no segundo momento partilharemos as vozes daqueles que residem nas favelas.

A Agente Produtora do Espaço Social 01 (APES 01) nasceu em Jataizinho e ainda pequena foi para uma cidade em Pernambuco, onde residiu até seus oito anos, retornando para a cidade natal em 1971. A entrevistada tem 59 anos, é uma mulher e atua como professora no município. A APES 01 reside em casa própria no Conjunto Habitacional Jesuíno Loures Salinete, datado de 1992 tendo como Órgão Gestor a Cohab (Levantamentos de campo, 2022).

Quando a APES 01 foi contemplada com a casa, apesar de terem sido entregues como planejado, não havia pavimentação nas ruas, aliás não havia meio fio e nem asfalto. Ela relatou que quem construiu o meio fio foram os moradores organizados onde cada qual contribuiu com uma parte do material para serem construídos. E o representante do grupo organizado, na época, conseguiu uma máquina de fazer esse trabalho e conforme ela avançava os moradores disponibilizavam o material. Segundo a entrevistada,

No nosso bairro teve uma associação de bairros que era o senhor A. J o presidente, a rua era uma calamidade quando chovia, tinha até uma tabua para poder atravessar, nós como associação nos reunimos como moradores e começamos a comprar cimento para construir o meio fui acreditando que isso reduziria a erosão, na época o Toninha conseguiu até uma máquina de fazer o meio fio, os moradores guardavam o material em suas casas e conforme ia sendo feito os moradores entregavam. Os vereadores ficaram bravos porque os moradores tomaram providência, já que a prefeitura na época não resolveu a questão. O asfalto começou na gestão da Doutora Terezinha em 2002 aproximadamente 10 anos após a “entrega” das casas. (APES 01)

Foi relatado pela mesma sobre a construção das casas dos conjuntos vizinhos Octaviano Duarte e Antônio José Vieira.

O Octavio Duarte quando foi entregue em duas partes, uma parte foi entregue e as outras não e dessas que não eram terminadas foram invadidas e como eram pequenininhas recebeu o nome de Pombal, depois foi construído esse conjunto e o terceiro Antônio José Vieira o qual foi invadido quase na sua totalidade. (APES 01)

Quando a APES 01 mencionou “foi construído esse” ela se refere ao conjunto onde mora, e relata a respeito das favelas que muitas pessoas e essas não eram as mesmas que haviam sido contempladas com o direito daquela moradia.

As casas foram invadidas sem estarem terminadas, as pessoas quando invadiram foram construindo, criando as casas, podem ser observados que algumas calçadas ficaram pequenas porque as pessoas não tinham dimensão do espaço do terreno. Algumas pessoas não tiveram paciência de terminar de construir e ainda vendeu, tendo alguns arrependimentos. Na época o poder público não havia o que fazer e acabou que as pessoas ficaram morando. (APES 01)

Foi relatado também que em se tratando das casas ocupadas, ocorreram reuniões para regularização da situação na época junto do Órgão Gestor responsável, sendo um deles a Companhia de Habitação de Londrina/Cohab Londrina, informação essa que vai ao encontro com o quadro 02 apresentando anteriormente.

APES 01 relata que na época não havia muitas casas para morar, uma realidade contrária a atual, porém a mesma ressalta que atualmente há empresários que constroem casas para alugar e que o fato de ter casas para morar não significa que todos são donos da propriedade ou terão dinheiro para pagar o aluguel.

A APES 01 relatou que durante o processo de construção de meio fio, calçadas, asfalto, ou seja, infraestruturas básicas, que foi um sofrimento e que teve muita gente que não teve paciência de esperar, ela tem em sua memória que na sua rua permaneceram apenas 04 moradores. Ela mencionou também a dificuldade de acesso aos outros bairros, a inexistência de ponto de transporte público e a questão dos alagamentos.

Não havia ponto de circular, não tinha rua de acesso para a Vila, e quando chovia o córrego enchia e era impossível passar, dependendo da quantidade de chuva a água vinha no joelho e ficava forte. Para trabalhar tinha que dar a volta pelo Nicola Pansardi. (APES 01).

O acesso que a APES01 menciona com enfoque no córrego, trata-se do Córrego do Coqueiro, que ainda em 2022 em épocas de cheia causa alagamentos, conforme discussão feita no próximo subtópico.

Frente as essas questões narradas por moradores, em paralelo ao problema de moradia passou a ser acentuado também a questão ambiental, resultando em áreas de risco e/ou vulnerabilidade na cidade.

2.2 AS ÁREAS DE VULNERABILIDADE E/OU RISCO EM JATAIZINHO

Avaliar as condições vulnerabilidade e/ou riscos impostas à população, dentre outros, por processos de inundação (rio Tibagi), haja visto que a cidade apresenta alta

vulnerabilidade a inundações (FRANÇA, 2002), prescinde de uma discussão teórica acerca destes termos para que uma análise socioespacial daquelas situações seja realizada. Para tanto, foi feito de antemão, a diferenciação entre risco e vulnerabilidade.

Nas ciências sociais o risco é considerado um objeto social visto que se pauta na concepção de que ele parte de uma sociedade que o percebe como tal. Portanto, para que exista a compreensão de que alguma situação possa ser considerada de risco, deve-se considerar que o risco constitui na percepção do perigo possível em relação à uma sociedade que, segundo Veyret (2007), compreende este risco por meio de representações mentais e com ele convive por meio de práticas específicas.

Segundo Aneas de Castro (2000), a origem do termo “risco” é bastante incerta, ainda que esteja presente no inglês (*risk*), italiano (*rischio*), espanhol (*riesgo*), francês (*risque*); além de ter raízes no latim como o termo *rixare* (brigar) e *resicare* (suprimir). Ocorre que a palavra remete na sua etimologia a alguma discórdia e “[...] de fato, a palavra designa, ao mesmo tempo, tanto um perigo potencial quanto sua percepção e indica situação percebida como perigosa na qual se está ou cujos efeitos podem ser sentidos” (VEYRET, 2007, p.25).

Desta forma, o risco se traduz em uma ameaça ou perigo para aquele que está sujeito a ele e o percebe como tal, sendo passível então, por parte do sujeito (pessoa, grupo, sociedade) de uma avaliação acerca de seu potencial de dano à população, para que sejam implementadas ações ora preventivas ora mitigadoras quando aquele risco se apresenta como dano efetivo.

É interessante notar, conforme afirma Castro (et al., 2005), que o termo risco é frequentemente adjetivado, em um contexto da sociedade em que o mesmo é reproduzido, assim, tem-se o risco ambiental, o risco tecnológico, risco natural, biológico, social, econômico, dentre outros mais. E desta forma, o risco refere-se à probabilidade (já que é potencial) de ocorrência de prejuízos e perdas humanas por ocorrer no tempo e espaço de forma inconstante e não determinística (CASTRO et al., 2005).

É neste sentido que risco é entendido como uma noção probabilística, que alerta para o perigo, e que reclama ação; lembrando ainda que o perigo - comumente e equivocadamente tratado como sinônimo de risco -, é um evento que provoca danos e que está intrinsecamente relacionado ao risco e à vulnerabilidade, a qual se distinguirá adiante. O fato é que os perigos só podem ser compreendidos levando-se

em conta o contexto natural e as formas que a sociedade tem apropriado da natureza, produzindo tais perigos (JONES, 1993).

De qualquer forma, na literatura acerca dos riscos ambientais, as áreas de risco apresentam-se como porções do espaço em que se constituem o que se denomina como *hazards* (perigo), ou seja, são situações (ou locais) em que há algum tipo de perigo que afete a sociedade. É muito importante afirmar que "[...] um hazard não é natural em si, mas trata-se de um evento que ocorre na interface sociedade-natureza" (MARANDOLA JR; HOGAN, 2004, p. 98).

Uma ocorrência bastante ilustrativa sobre os *hazards* diz respeito ao surgimento de um paradigma de estudos geográficos dos riscos e perigos naturais realizado já na década de 1920, nos Estados Unidos. Especificamente, no ano de 1927, quando o governo estadunidense solicitara ao Corpo de Engenheiros (U.S. Corps of Engineers) estudos destinados à adequação da gestão de suas bacias hidrográficas em projetos desenvolvimentistas, muitos geógrafos questionaram a ênfase estritamente pautada na engenharia, propondo possibilidades de soluções alternativas.

Conforme White (et al., 1958), ainda que as obras de engenharia estrutural realizadas tenham “resolvido” a questão das inundações recorrentes nas áreas rurais e urbanas, as perdas ocasionadas pelas inundações continuavam a ocorrer e os custos de mitigação aumentavam consideravelmente a cada ano. Estas conclusões e uma nova percepção da necessidade de se incorporar a análise social, dada a premissa de que os fatores sociais governam o comportamento ante os ajustamentos humanos aos *hazards* - como as inundações -, deu-se em meio às conclusões em artigo escrito sobre as mudanças produzidas pela ocupação humana nas planícies inundáveis dos Estados Unidos (WHITE et al., 1958).

A partir da década de 1970, o perigo era o fenômeno estudado e o risco a perspectiva em que se colocava a abordagem do problema. Entre estes perigos, estão as enchentes, deslizamentos, tornados, erupções vulcânicas, furacões, vendavais, granizo, geadas, nevascas, desertificação, terremotos e assim por diante. Acentuando-se que são considerados perigos no momento em que causam danos às populações (BURTON; KATES; WHITE, 1978; ANEAS DE CASTRO, 2000).

Ressalta-se que desde meados da década de 1970, a abordagem dos hazards na Geografia baseava-se na Ecologia Humana, dando-se ênfase às relações entre os perigos naturais e as respostas sociais a estes, bem como na redução das

perdas oriundas destes processos (MILETI, 1999).

A partir de todo esse desenvolvimento das pesquisas, com ênfase cada vez maior nos aspectos humanos da questão, Castro, Peixoto e Rio (2005, p. 27), ao discutirem sobre risco ambiental afirmam que "[...] não se pode pensar em risco sem considerar alguém que corre risco, ou seja, a sociedade". Esta ideia baseia-se no raciocínio de que o risco pode ser vinculado a um acontecimento que pode realizar-se ou não, mas que somente se constitui quando "[...] há a valorização de algum bem, material ou imaterial, pois não há risco sem a noção de que se pode perder alguma coisa". Como afirmam Dagnino e Carpi Júnior (2007), o risco é sempre um objeto social, seja quando uma comunidade ou indivíduo específico são atingidos, vivenciam ou sofrem com o mesmo.

“Observa-se, portanto, que os riscos são existentes quando há um conjunto de variáveis naturais e sociais, que culminam na ocupação irregular, em ambientes cujas as condições físico-naturais tendem a ser frágeis”. (GIRÃO, I. R. F.; RABELO, D. R.; ZANELLA, M. E, 2018, p. 72).

No que tange a vulnerabilidade, ainda que a mesma já estivesse associada à noção de perigo, é a partir do fim da década de 1980 e na década de 1990, que a mesma adquire a noção atualmente utilizada. Para os geógrafos, a vulnerabilidade é uma característica intrínseca dos lugares, definidos por este conjunto de condicionantes ambientais e sociais, e que devem ser estudados caso a caso, para que se possa auferir onde um ou outro elemento tem maior relevância, e onde ambos agem simultaneamente e com a mesma intensidade, na exposição das populações a riscos e perigos e na sua consequente vulnerabilidade.

Coaduna com esta perspectiva as considerações feitas por Rebelo (2003) em relação à confluência existente no que tange o tratamento dos termos risco e vulnerabilidade.

Como afirmado anteriormente, dado que a vulnerabilidade é algo intrínseco ao lugar, a possibilidade de se dividir o espaço em “zonas de vulnerabilidade” que, segundo Cunha (et al., 2003), permitem identificar carências ou vantagens diferenciadas que, mais além das disponibilidades materiais, possam dar maior poder de resposta ao conjunto de dificuldades que o espaço desigual impõe aos habitantes.

Além desta vulnerabilidade social, acrescenta-se ainda o que é exposto por Hogan (et al., 2000) que coloca a necessidade de associar à abordagem socioeconômica uma série de dados que desnudam a distribuição desigual dos bens

e serviços públicos e as desigualdades socioespaciais, materializadas na ocupação diferenciada do território.

Como se percebe, risco e vulnerabilidade são termos que se relacionam considerando determinados cenários, porém não são sinônimos, pois, havendo uma maior vulnerabilidade, o risco torna-se maior, dada as condições em determinadas áreas. A possibilidade de perdas, como colocam Castro (et al., 2005), intrínseca ao risco, possui uma dimensão espacial que pode ser desdobrada em vários aspectos e, no que tange à distribuição espacial dos riscos, é evidente uma concentração espacial dos mesmos nas cidades (sem negligenciar os espaços agrários), por se constituírem como “[...]o *locus* da produção e reprodução de processos produtivos, e de um modo de vida que propicia a concentração da população, estimula a produção industrial, as relações comerciais e prestação de serviços” (CASTRO et al., 2005, p.27).

Como asseveram ainda,

Nestes espaços, o risco também pode ocorrer, freqüentemente, em função da inadequação ou de características conflitantes das formas de ocupação e uso do solo e os processos produtivos/tecnológicos, sociais e "naturais", que determinam situações de perdas potenciais ou efetivas. Deste modo, a apropriação e uso dos recursos naturais através de processos produtivos e a própria dinâmica dos processos da natureza e dos processos sociais tendem a gerar riscos à sociedade, relacionando-se à sua dinâmica sócio-espacial (CASTRO et al., 2005, p.27).

Comportamentos e respostas da sociedade e, mesmo de seus indivíduos, a estes riscos são influenciados, sobremaneira, por dinâmicas externas àqueles. Segundo Palm (1990), existem fatores de macro escala e mesoescala que restringem decisões e atividades individuais, tanto positivamente como negativamente. As normas, tradições culturais, bem como as relações político-econômicas atuam na escala macro, enquanto que na escala meso tem-se as ações dos agentes imobiliários e gestores urbanos, cujas decisões afetam a gama de escolhas disponíveis para o indivíduo. Quando se avalia as percepções e decisões subsequentes dos indivíduos em meio às situações de risco, torna-se crucial considerar as restrições impostas pelo contexto em que as decisões são tomadas.

Assim, é importante ressaltar o estudo das percepções e construções socioculturais em torno do risco, considerando as múltiplas interpretações que esse pode vir a tomar, dependendo do campo de estudo. Neste caso o conceito reflete as questões atreladas a vulnerabilidade socioambiental, onde os mesmos podem influir diretamente no resultado de políticas públicas ou esforços de prevenção, proteção no

que tange as áreas urbanas e suas construções.

O conceito de risco está relacionado ao sentido de imprevisibilidade ou a probabilidade de algo acontecer. Porém, a constante associação ao conceito de perigo, torna o risco um elemento de imprevisibilidade relacionado à exposição ao dano, ao ruim, ao severo. (GIRÃO, I. R. F.; RABELO, D. R.; ZANELLA, M. E, 2018, p.75)

Haja vista a maneira pela qual as sociedades ocupam e utilizam os territórios, os riscos podem provocar danos com intensidade e frequência diferenciados no espaço, sendo os mesmos complementados pela ideia de vulnerabilidade, posto que em função do uso do solo e infraestrutura de uma determinada área, o dano em função de um hazard (enchentes, deslizamento) promove graus diferenciados de vulnerabilidade, conforme a situação social e econômica das populações atingidas.

Como afirma Hogan (et al., 2000), em uma cidade específica há situações diversas de segregação espacial, crescimento de favelas e exclusão social depreendem-se do estilo de vida “predominante”, colocando em situações de vulnerabilidade populações que não tem acesso ao mercado de consumo, bem como aos serviços públicos, agravando ainda mais a situação de vulnerabilidade destas populações que, em função deste processo, têm suas condições de vida afetadas.

Nesse sentido, considerando-se a população de parte da sociedade exposta a estas áreas de risco, a necessidade de se criar ou promover instrumentos que permitam uma avaliação das situações adversas encontradas no espaço em análise, têm uma importância fundamental na elaboração de políticas públicas de desenvolvimento urbano que interfiram positivamente nas condições de vida da população local.

Os estudos acerca desta temática têm se ampliado no Brasil a medida que este se apresenta em várias dimensões, e esse se expandiu a partir da década de oitenta e noventa, a luz de pesquisadores como cita Maior e Cândido (2014), D’Ercole (1994), Blaikie et al. (1994), Fournier (1995), Cardona (1996), Hewitt (1997), Moser (1998), Kaztman et al. (1999), Gonzáles et al. (1999), dentre outros incluindo brasileiros posteriormente. A ampliação dos estudos acerca da temática segundo esses autores abrange questões relacionadas diretamente ao crescimento urbano atrelados a instabilidade socioeconômicas da população que culminam para situações desastrosas no tange os riscos ambientais que podem acarretar perdas materiais ou até mesmo de vida.

Desta forma os pesquisadores

avaliaram a importância do significado das condições sociais na incidência, extensão e distribuição das ameaças naturais. Eles mostraram que a perda e a sobrevivência estão relacionadas muito de perto com os padrões e as variações da qualidade de vida material da sociedade, tanto no que se refere à ocorrência de danos e tipos estabelecidos, e onde, como e especialmente a quem afetam. (MAIOR; CÂNDIDO, 2014, p.242).

Considerando o que os autores mencionam acima a relevância em se compreender as condições sociais na incidência assim como na sua extensão e distribuição no que diz respeito as ameaças naturais permeiam toda vida material da sociedade assim como os sujeitos que a constroem.

Pensar em vulnerabilidade socioambiental envolve estudos acerca dos grupos de risco social, questões sobre degradação ambiental, falta de serviços e estruturas urbana (MAIOR; CÂNDIDO, 2014)

Dessa forma, não se pode tratar da vulnerabilidade socioambiental sem considerar a expansão urbana para áreas periféricas, relacionada à procura por habitação em áreas com baixo valor da terra e sem infraestrutura. Essa dinâmica da expansão urbana, para regiões periféricas e periurbanas, estabelece uma condição de ocupação dos pobres e miseráveis de residir em áreas com más condições urbanísticas e de infraestrutura – sem abastecimento de água tratada, sem saneamento, sem coleta de lixo, etc. –, tais como: terrenos com alta declividade ou próximos a cursos d'água e de lixões, geralmente áreas públicas e/ou de preservação. Os índices de pobreza quantificam o grau da exclusão que fatores socioeconômicos impõem em um determinado lugar a alguns grupos. (Idem, p. 246).

Em relação à cidade de Jataizinho/PR, a partir do que os autores apontam, pode-se destacar situações de vulnerabilidade socioambiental em determinados casos e de riscos em outros.

Contudo, a construção de um debate acerca de vulnerabilidade aponta para suscetibilidade ambiental que nas palavras de Girão, Rabelo e Zanela, (2018, p. 72) “a vulnerabilidade está posta quando há um conjunto de fatores naturais e sociais específicos que fomentam a suscetibilidade ao risco”

A sociedade, enquanto principal agente transformador da natureza, pode produzir condições diversas de instabilidade e fragilidade, gerando risco, caso alguém seja afetado. Considerando que a instabilidade do meio pode existir independente do uso humano, refletimos que o uso e ocupação antrópica é capaz de acentuar e gerar maior suscetibilidade e o consequente risco. (GIRÃO, I. R. F.; RABELO, D. R.; ZANELLA, M. E, 2018, p 73)

Tendo como base teórica os conceitos mencionados acima, pensando as situações percebidas em Jataizinho no que os tange, dentro de cada especificidade, a cidade hoje apresenta um contexto de variáveis que ora apresentam-se como área de risco, ora como áreas em vulnerabilidade socioambiental, considerando a

suscetibilidade destas e suas condicionantes.

2.3 JATAIZINHO E A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Em se tratando dos conceitos de vulnerabilidade e de risco, pautando-se na discussão teórica realizada anteriormente, o risco está relacionado, em Jataizinho, àquelas áreas com moradias próximas do rio Jataizinho e Córrego do Coqueiro, devido às margens desses constituírem-se como áreas de risco, com inundações em tempos chuvosos.

Já para o conceito de vulnerabilidade, há que se levar em consideração que muitos desses sujeitos que residem próximos as margens de rios, tidas como áreas de riscos, não encontram-se em situação de vulnerabilidade, uma vez que esse conceito diz respeito, sobretudo, a exclusão social, pobreza e marginalidade (MAIOR; CÂNDIDO, 2014). E esse não é o caso de alguns sujeitos que residem nas áreas de chácara, os quais também são vítimas dos desastres ambientais causados pelas chuvas, uma vez que estão próximos ao curso do rio, porém não se encontram em situação de vulnerabilidade.

Blaikie et al. (1994) afirma que a vulnerabilidade está diretamente associada à capacidade de um grupo ou família para resistir a efeitos nocivos e perigo e de se recuperar facilmente. Assim, a vulnerabilidade envolve uma combinação de fatores que determina o grau em que a vida de alguém ou de um grupo é colocada em risco por um evento discreto e identificável (ou uma série de tais eventos), na natureza e na sociedade. (In: MAIOR; CÂNDIDO, 2014, p. 244-245).

Os eventos que ocorrem em Jataizinho/PR, de acordo com o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil/SINDEC, aparecem nomeados como enxurradas, enchentes ou inundações bruscas ou graduais, alagamentos, vendavais e tempestades.

De acordo com o banco de dados fornecidos pelo coordenador da Defesa Civil local, o SINPDEC tem seu registro mais antigo datado de 1997 e o mais recente foi realizado em 2021 (tabela 4). Os registros com as respectivas ocorrências as quais são preenchidas em um formulário chamado “Formulário de Informações de Desastres – FIDE” o qual compõe o sistema da Defesa Civil do Paraná e do Brasil subsidiam o orçamentário para contribuir com os grupos que necessitem em épocas com tais ocorrências.

A tabela 4 se constitui em dados relacionados à tipificação do evento, área afetada, danos humanos, danos materiais, danos ambientais, prejuízos econômicos de área pública e privada, considerando os serviços essenciais prejudicados e as descrições de cada item mencionado.

Por exemplo, quando se trata de danos ambientais os quais aparecem na tabela como item no ano de 2013 são considerados: Contaminação da água; Contaminação do solo; Contaminação do ar; Diminuição ou exaurimento sazonal e temporário da água; Incêndios em parques, Área de Proteção Ambiental/APA ou Área de Preservação Permanente/APP.

Para além desses itens são feitas a descrição dos danos ambientais, essa descrição ocorre após cada item do formulário e tem como objetivo o detalhamento da ocorrência. Contudo se tratando dos danos ambientais a partir de 2013 foi possível observar o detalhamento quando constava o dano.

Tabela 4: Descrição Cronológica de Problemas Ambientais segundo a Defesa Civil

ANO	TIPIFICAÇÃO	ÁREA AFETADA	DANOS HUMANOS	DANOS MATERIAIS	DANOS AMBIENTAIS
1997	Enchentes ou Inundações Graduais	Todo o Município	Desalojados: 900 pessoas	Residências: 180 Públicas: 02	Não Consta
2009	Enchentes ou Inundações Graduais	Zona Urbana	Desalojados:115 Desabrigados: 06	00	Não Consta
2010	Enxurradas ou Inundações Bruscas	Todo o Município	1100 pessoas afetadas	00	Não Consta
2012	Enxurradas ou Inundações Bruscas	Todo o Município	Desabrigados: 280 Afetados:1500	Residências: 38 Públicas: 02	Não Consta
2013	Alagamentos	Urbana e Rural; Reserva Florestal ou APA; Turismo e outras.	Desalojados: 20; Total de afetados: 80	Unidades habitacionais: R\$3.000,00	Contaminação da Água: 0 a 5%; Contaminação do Solo: 0 a 5%; Diminuição ou exaurimento sazonal e temporário da água: mais de 20%
2015	Tempestade Local/Convectiva – Vendaval	Área Rural	Moradores (Outros danos) 05	Danos em 01 casa	Nenhum dano
2016	Enxurradas	Urbana e Rural. Rural: Agrícola e extrativismo vegetal	Desalojados: 150 Desabrigados: 1 Outros Danos:6000	Destruidas: 01 Unidade Habitacional e 03 obras de infraestrutura pública; Danificadas: 05 obras de infraestrutura pública.	Não Houve ocorrência
2017	Alagamentos	Vias de acesso as chácaras situadas na Rua Medardo Galli. Ilha São Luis Proximidades da BR 369 km 128	Não ocorreram danos	Não ocorreram danos	Sem danos ambientais
2018	Enxurradas	Urbana: residencial; Rural: comercial.	Desalojados: 25 Outros: 4525	Unidades Habitacionais: 111 Obras de Infraestrutura pública: 13 Valor: 143.899,00	Contaminação da água 0 a 5% Contaminação do solo 0 a 5% Contaminação do ar 0 a 5%
2019 03/06	Enxurradas	Rural: Agrícola	00	00	Não afetada
2019 08/11	Alagamentos	Urbana	Outros: 32	Unidades Habitacionais: 15	Não Afetada
2021	Tempestade Local/Convectiva – Vendaval	Urbana: Residencial; comercial; turismo e outras.	Não houve	Instalações Públicas de uso comunitário R\$1500,00	Queda de uma árvore, atualmente em extinção. Nome Popular: Araucária Nome Científico: Araucaria angustifolia (Bertol.) Kuntze

Fonte: Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, 1997 a 2021. ORG. SILVA, 2023.

No período de 1997 a 2021 ocorreram 12 registros, os quais tiveram as

seguintes denominações para a tipificação sobre o desastre: Enchentes ou Inundações Graduais; Enchentes ou Inundações Bruscas; Alagamentos; Tempestade Local/Convectiva – Vendaval; Enxurrados. Tendo ocorridos os episódios descritos: 02; 02; 03; 02; 03 respectivamente a ordem citada.

É importante ter claro que os responsáveis pelos registros não foram a mesma pessoa ao longo dos anos, uma vez que o ocupante do cargo é alguém indicado pela gestão vigente, desta forma temos um cenário que abrange não apenas conceitos do que se trata o desastre, mas como quem está o registrando pode o compreender.

Temos ainda uma tabela de “Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – Cobrade” instituída por meio da Instrução Normativa nº01 de 24 de agosto de 2012, cuja sua elaboração foi realizada com base no Banco de Dados Internacionais de Desastres (EM-DAT) do Centro para Pesquisa sobre Epidemiologia de Desastres (CRED) e da Organização Mundial de Saúde (OMS/ONU), com objetivo de padronizar e adequar, podendo verificar-se a definição e classificação de cada desastre, sendo esta tabela é usada pela defesa civil de acordo com o coordenador atual de Jataizinho/PR.

Inundações: Submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície;

Enxurradas: Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial. Apresenta grande poder destrutivo;

Alagamentos: Extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e consequente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas;

Tempestades: Coluna de ar que gira de forma violenta e muito perigosa, estando em contato com a terra e a base de uma nuvem de grande desenvolvimento vertical. Essa coluna de ar pode percorrer vários quilômetros e deixa um rastro de destruição pelo caminho percorrido. (COBRADE, 2012)

Alguns registros fotográficos realizados pela defesa civil em bairros da cidade evidenciam eventos tipificados na tabela 04. A figura 8 é um exemplo de inundações ocorridas em 20/06/2012 e em 03/10/2018, na rua Tibagi que se encontra na área de várzea do ribeirão Jataizinho, na cidade de Jataizinho.

Figura 8: Vista parcial da inundação na Rua Tibagi próxima ao Ribeirão Jataizinho, destaque queda do muro do Ginásio de Esportes em 2012



Fonte: O Bonde 20/06/2012. Disponível em: <https://www.bonde.com.br/bondenews/parana/cheia-deixou-moradores-ilhados-em-ibipora-e-jataizinho-230529.html>

Foi informado na tabela ainda dados referentes aos danos humanos e danos materiais. Sobre os danos humanos apenas nos anos de 2017, 2019 (03/06) e 2021 que não ocorreram perdas aos sujeitos sociais, os quais dentre os danos se encontraram desabrigados, desalojados e em alguns momentos usam a palavra “outros danos” para caracterizar, por exemplo, quintais com lama, danos na calçada etc. Dentre os danos humanos mencionados atrelados aos danos materiais fica evidenciado que esses ocorrem, sobretudo, nas unidades habitacionais, desta forma abaixo faremos a descrição das áreas atingidas nesses períodos e conseguinte iremos junto dos documentos oficiais analisar se são as mesmas que aparecem como área de risco e área de vulnerabilidade socioambiental (tabela 05).

Tabela 05: Descrição das áreas afetadas em Jataizinho de 2013 a 2021

Ano	Descrição das Áreas Afetadas
2013	[...] foram afetados principalmente as residências mais aproximadas ao rio Tibagi em especial o conjunto de lotes de chácaras que ao todo somam 32, e somando uma área total de aproximadamente 1.400 metros sob a extensão do rio Tibagi em parte da área urbana.[...] Foi constatado que, pelo menos, 20 chácaras sofrerão consideráveis danos estruturais e materiais. Ambas acumularam em média 30 centímetros de lama advindas do rio Tibagi, e todas formaram pequenos bolsões de água em seu interior.[...] nas comunidades afetadas direta e indiretamente pelo rio, Jataizinho (afluente do Tibagi), localizadas nos conjuntos

	habitacionais vila Bernardes e Vila Frederico Lucarewisk, Jardim Maria Júlia e Jardim Novo Rio, constatamos que, 40 residências sofreram algum tipo de dano estrutural e/ou material. Todas as residências tiveram que retirar algum tipo de entulho como vegetação ou de restos de estrutura como tijolos, vergalhões, cimento.
2015	Apenas área rural afetada, sendo 01 casa não identificada o local.
2016	Na Área Urbana -Centro, Vila Frederico, Conjunto Manoel Novisk, Jardim Novo Rio, Jardim Maria Julia, Antônio Jose Vieira. Na Zona Rural - Água Das Flores, Água Do Pari, Alto Alegre, Taquari, Distrito De Frei Timoteo
2018	Conjunto Antônio José Vieira Ruas: Aristides Bitencourt, Rua Euzébio Monteiro e Avenida Orlando Sales Striquer; Conjunto Habitacional Octaviano H. Duarte: Rua Cedir Francisco dos Santos, Vila Bernardes: Rua Orlando Gomes da Silva; Vila Frederico Lucarewisk: Avenida Orlando Sales Striquer, rua Brasília, Rua São Paulo , Residencial Frei Jeronimo (fundos do Residencial), Rua Tibagi ao lado do Estádio municipal, fundos do residencial Jardim Paraíso e residencial Tibagi, nas proximidades da Rua Curitiba.
2019	bairro próximo a terreno da loteadora Abusaf. Zona urbana.
2021	Praça Frei Timóteo, Centro.

Fonte: Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.1997 a 2021. Org. SILVA, 2023.

Contudo na tabela 03 pode-se observar que as áreas atingidas se repetem ao longo dos períodos, e destas mencionadas acima a Vila Pavão e a Vila Frederico Lucarewisk aparecem nos Planos Diretores como sendo áreas de risco, caracterizadas por problemas sociais e econômicos, constando ainda no PDM (2007, p. 193) que “[...] os incidentes naturais mais significativos são as inundações dos rios em época de chuva” nas referidas áreas.

Voltamos atenção também para extensão da Avenida Orlando Sales Striquer, um dos acessos a Vila Frederico Lucarewisk, Vila Bernardes entre outros, entretanto a segunda área mencionada uma parte das casas assim como acesso a esses bairros passam por problemas em épocas de chuvas, devido sobretudo, ao Córrego do Coqueiro.

De acordo com o PLHIS (2012, p. 98)

O município de Jataizinho, segundo informações Departamento de Obras, possui 23 unidades residenciais situadas em áreas de risco devido à sua localização em áreas de preservação permanente nas margens do Córrego do Coqueiro, margens estas passíveis de alagamento pelas águas do córrego em períodos de chuva intensa.

De acordo com o documento a solução para o problema está na recuperação do Vale do Córrego do Coqueiro.

Ainda em observância as áreas mencionadas no PDM 2007 em seu descritivo sobre as redes de galerias pluviais cujos sistemas quando inexistentes ou inefficientes causam danos em época de chuva, no caso de Jataizinho/PR os eventos de chuvas com fortes enxurradas apresentados na tabela acima causaram danos a bairros que

são identificados no documento.

De um modo geral, a maioria das ruas pavimentadas possui rede de galerias pluviais, [...] apresenta bairros onde o sistema é inexistente ou ineficiente apresentando áreas problemáticas de escoamento provocando erosão no asfalto, inundações e entupimento das galerias. São eles: Jd. Maria Julia, Conj. Manuel Nowinsk, Conj. Guido Zanini, Vila Frederico, Conj. Octaviano H. Duarte (na Rua Euzébio Monteiro no trecho entre a Rua Orlando Salles e Avenida Paraná), Conj. Javé (na Rua Rosiney Vaz dos Santos) e Conj. Novo Rio. (PDM, 2007, p. 136).

As áreas identificadas têm sido submetidas ao longo dos tempos a períodos de grande precipitação pluviais, podendo pontuar que as redes pluviais fazem parte das previsões vistas no capítulo primeiro que trata da Política de Proteção e Preservação Ambiental de ambos os PDM (quadro 01).

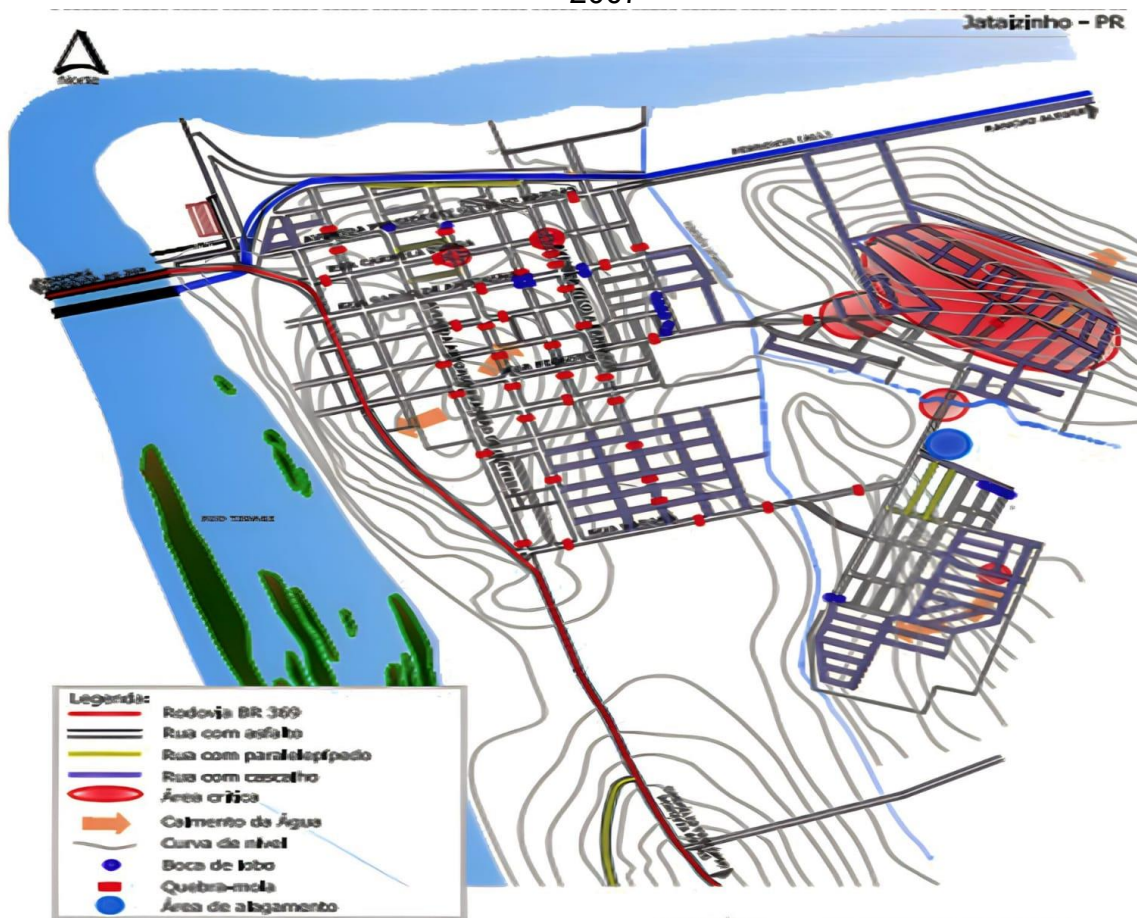
Quadro 1: Comparativo PDM 2007/2023 em relação a Política de Proteção e Preservação Ambiental

PDM 2007	PDM 2023 -MINUTA
XXV - garantir sistema de drenagem em toda área urbana consolidada e ao longo das estradas rurais; XXVII - garantir a manutenção e fiscalização da rede de drenagem de águas pluviais a fim de evitar a ligação clandestina de ligações de esgoto a rede.	L - Remapeamento das Galerias Pluviais e execução de obras em Galerias antigas ou insuficiente para escoamento das águas; LI - Repassar a responsabilidade sobre manutenção das galerias pluviais à autarquia responsável pelo saneamento municipal (SAAE) conforme Marco Legal do Saneamento (Lei Federal nº 14.026/2020);

Fonte. JATAIZINHO (2007 e 2023). Org. A autora, 2023.

As questões que envolvem as galerias pluviais foram mencionadas no decorrer dos PDM'S, entretanto apesar da necessidade para que essas se concretizem, a maior mudança de um plano para o outro é a de transferir a responsabilidade para o órgão responsável pelo saneamento básico (figura 9).

Figura 9: Espacialização da rede de drenagem e pavimentação de Jataizinho/PR, 2007



Fonte: Extraído de Jataizinho, 2007.

Contudo, na Minuta do Plano Diretor Municipal 2023 em construção, também há a previsão de drenagem das águas pluviais, entretanto, não faz menção a nenhuma área especificamente.

Com base na análise dos dados fornecidos pela Defesa Civil pode-se além das áreas se repetirem que alguns anos não foram registrados desastres ou não aconteceram, e que o formulário passou por adequações que permitem maior riqueza de detalhes. Os problemas causados pela época de chuvas em Jataizinho, analisando os documentos municipais se relacionam as questões de infraestrutura dadas as formas como o processo de crescimento urbano ocorreram, pontuando, bairros privados loteados e vendidos sem infraestruturas e saneamentos adequadas ou inexistentes, favelas que de longa data carregam os mesmos problemas.

As questões que permeiam ou que desencadeiam os problemas socioambientais em Jataizinho/PR não são uma particularidade desta cidade, a forma de crescimento desigual e concentração de população com baixa renda faz parte do

cenário de crescimento urbano no Brasil.

[...] as cidades brasileiras apresentam uma concentração da população de baixa renda de forma desigual, numa mesma extensão geográfica, onde se observa a ocorrência de eventos naturais como enchentes, deslizamentos, desmoronamentos e/ou vendavais, que causam perdas e danos de toda ordem (DESCHAMPS, 2004 *apud* MAIOR; CÂNDIDO, 2014, p. 243).

Problemas relacionados a danos causados principalmente pelas chuvas fazem parte da realidade de Jataizinho. Realidade essa comum a outras cidades brasileiras, independente do volume populacional, ou extensão territorial. Jataizinho, assim como toda e qualquer cidade passam por problemas tanto de ordem socioambiental quanto de outros setores, podendo se dizer que dados o número e a frequência com que as favelas ocorrem, pode até arriscar a dizer que esse é um problema visto nos grandes centros, comum na pequena cidade, os quais são reflexos da ausência de políticas públicas habitacionais que ocasionam em outros agravantes, como saneamento básico, serviços e infraestrutura.

Se tratando de questões relacionadas ao Saneamento Básico do Município, considerando um panorama geral, de acordo com Instituto de Água e Saneamento, Jataizinho/PR não possui políticas municipais de saneamento, porém possui Plano Municipal de Saneamento.

Em relação ao acesso ao abastecimento de água 100% da população atendida, inclusive a ocupação privada do Bela Vista, já em relação ao esgotamento sanitário a ocupação como já mencionada ainda não tem acesso, porém soma-se 93,08% da população total atendida, isso se tratando da população urbana.

Quanto a coleta de Resíduos Domiciliares 95,06% é atendida, atualmente o serviço foi terceirizado devido à ausência de espaço correto de descarte desses resíduos no município. Também ocorre a coleta seletiva de resíduos recicláveis por meio da cooperativa Cooperjaty. Contudo, os dados apresentando sobre a drenagem de águas pluviais vão de encontro com os problemas já apresentando e previstas possíveis ações para solucioná-los nos documentos municipais. O município atualmente um quadro onde 2,5% dos domicílios estão sujeitos a risco de inundações. (INSTITUTO DE ÁGUA E SANEAMENTO, 2023).

O Instituto de Água e Saneamento apresentou em seus dados que de 2013 a 2020 foram registrados 03 enxurradas, inundações ou alagamentos e ressaltam que problemas no sistema de drenagem e manejo das águas das chuvas desencadeiam impactos diretos na vida das pessoas e consequentemente acarretam problemas de

cunho socioambiental. (INSTITUTO DE ÁGUA E SANEAMENTO, 2023).

Dados as problemáticas que norteiam a presente pesquisa ficou claro que dentre todos os problemas de caráter socioambiental fica claro que os que estão visíveis são os relacionados aos períodos de chuva, dadas não apenas pelo curso das águas, mas, por problemas de infraestrutura urbana relacionados diretamente ao crescimento e a questão habitacional, uma vez que na ausência de políticas públicas habitacionais os sujeitos produtores do espaço urbano vão dando seu próprio jeito de sobreviverem, independente das condições apresentadas nas áreas construídas e de como eles irão se resolverem. O certo é que seja pensando em políticas para construção de áreas residências, seja pensando em resolver os problemas já apresentados, o poder público tem deveres a cumprir, podendo se dizer que esses deveres no caso de Jataizinho têm se arrastando de uma gestão para outra, se tornando muitas vezes algo comum ou que se naturalizou como sendo intrínsecas as características geográficas do município.

3 POLÍTICAS HABITACIONAIS E AMBIENTAIS EM JATAIZINHO: PLANO DIRETOR VERSUS A REALIDADE DAS FAVELAS

3.1 OS PLANOS DIRETORES DE 2007 E 2020 DE JATAIZINHO: A POLÍTICA HABITACIONAL E AMBIENTAL

Os gestores da cidade de Jataizinho iniciou em 2018 o processo de revisão do plano diretor (2017-2027), que deveria ter como um dos eixos norteadores a participação democrática.

A revisão foi iniciada em 2018 e se estende até os dias atuais (fev. de 2023). Pode-se dizer que na gestão anterior a equipe técnica designada para fazer a revisão do PDM realizou cerca de 80%, porém com o período de pleito eleitoral e as condições pandêmicas não foram possíveis finalizar, porém foram realizadas três reuniões com a diretoria para discutir diretrizes, socializar orientações e recomendações administrativas advindas do Ministério Público.

As reuniões ocorreram nas datas de: 30/10/2019; 08/11/2019; 13/11/2019. Na primeira reunião a pauta objetivou discutir e analisar as Recomendação Administrativa nº 12/2019 do Ministério Público referentes as áreas de preservação ambiental, orientando realizar uma análise acerca das áreas de inundações, exclusão das áreas de preservação pelo empreendedor dos lotes ficando essas reservadas para áreas institucionais, instalação de soluções adequadas ao esgotamento sanitário a fim de impedir a poluição do rio, não realização de parcelamento do solo em áreas de preservação permanente, assim como em áreas identificadas como passíveis de inundações ao longo do rio.

A Promotoria Pública solicitou, ainda na ocasião, sendo registrada na referida reunião que fosse incluída no Plano Diretor a identificação e o objetivo da Lei de Uso e Ocupação do Solo, a regulamentação específica da zona urbana criada ao longo do Rio Tibagi, para que sejam previstos requisitos mínimos para o parcelamento e uso do solo, exigindo-se a preservação das matas ciliares, bem como sua exploração de forma sustentável.

Na ata da reunião supracitada, constavam ainda as solicitações tais como:

à identificação de áreas de interesse para preservação e passíveis de REURB-E e REURBE-S, solicita que sejam identificadas no Plano Diretor as áreas de interesse para a instituição de unidades de conservação, sendo área verde ou de interesse ambiental para viabilizar a arrecadação

de ICMS Ecológico do Município, bem como, que essas áreas sejam mapeadas e identificadas como área de preservação permanente do Rio Tibagi, Rio Jataizinho e demais rios e córregos da zona urbana do município que devem constar em lei compatível com o Plano Diretor, bem como deve constar no Plano os núcleos urbanos cujas regularizações devam ser promovidas através do Reurb de interesse social – Reurb - S ou acompanhadas pelo Município pelo seu potencial beneficiário – Reurb de interesse específico – Reurb – E, adequada nos termos da Lei nº 13.465/2017. (ATA PDM, 2019.)

Dentre as solicitações acima, não foram identificadas na minuta do PDM em construção menções sobre REURB, sendo evidenciada apenas a regularização fundiária, aparentemente sem as diretrizes postas pela lei do Reurb de 2017, sendo ela um “conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.” (REURB, Lei nº 13.465/2017).

De acordo com Sotto (2021, p. 10)

Diante do quadro normativo posto pela Lei da Reurb, depreende-se que os Municípios precisam se organizar para obter e reservar recursos financeiros para financiamento da infraestrutura essencial dos projetos de Reurb-S e, se for o caso, também dos projetos de Reurb-E localizados sobre áreas públicas. Mais ainda, para áreas privadas sobre as quais ainda não tenha se operado a prescrição aquisitiva por meio da usucapião, recai sobre os Municípios a responsabilidade de adquirir o solo urbano necessário à implementação da regularização urbanística dos assentamentos informais de baixa renda.

Visto que o município de Jataizinho/PR conta com um número considerável de núcleos urbanos informais tanto em área pública quanto privada, a lei do Reurb não se faz presente no PDM em construção, representando ausência de implementação de regularizações que deveriam acontecer por meio desta, observando ainda a solicitação mencionada acima e registrada em ata no ano de 2019 pela Comissão do Plano Diretor Municipal instituída na época. E tão pouco há previsão da Reurb-S ser institucionalizada via lei específica.

Ressalta-se ainda a importância da Reurb no PDM dadas as possibilidades previstas no Estatuto das Cidades art. 35 que “[...] prevê, por sua vez, por meio da transferência do direito de construir, a possibilidade de lei municipal, baseada no Plano Diretor” (SOTTO, 2021, p. 11), o que reforça o quanto é importante pensar na referida lei como um instrumento legal de regularização fundiária dada a realidade do município.

A segunda reunião da Comissão do Plano Diretor Municipal teve como

objetivo concluir análise da lei número 759/2007, que trata do Zoneamento do uso do solo urbano do Município de Jataizinho/PR, na qual foram incluídos incisos, acrescentando redações e alterados os artigos da referida lei.

Na terceira e última reunião realizada pela diretoria foram finalizadas as análises e adequação da lei de Uso e Ocupação de solo, analisando mapas e suas respectivas legendas além de tratar das Zona Especial de Turismo I.

Após a análise a comissão considerou que de acordo com a legislação atual as áreas definidas como Zona Especial de Turismo I, considerando as áreas já consolidadas e os estudos e análise por parte do empreendedor e dos órgãos municipais competentes. Discutiu-se também que a extensão para os lotes de terrenos da área denominada Zona de Turismo que será de 1000 metros quadrados (ATA PDM, 2019).

Com esta última ata expressada a comissão do PDM encerrou seus trabalhos. Desta forma a revisão do PDM passou a ser responsabilidade da nova gestão e, conseqüentemente, foi criada uma nova comissão técnica publicada em diário oficial em 16 de julho de 2021, tendo ocorrido a primeira audiência pública no final do mesmo ano.

De acordo com informações levantadas junto ao Diretor do Departamento de Agropecuária, Abastecimento e Meio Ambiente de Jataizinho/PR, o PDM que já estava em revisão desde 2018 passou por algumas adequações, ou melhor, foram acrescentados pensando na realidade atual do município algumas alterações nos zoneamentos, sendo incluídos como ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social - a ocupação nomeada Bela Vista, Recanto dos Humildes e a Vila Pavão (ocupação mais antiga de Jataizinho com algumas áreas totalmente irregular considerando a legislação), e também foram atualizados o mapeamento, devido as alterações na expansão considerando inclusive a nova ocupação.

O diretor mencionou ainda que aconteceu em 2022 a aprovação da Legislação de Uso e Ocupação do Solo, Lei nº 1204/2022. Na ocasião ocorreu na Câmara Municipal a discussão sobre o tamanho dos loteamentos das áreas de chácaras, os quais deveriam ter 1500m, porém os vereadores questionaram e elencaram que gostariam que esse tamanho fosse reduzido para 500m, por fim a lei foi aprovada prevendo essas áreas com tamanho de 1000m. Contudo, conseguinte a aprovação o legislativo municipal criou uma lei complementar reduzindo de 1000m para 500m as áreas de chácaras.

O discurso do Legislativo defendeu que reduzindo o tamanho das áreas teriam mais beneficiados, entretanto, o que tem sido observado é que nas ocasiões de discussão do plano e na audiência pública a presença de alguns empreiteiros, os quais sem nenhuma dúvida percebem a possibilidade de lucro dado ainda a redução do tamanho. Ainda pensando em presença a população apesar de chamadas públicas não tem conhecimento do que seria um PDM e qual sua importância para o município. Sobre as questões de divulgação e da oferta de condições de entendimento sobre o PDM, pode-se dizer que é necessário para além das chamadas públicas, mas que haja uma política de conscientização da população de forma que eles compreendam e possam julgar por si só a sua relevância. Conhecer um Plano Diretor Municipal vai para além de participar de audiências, mas de dar voz aos agentes que de fato serão beneficiados deste instrumento político que deve envolver a participação social.

Contudo, apesar de se seguido os protocolos jurídicos e burocráticos em breve teremos mais um PDM aprovado, sem as vozes dos agentes sociais produtores do espaço geográfico.

O atual plano diretor, em processo de finalização jurídica, encontra-se na etapa de correções para serem realizadas as audiências públicas, e por conseguinte, ser encaminhado para Câmara Municipal para aprovação. Em sua primeira versão disponibilizada pela equipe técnica em meados de 2022 não apresentava alterações significativas no tocante a: política habitacional e a ambiental, considerando ainda as novas favelas com um número considerável de famílias, estando uma delas o Recanto dos Humildes em área de várzea, com uma nascente entre os lotes. Entretanto na versão atual do Plano Diretor 2023 foram visualizadas alterações consideráveis em relação a sua primeira versão, sobretudo, no que tange as favelas e as questões ambientais.

Desta forma considerando as alterações, teremos análises distintas, uma vez que quando realizada a primeira análise e comparação entre os planos tínhamos em mãos o esboço realizado em 2018-2019, e no início de 2023 foi disponibilizado pelo diretor a minuta contendo o que será a versão final, a qual ainda passa por revisão. Sendo assim perpassaremos pelo mesmo plano, porém com olhares de equipes técnicas diferenciadas, ressaltado que de acordo com o diretor atual todo o plano foi feito pela equipe técnica nomeada, não sendo contratada empresa de assessoria.

Em relação a política habitacional, o plano diretor de 2007 Lei nº758/2007 sinalizou para a Macrozona Especial de Interesse Social a área definida como área

de Macrozoneamento Urbano, Zonas Especiais de Interesse Social/ZEIS e o Direito de preempção.

Art. 49. Constitui-se Macrozona Especial de Interesse Social a área definida no mapa do Macrozoneamento Urbano, em anexo, e foi definida visando aumentar ofertas de habitações de interesse social e promover o desfavelamento da área da Vila Pavão, onde estarão sujeitas à incisão do instrumento de Direito de Preempção.

Parágrafo único. O desfavelamento da Vila Pavão consistirá na reorganização daquele território promovendo as 180 famílias que ali habitam condições dignas de habitabilidade, com infraestrutura, saneamento básico, unidades habitacionais adequadas e utilizando-se para tanto as áreas desocupadas definidas como ZEIS. (JATAIZINHO, 2007, p. 19-20);

Art. 57. O Poder Executivo Municipal poderá exercer a instituição de zonas especiais de interesse social, conforme disposto nos artigos 4 da Lei Federal nº. 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.

Parágrafo único. Será exercida a instituição de zonas especiais de interesse social sempre que o Município necessitar de áreas para: IX - regularização fundiária; X - execução de programas e projetos habitacionais de interesse social; XI - constituição de reserva fundiária; XII - relocação de unidades habitacionais de interesse social. (JATAIZINHO, 2007, p. 23)

Em se tratando das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), no PDM de 2007 no art. 49 há o indicativo de que foi definida uma Macrozona Especial de Interesse Social e que a mesma se encontra no mapa do Macrozoneamento Urbano. E, em seguida, tem-se uma justificativa para a criação da mesma, que seria aumentar a oferta de habitações de interesse social visando a urbanização de uma das áreas de ocupação irregulares na cidade, no caso a Vila Pavão. E no mesmo artigo ainda foi estabelecido que essa porção da Vila Pavão estará sujeita a aplicação do instrumento urbanístico denominado Direito de Preempção. Há ainda um parágrafo único indicando que esse processo de urbanização na Vila Pavão envolverá 180 famílias, “[...] utilizando-se para tanto as áreas desocupadas definidas como ZEIS”. (JATAIZINHO, 2007, p. 19-20).

A nomenclatura Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) foi contemplada no artigo 57 (JATAIZINHO, 2007), ao determinar que “[...] O Poder Executivo Municipal poderá exercer a instituição de zonas especiais de interesse social, conforme disposto nos artigos 4 da Lei Federal nº. 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade” (JATAIZINHO, 2007, p. 23). E essa ideia de criação de ZEIS foi reforçada no parágrafo único, no qual condiciona a criação de zonas especiais de interesse social à necessidade de áreas para a regularização fundiária, por exemplo, desde que o gestor público assim manifeste.

Entende-se que o termo ‘poderá’ contido no art. 57 e a redação do parágrafo

único que condicionou a criação oficial de ZEIS ao reconhecimento do gestor público da demanda por habitação social na cidade, contradisse o que foi estabelecido no art. 49, abrindo margem para interpretações equivocadas e condições desfavoráveis para o avanço no processo de regularização fundiária e efetivação da política habitacional a partir do PDM de 2007.

Além do que fora pontuado acima, outro aspecto importante destacado no art. 49 diz respeito a determinação de que a área selecionada pela gestão pública municipal e destinada a habitação social para atender as famílias que vivem na Vila Pavão estará sujeita ao Direito de Preempção.

Entendemos que esse PDM de 2007 além de definir a ZEIS também indicou um instrumento urbanístico que ao ser aplicado contribuirá para o cumprimento da função social da propriedade urbana e da função social da cidade, pois conforme estabelecido no Art. 25 da Seção VIII, esse instrumento urbanístico “[...] confere ao Poder Público Municipal preferência para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares” (BRASIL, 2001, s/p).

Desta forma, em caso de regularização fundiária para atender as famílias da Vila Pavão, conforme Santin et al (2017, p. 533), o proprietário privado da terra deve observar

[...] a preferência do Poder Público na aquisição de imóvel urbano, o qual deverá ser oferecido ao Município em igualdade de preço e condições de pagamento estabelecidas pelo proprietário e o terceiro proponente (comprador). É preciso que o proprietário de imóvel sujeito ao direito de preempção, antes de efetivar a venda, comunicar a sua intenção de se desfazer do imóvel e as condições da proposta da terceira pessoa interessada.

Embora a menção a esse instrumento urbanístico indique aderência aos princípios de política urbana preconizada no Estatuto da Cidade, entendemos que a aplicabilidade desse instrumento urbanístico ficou comprometida na redação adotada em 2007 no PDM, tendo em vista que não foi observado o prazo que assegura a vigência do mesmo, que segundo os incisos 1º e 2º da Seção VIII, esse prazo não pode ser superior a 5 anos, nos seguintes termos:

§ 1º Lei municipal, baseada no plano diretor, delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção e fixará prazo de vigência, não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial de vigência.

§ 2º O direito de preempção fica assegurado durante o prazo de vigência fixado na forma do § 1º, independentemente do número de alienações referentes ao mesmo imóvel. (BRASIL, 2001, s/p)

Ainda em relação a política municipal de habitação, no volume IV do PDM de 2007 que tratou sobre o Plano de Ação e investimento, foram indicadas as seguintes ações:

1. Fazer o cadastramento de todas as famílias que vivem na Vila Pavão, a fim de promover “congelamento” da área a ser reestruturada através da intervenção para evitar um acréscimo populacional que inviabilize o programa;
2. Promover uma ação de desfavelamento da Vila Pavão, através da regularização, saneamento, revitalização da área e construção de novas moradias para atender as 180 famílias que ali se encontram;
3. Promover um cadastramento de famílias que sofrem com o déficit habitacional no Município, a fim de promover em ordem de prioridades as ações necessárias para a solução desse déficit. (JATAIZINHO, 2007, p. 22)

Destaca-se que assim como ocorreu com a política habitacional prevista nos artigos 49 e 53 bem como nos parágrafos únicos discutidos anteriormente, essas ações e investimentos voltadas para a Vila Pavão não foram realizadas na década seguinte a 2007 e foram retomadas na revisão do PDM no período de 2018 até os dias atuais.

Assim, no PDM iniciado em 2018 terá como ano 2023 pois ainda não foi aprovado na Câmara Municipal de Jataizinho, foi retomada a questão da política de habitação municipal. O parágrafo 23 (quadro 4) reafirmou a definição de ZEIS de acordo com o Macrozoneamento para habitação social; foi retomada a questão da Vila Pavão, mas dessa vez no sentido de recadastrar as famílias e evitar a instalação de novas famílias na área; cadastrar famílias que demandam moradias e articular habitação e desenvolvimento socioambiental (JATAIZINHO, 2020, p. 28).

Art. 23. A política municipal de habitação será pautada nas seguintes diretrizes [...] III - definir zonas especiais de interesse social (ZEIS), conforme Mapa de Macrozoneamento Urbano, para a promoção de habitação de interesse social; IV - fazer o recadastramento de todas as famílias que vivem na Vila Pavão e Bela Vista a fim de promover “congelamento” da área a ser reestruturada através da intervenção, para evitar um acréscimo populacional que inviabilize o programa; V - promover uma ação de desfavelamento da Vila Pavão, através da regularização, saneamento, revitalização da área e construção de novas moradias para atender as 180 famílias que ali se encontram; VI - cadastramento das famílias que sofrem com o déficit habitacional no Município, a fim de promover em ordem de prioridades as ações necessárias para solução. VII - estimular a participação da população na gestão e no planejamento da política habitacional municipal; VIII - articular a Política Municipal de Habitação com as políticas de desenvolvimento

socioeconômico e ambiental. (JATAIZINHO, 2020, p. 28)

Ao contrário do PDM anterior, o atual não apontou instrumentos urbanísticos que auxiliam no processo de implementação de políticas públicas de habitação social. E os itens que compõem o artigo 23 são amplos dificultando assim a aplicabilidade.

Em relação a política ambiental, verificou-se no PDM de 2007 comparando com o PDM 2023 ainda em construção, que o cerne dos artigos 14 e 15 de ambos estão parecidos, contendo acréscimos de incisos no último citado. É verificado um detalhamento nos textos no PDM 2023 e previsões de abrangências técnicas maiores e um aumento de vinte e oito para cinquenta e cinco incisos, os quais se apresentam como metas a serem alçadas.

Pensando em metas pode-se dizer que algumas, mesmo que aparecendo no novo PDM, foram atingidas ou estão acontecendo parcialmente, podendo citar como exemplo:

- criação de coleta seletiva, assim como o apoio a associações no caso cooperativas, iniciada na Gestão 2017 a 2019;
- sobre as áreas verdes ainda na gestão citada foi criada a Unidade de Conservação Parque das Olarias o qual já é reconhecido pelo Estado e está inserido no mecanismo de ICMS ecológico o qual já está sendo recebido pela gestão atual;
- formação para multiplicadores de trabalhos acerca da Educação Ambiental envolvendo na época o Departamento de Educação e Cultura, Departamento de Meio Ambiente e Agricultura e Ministério Público, organizado pela doutoranda da UEL Clarissa Gaspar Massi, a qual realizou trabalho de formação com os professores da rede municipal, atingido as comunidades escolares e contribuindo para reflexão sobre as perspectivas acerca de Educação Ambiental;
- garantia do abastecimento de água;
- o aterro sanitário atualmente é um serviço terceirizado; ocorre a retirada do lixo hospitalar;
- foi iniciada na gestão atual coleta de entulho e resíduos da construção civil de forma adequada, entretanto ainda é necessário viabilizar local adequado para o descarte;

- na gestão anterior o executivo junto Governo do Estado regularizaram a situação do terreno que abrange a rodoviária e parte desse terreno ficou programada que seria destinada a ampliação do cemitério municipal, ressaltando que seria uma ação emergencial até a aquisição de outra área.

De todas as metas mencionadas no PDM essas foram as possíveis de serem identificados a partir de informações coletadas com o diretor do Departamento de Meio Ambiente e Agricultura da Gestão 2017 a 2019 e com as atividades da gestão atual.

Contudo, considerando os problemas ambientais relacionados aos períodos de grande precipitação no que tange garantia, manutenção e fiscalização de rede de drenagens essas atualmente não fazem parte da infraestrutura do município.

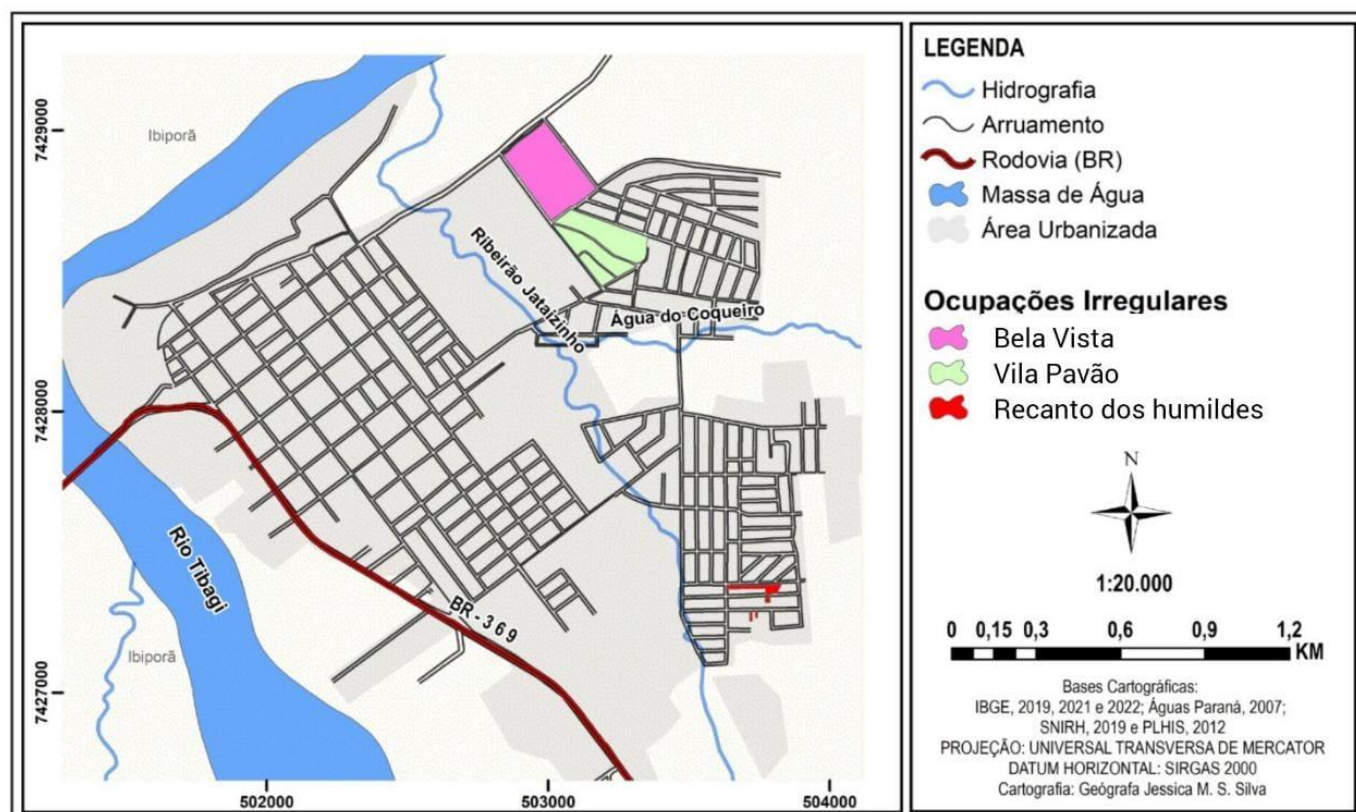
Analisando o que foi possível de identificar como ações concretizadas ou em andamento, partindo da premissa da quantidade de metas a serem alcançadas e ainda das que foram agregadas ao PDM 2023 pode-se dizer que Jataizinho/PR tem um caminho longo a percorrer com inúmeros desafios para serem trilhados para que sejam alcançados todos os mais de cinquenta incisos inseridos no PDM atualmente em construção. Entretanto, é percebido alguns avanços nas últimas gestões no que tange as políticas de meio ambiente, o que sugere não apenas o resultado do trabalho dos gestores, mas nas cobranças do cumprimento das legislações atuais.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DAS FAVELAS DE JATAIZINHO

As favelas em Jataizinho/PR ao longo de sua formação têm deixado suas marcas na história da cidade, uma vez que essas o integram, mesmo que de forma irregular, fazem parte da malha urbana e logo são compostas por agentes de produção do espaço urbano.

Há na cidade (até fev. de 2023) três favelas, sendo: Vila Pavão; Bela Vista e Recanto dos Humildes (figura 10).

Figura 10: Localização das favelas em Jataizinho, 2023.



Fonte: PDM, 2007; Levantamentos de campo, 2022. Elaborado por: J. M. S. Silva (2023)

Destas, a Vila Pavão se encontra com apenas duas ruas que ainda não foram municipalizadas, Rua da Pedreira e a Rua do Meio, as quais ainda precisam de asfaltamento, regularização de documento etc., mas, tem água e rede de esgoto. Sobre a Vila Pavão os planos diretores municipais 2007/2023 indicaram iniciativa de desfavelamento da área, que seria “[...] Promover uma ação de desfavelamento da Vila Pavão, através da regularização, saneamento, revitalização da área e construção de novas moradias para atender as 180 famílias que ali se encontram” (PDM, 2007, p.271).

Criada na década de 1980 a Vila Pavão encontra-se na porção periférica ao centro. Ao longo dos anos a Vila Pavão tem apresentado ainda problemas relacionados a violência e pobreza.

A área encontra-se de acordo com PLHIS (2012) classificada como de habitacional de interesse social e está ocupada por população de baixa renda e por isso o plano menciona a necessidade de realizar a regulamentação fundiária. Lembrando que no que tange a forma da lei essas áreas ocupadas de forma irregular

são de responsabilidade dos poderes públicos e compreendidas como “[...] núcleos urbanos informais são aqueles núcleos clandestinos, irregulares ou nos quais não foi possível realizar a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização”. (REURB, 2017, 03).

Falando em área de interesse social há uma segunda apresentada no PLHIS (2012) localizada próximo a área verde do Conjunto Habitacional Antônio José Viera que comporta cerca de 65 unidades habitacionais e até os dias atuais não se consolidou. Essa segunda ocupação irregular na cidade denominada Bela Vista foi criada em 1994, quando a cerâmica também denominada Bela Vista declarou falência e na época não pagou o direito trabalhista de seus funcionários, os quais invadiram os terrenos, uma forma desses sujeitos garantirem que seus direitos fossem pagos. Nos anos de 2005 e 2006 outras pessoas começaram a ocupar outras partes da área dividindo-as em lotes.

Em 2010, dez trabalhadores que entraram na justiça contra a cerâmica em busca de seus direitos trabalhistas, ganharam o direito ao terreno como um todo, gerando matrícula única na Prefeitura Municipal em nome desses dez agentes sociais, os quais colocaram o terreno em leilão, considerando as favelas iniciadas entre 2005 e 2006, como já mencionado.

Na ocasião os participantes do projeto de extensão Lutas – Assessoria Jurídica Universitária Popular – do curso de direito da UEL contribui significativamente para regularização da ocupação, tendo ainda contribuição EMAU (Escritório Modelo de Arquitetura da UEL) os quais com sua participação ativa junto da associação de moradores foram essenciais para formalização do loteamento e para a implantação da infraestrutura.

Na página do *facebook* do EMAU foi possível identificar a data de 30 de outubro de 2017 como sendo a primeira ação desses sujeitos, onde foi realizada a primeira reunião para discussão do projeto de urbanização do bairro.

O segundo registro encontrado nas redes sociais do EMAU tem data de 14 de janeiro de 2018, na descrição da visita ao bairro seguida de reunião com os representantes da associação de moradores estão os próximos passos a serem seguidos, sendo descrito que esses constituíram em recolher fichas de dados socioeconômicos dos habitantes para a possível transformação do loteamento em ZEIS e entrar em contato com engenheiros do DER (Departamento de Estradas de Rodagem) para avaliar as questões de vias e o sistema de esgoto.

De acordo com o presidente atual da Associação de Moradores, o qual nos socializou as informações acima, assim como foi importante a participação do EMAU e do Lutas para indicar soluções para regularização do bairro. Contudo, a partir da assessoria jurídica do Lutas o lote foi arrematado gerando uma dívida de R\$800,000,00 os quais estão sendo pagos pelos moradores até os dias atuais.

Em 2010 residiam 180 famílias e fev. de 2023 são 211. Segundo o presidente que atua no bairro desde 2016 eles têm projetos aprovado com área social, licenças do IAP, documentação de doação do DER, mapas das ruas, com galerias, rede de esgoto, tudo custeado pelos moradores.

O presidente da associação informou que o serviço de água, o qual é municipalizado chegou ao bairro apenas em 2011 e até hoje ainda não tem rede de esgoto e iluminação nas moradias, essas ocorrem de forma irregular. De acordo com ele o primeiro morador do bairro reside há 20 anos no mesmo.

É possível perceber o engajamento do atual presidente em resolver a situação do bairro, o mesmo tem buscado há anos formação e informação para dar garantias de regularização do bairro, assim como levar as infraestruturas necessárias para a população ter qualidade de vida e acesso aos serviços públicos de direito.

O presidente tem seu lote atualmente em construção, sendo assim, ele paga aluguel em outro bairro próximo a ocupação, pela qual tem se dedicado e buscado soluções ao longo dos anos, sendo que atualmente o bairro encontra-se quase que cem por cento quitado, a documentação de doação das ruas está previamente construída aguardando apenas os tramites judiciais para que finalmente a prefeitura possa realizar as obras de infraestrutura assim como instalação de energia pela Copel.

A terceira ocupação irregular constituída em Jataizinho/PR nomeada Recanto dos Humildes, atualmente encontra-se quase que totalmente legalizada, em processo de pagamento para a prefeitura. Está ocupação existe desde 2015 aproximadamente, as pessoas ocuparam os terrenos que eram da prefeitura, realizaram as divisões dos lotes e iniciaram as construções, somando um total de 57 lotes oficiais.

Atualmente há aproximadamente 20 famílias residindo nos lotes já legalizados, uma vez que após a ocupação foram realizadas ações judiciais para que os ocupantes tivessem o direito às áreas. Após a prefeitura entrar com pedido de reintegração de posse em 2018 os moradores ganharam o direito aos terrenos, os quais foram negociados posteriormente e a prefeitura fixou uma taxa de venda de cem pagamentos de sessenta reais para cada família. Durante o período em que correu o

processo os moradoras não puderam dar continuidade às obras, e os que já moravam puderam ficar residindo, mas, com a condição de não seguirem com as construções.

Ressalta-se também que na área existe uma nascente, o que culmina para uma área de várzea, e até o momento não há construções nessas porções, de acordo com o presidente da associação de moradores, todos respeitaram os limites para a construção, entretanto, atualmente existe uma orientação judicial para que seja feita um sistema de tubulação com galerias para drenagem da água, mesmo tendo sido realizada parecer técnico pelo Diretor de Agricultura e Meio Ambiente descrevendo que na área existe uma nascente.

Ainda de acordo com diretor, nesta ocupação já existiam quadras, de forma que os ocupantes fizeram o loteamento e ficaram os terrenos institucionais, e os moradores ocuparam essas áreas. Mesmo aparentemente estando os lotes divididos de forma adequada e organizada, os terrenos ficaram encravados⁴, as pessoas fizeram muros no terreno do outro, e para legalizar as questões que dizem respeito a tamanho da área, calçamento, etc., justiça determinou final de dezembro 2022 que o município deverá fazer o mapeamento e assim organizar os lotes. Se tratando ainda da legalidade a justiça compreendeu ainda que as famílias são vulneráveis, desta forma famílias duplicadas não foram registradas, uma vez que não tinham requisito para terem a posse dos terrenos.

Nas figuras 11 e 12 é possível observar a área de nascente ainda sem construção. Atualmente a construção mais próxima dela encontra-se parada, segundo informações do presidente da associação de bairros muitas famílias não conseguem seguir com as obras, pois pagam aluguel e como todas as obras são feitas com recursos próprios acabam ficando estagnadas.

⁴ Terreno Encravado: Aquele que não se comunica com via pública, exceto por servidão de passagem por outro imóvel. Disponível em: <https://sindicoagora.com.br/palavra/terreno-encravado>. Acesso em Junho de 2023.

Figura 11: Nascente Localizada na Área do Recanto dos Humildes



Fonte: A autora, 2022.

Figura 12: Área localizada próxima a nascente que deverá ser construída de acordo com determinação judicial.



Fonte: A autora, 2022.

Apesar dos avanços relacionados a produção e ao crescimento do espaço urbano obedecendo as legislações ambientais essas ainda não se efetivam na prática da realidade de Jataizinho/PR e também reflete tais problemas em toda extensão territorial do país.

Além das favelas mencionadas, há aproximadamente dois anos iniciou-se o

processo de ocupação irregular uma área nominada Conjunto dos Coqueirais, uma Área de Reserva Legal, que foi dividida em 28 lotes e tem 05 barracos construídos com moradores habitando o local.

De acordo com informações do Diretor de Departamento de Agricultura e Meio Ambiente por se tratar de reserva legal a justiça determinou a reintegração de posse no final de 2021, porém as pessoas não deixaram seus barracos, e alguns lotes estão demarcados com nomes dos prováveis proprietários, sendo observado ainda lotes com grande número de material para a construção indicando a intenção de construir (figuras 13 e 14).

Figuras 13 e 14. Favela denominada Conjunto Coqueirais, 2023



Fonte: Silva, janeiro de 2023.

A presença de favelas em Jataizinho/PR reflete uma realidade que abarca várias situações que decorrem, sobretudo, da ausência de políticas públicas habitacionais e da carência habitacional na cidade, uma vez que tem-se claro a partir das pesquisas nos documentos oficiais a certeza de que as políticas não têm acontecido no município, essas são apresentadas, porém não se efetivam.

Temos ainda áreas que foram compradas e que a população em vulnerabilidade socioambiental, uma vez que foram construídas em áreas que seriam de APP por estarem neste caso próximas ao córrego do Coqueiro, moradias essas cujas vendas partiram da iniciativa privada e os proprietários adquiriram há mais de vinte anos atrás. De acordo com a entrevista APES 02 que não reside na área, mas que tem um parente que mora na mesma nos descreveu que na época que foram

adquiridas,

[...] o pessoal que comprou foi por um preço mais em conta pela localização por ser na vila e por ser próxima ao rio, no início todo ano eram duas ou três enchentes era certeza de dar e inundar todas as casas ali, tanto que teve um ano que a água chegou até na rua de cima, mas agora eles cortaram um pouco o rio, não tem mais tantas curvas como se tinham antes é mais retão e as águas correm de boa e não entram mais tanto nos quintais, só quando chove muito ainda acontece de entrar a água nas casas que ainda são baixas, mas a maioria dos moradores dali conseguiu erguer as casas. [...] no caso da minha sogra ela construiu a casa mais alta no funda da casa baixa e na penúltima chuva que deu que foi forte levou parte do muro dela, agora a parede do quarto dela é o muro dela e está toda desestruturada, se de repente der uma chuva muito forte, ou uma enxurrada muito violenta leva a parede da casa dela, mas é porque é muito próxima, menos de um metro do rio, literalmente dentro do rio e a maioria dos moradores dali fizeram a mesma coisa, por isso que é irregular pela proximidade do rio. [...] quando eles compraram lá não tinham grandes construções, era só um pasto, aí eles foram dividindo em lotes e as pessoas foram comprando e construindo conforme dava, conforme a necessidade de cada um, casinhas pequenas, baixas e por isso que alagava muito, agora não fizeram até um asfaltinho lá, tem rede de esgoto mas alguns ainda usam o rio como... para escoar a água de uso de casa que é inapropriado também, por isso que é uma área complicada porquê muitos não tem condições de fazer a rede de esgoto de forma correta porque a rede de esgoto passa na rua, mas muitos acham mais fácil porque já tinham feito assim e ficou assim, por isso é irregular.

APES 02 relatou ainda que última grande enchente que teve ocorreu há 06 anos e tiveram que tirar carros, recolher os animais porque a água chegou a mais de metro de altura.

Logo temos um panorama de crescimento da malha urbana sempre ocorrendo em periferias e em alguns casos tratam-se de áreas de favelas como temos evidenciado na pesquisa.

3.3 A VIVÊNCIA DOS SUJEITOS SOCIAIS NAS FAVELAS EM JATAIZINHO/PR

A fim de compreender como se deu o processo de formação das favelas, sobretudo, do Bela Vista e Recanto dos Humildes que são as mais recentes, entrevistas foram realizadas com o morador mais antigo do Bela Vista, que reside há 20 anos na área de ocupação e mesmo é natural do Rio Grande do Norte, identificado no texto como APES 03.

APES 03 saiu de sua terra natal devido a problemas familiares e financeiros e saiu como ele disse *“sem rumo [...] coloquei os moleques no carro e sai”*. Ele relatou que escolheu a região porque anteriormente a essa mudança havia vindo visitar a região de Foz do Iguaçu e gostou. Relatou que nunca foi funcionário da cerâmica Bela

Vista, ele morou em um galpão que pertencia a cerâmica, dormindo muito tempo em estrado de madeira com sua família.

O APES 03 disse que o primeiro morador também não era funcionário da cerâmica, o mesmo já faleceu. De acordo com o APES 03 os funcionários da cerâmica tinham os direitos trabalhistas, mas ninguém nunca os pagou, e esses venderam a partir dessa situação os terrenos. Nas palavras do senhor APES 03 todo o lugar estava abandonado relatando que “[...] eu não invadi nada, eu comprei um direito, primeiro porque sou contra invasão, não gosto, aí eu comprei esse aqui na época por R\$4,000 ou R\$7,000 um negócio assim [...] ai fui vendendo os lotes que eu dividi e fui construindo aqui e isso há 20 anos e to aqui até hoje”.

O terreno desse morador tem aproximadamente mil metros, com 03 casas em processo de construção, sendo uma a que ele reside e as outras duas a princípio seriam para os filhos, mas esses optaram por residir em outra cidade. Segundo o senhor APES 03 as mulheres disseram que tem muito barro, desta forma reside no terreno apenas o casal.

Na casa desta família tem instalação de luz e água regularizada, segundo ele esses serviços foram adquiridos em períodos políticos, na gestão em que o prefeito atual estava ressaltando ainda que foi na mesma gestão que foi feita toda a rede de abastecimento de água em todo o bairro, mesmo não sendo municipalizado, compreendendo que esse é um serviço de saneamento básico.

Sobre o processo de pagamento o APES 03 disse que todo o terreno onde é a ocupação foi comprado por eles – moradores – por R\$800,0000, e falta pouco pagamento para finalizar. O APES 03 disse ainda que tem o termo de quitação assim como muitos moradores, porém alguns estão se recusando a pagar os lotes, devido a discursos de políticos que disseram que não precisava realizar o pagamento.

Segundo o morador quando o terreno foi a leilão já havia muitos moradores residindo, ressaltando que de acordo com nosso morador que os funcionários invadiram e venderam os terrenos foi pelo fato dele “*ser tudo do banco*”. Mencionou também que o pessoal do EMAU da UEL como sujeitos que os ajudaram na parte legal, sendo algo que o morador se recorda com gratidão pelo trabalho que eles realizaram na ocupação.

Ele relatou que após ter adquirido o direito do seu terreno, ocorreram momentos difíceis, onde mais pessoas tentaram invadir a parte “de cima” onde os terrenos estavam vazios, segundo ele haviam pessoas armadas. Nas palavras do

APES 03

[...] Eu só não morri aqui porque Deus me guardou, aqui tentaram me matar várias vezes, [...] traficantes, diziam esse nordestino veio lá do inferno, vai querer mandar aqui, mas daqui ninguém me tira, foi um sofrimento, foi bom não.

Nas palavras da esposa,

[...] meu marido todo dia que saia voltava contrariado, eu vou vender isso aqui vou embora de novo e eu dizia a ele isso foi uma benção vamos ficar aqui!. A gente não tinha água, tinha que buscar na mangueira na rua, foi um sofrimento.

Atualmente o terreno tem 960m mais a entrada contendo 07 metros, as casas ainda estão inacabadas, nosso APES 03 atualmente recebe o LOAS e trabalha com artesanato para viver, seu quintal tem uma grande quantidade de árvores frutíferas das quais eles têm bastante satisfação em dizer que foram plantadas por eles, uma vez que o terreno era repleto de mamonas. Hoje ele diz que o lugar é tranquilo e que a forma como ele dividiu os terrenos o deixou em um lugar com segurança que ele é cercado pelos muros dos vizinhos.

O rodízio de moradores foi aparentemente grande e muitos deles não eram de Jataizinho/PR, porém a história desse senhor se torna única tanto pelo tempo em que reside, sendo, ele não o primeiro morador, mas o segundo daquela área, mas, o único vivo.

A segunda moradora que conversamos reside na rua Celso da Silveira e faz parte de um daqueles muros que nosso Agente Social 03 mencionou. A Agente Social 04 do Bela Vista (APES 04), mora nessa casa há 07 anos, porém é o segundo terreno que a mesma adquiriu no bairro, sendo que o primeiro ficava mais centralizado. Ela não entrou em detalhes sobre como adquiriu, porém seu genro que também mora ali há 04 anos disse que a grande insatisfação deles estão na falta de asfalto na rua, que tem muito lama, e que o serviço não está sendo bem feito. O genro relatou que gostam de morar ali, porém o acesso é difícil, em períodos de chuva a rua fica intransitável, por não haver infraestrutura e ser um terreno é íngreme a enxurrada faz grandes estragos, uma vez que além da lama outros resíduos são arrastados pela água da chuva, esses moradores não estavam com tempo disponível e indicaram a família que mora um pouco acima deles.

Nossos entrevistados quinto e sexto Agentes Produtores do Espaço Sociais do Bairro trata-se de pai e filha, ambos adquiriram terrenos no Bela Vista no ano de 2012, eram de Ibiporã/PR. Estas famílias ainda não quitaram seus terrenos, os

mesmos tiveram problemas, ficaram um período desempregados e consequentemente atrasaram os pagamentos, entretanto eles solicitaram os boletos à associação de moradores atualizados e estão aguardando para darem sequência no pagamento.

A conversa aconteceu com ambos, e esses demonstraram gostar do lugar onde moram, porém os moradores anteriormente fizeram queixas acerca da rua, dizendo: [...] estamos abandonados [...] igual buraco escondido que ninguém quer achar (APES05 Pai).

De acordo com ele em outubro de 2022 foi iniciada a obra para colocarem paver, “vieram e quebraram toda nossa calçada eu fui colocando essas tábuas porque não tem condição de passar quando chove e não terminaram e ainda trouxeram escorpião junto do material de construção!”.

De fato, é visível o quanto a rua está comprometida pela água da chuva, cheia de valetas, segundo a família em uma das casas, “um pouco mais para cima o barro levado pela enxurrada chega na porta da casa da mulher e ela não consegue nem sair de casa, que após a chuva tem que raspar com inchada” (APES06 filha).

O morador APES 05 demonstrou muita insatisfação, sobretudo, pelo fato de terem iniciado a obra, destruído as calçadas e depois abandonado. Segundo sua filha APES 06 em conversa com o responsável pela obra, o mesmo disse que a empreiteira terceirizou o serviço e eles não receberam, e por isso a obra parou, e agora eles querem uma resposta do prefeito sobre o que irá acontecer.

A filha também disse que um dos responsáveis falou que ali não será feita rede de esgoto porque segundo ele “não tem caída” que será feito apenas a rede de drenagem e que já colocaram as manilhas, porém pela forma com que está tendo enxurradas essas parecem não estarem fazendo sua função de drenagem. Sobre a questão da rede de esgoto uma vez que usam fossas sépticas eles relataram que essas vivem cheias e que nem a prefeitura nem a SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jataizinho/PR – realizam a drenagem e em uma fase de dificuldade quando ficaram desempregados que quase vazou. APES 06 pontuou ainda a possibilidade de as fossas cederem uma vez que estão nos quintais e a umidade é muito grande e que elas vivem cheias e entopem facilmente, mais uma angústia dos moradores, uma vez que como já mencionado existe a “conversa” que não será feita a rede de esgoto.

O APES 05 disse ainda que fez uma denúncia e que está aguardando

resposta do prefeito, que se caso ele não responder que irá chamar a imprensa para que eles vejam a situação que eles vivem. Foi socializado ainda por ambos os moradores dois vídeos postados na página do *facebook* onde ficou visível toda a dificuldade vivenciada por eles nos dias chuvosos, abaixo veremos os *print* de tela do vídeo (Figura 13).

Figura 13: Rua Celso da Silveira em 02 de fevereiro de 2023



Fonte: APES 05 Arquivo pessoal. Org, Autora.

Ficou visível o tamanho da dificuldade em dias de chuva, as famílias disseram que nem sabem distinguir o que é pior a chuva ou a poeira, e que essa precariedade de acesso os deixam revoltados, também citaram políticos que foram ao bairro em época de campanha e disseram que ajudaria, e que um deles faz vídeos denunciando, porém não parecem surtir efeito para resolver problema. Contudo eles almejam uma resposta das autoridades e se dizem abandonados pelo poder público.

O APES 05 relatou ainda sobre as enxurradas no dia de chuva forte a rua é um perigo ele disse “com a força da enxurrada se tiver criança na rua é perigoso levar a criança e até morrer”. A rua em questão é íngreme dificultando o deslocamento dos moradores em dia com níveis mais altos de precipitação uma vez que ocasionam em enxurradas que impactam a vida dos moradores.

Se tratando da segunda ocupação irregular, Recanto dos Humildes, a mesma foi iniciada com a construção do último conjunto habitacional construído em Jataizinho/PR chamado de sub50 um projeto do governo federal da Minha Casa Minha

Vida, que basicamente consistiu na doação do terreno pela prefeitura, onde foi feito a partir de um projeto social envolvendo, além de assistente social, a vigilância sanitária, departamento de saúde entre outros órgãos não apenas para seleção das famílias de acordo com os critérios, mas para orientação a essas.

De acordo com a moradora desse conjunto habitacional (nossa Agente Produtor do Espaço Social 07 – APES 07) que atualmente fica na mesma área do Recanto dos Humildes, uma vez que os terrenos ocupados são sua extensão.

Para consolidação do projeto foram realizadas várias reuniões após definir quem seriam os beneficiados e organizada a comissão dos moradores, ressaltando que a responsável pela construção foi a Cohapar. O projeto em questão beneficiou 40 famílias não apenas em Jataizinho/PR, mas em muitas cidades no Brasil na época em questão. Dentre os critérios para ser beneficiário estavam: ser mãe solteira, não ter bens, não ter tido nenhum imóvel, entre estar com o CPF regularizado, etc., e a casa era registrada apenas no nome da mulher como sendo a proprietária. A obra iniciou-se em 2011 e foi entregue em 2015 após uma tentativa de invasão, aliás segundo nossa APES 05 foram invadidas 24 casas das 40 que estavam em construção. Segundo a moradora...

[...] A invasão aconteceu na primeira semana de agosto foi feito uma reunião junto com as pessoas envolvidas, prefeitura, pessoal que pegou a casa e a Cohapar e a empreiteira, aí foi determinado que tinha 15 dias para terminar as casas e as casas foi feita dentro do prazo e foram entregues no dia 28/08/2015, quem foi que retirou os invasores foi a polícia local e a empreiteira arcou com o prejuízo das portas quebradas quando aconteceu [...] a entrega oficial das casas foram feitas cinco meses depois da entrega, e o pessoal já estava morando, a invasão do terreno aqui aconteceu em torno de um ano depois que a gente já morava aqui.

A moradora do conjunto habitacional na época da invasão das casas quase que completamente concluídas fazia parte da comissão dos moradores e relatou que foi ela que ligou para a polícia, ela disse que “o empreiteiro ligou para mim e eu que tive que vir aqui, “[...] porque foi feio o negócio, foi horrível!! Alguns moradores após essa situação ficaram de vigias de suas próprias casas, como podemos ver a reportagem”.

A situação se normalizou e após ações da polícia e entrega das casas, as quais foram finalizadas de forma aligeirada, ressaltado que na sua infraestrutura havia piso, mas não havia forro e todas as casas foram construídas com banheiros com acessibilidade. A moradora que fez os relatos acima foi quem indicou o morador da ocupação Recanto dos Humildes, o qual atualmente representa os moradores.

A história desta família que vamos nomear como Agente Produtora do Espaço Social 06 coincidiu com o início da ocupação em 2016. O APES 06 nos disse que ele não invadiu o terreno “o nosso terreno a gente ganhou de um rapaz e deu uma ajuda para ele cercar um terreno que ele tinha em outro lugar”. Foi perguntado se foi por meio de troca de mão de obra, foi respondido que “*sim, mais de material do que de mão de obra*”.

Desta forma a família adquiriu o direito ao terreno, e esses iniciaram a construção sempre de forma lenta dentro de suas possibilidades financeiras, e a maior parte da mão de obra foi realizada pelo APES 06. Eles moram na casa há três anos e relatam que essa foi construída com muita dificuldade, e que tiveram momentos difíceis, passaram por desemprego e na pandemia devido essa situação entraram na casa mesmo sem terem terminado.

Sobre a ocupação ele relatou que atualmente tem cerca de 20 a 25 moradores já residindo e outros 58 lotes, sendo que desses alguns ainda sem construir e outros construídos parcialmente, porém segundos nosso Agente Social a documentação está toda legalizada. Sobre a documentação Foi feito um “acordo” com a prefeitura, considerando que são terrenos públicos a gestão anterior realizou a venda dos terrenos para seus ocupantes, os quais estão sendo pagos de forma parcelada, sendo 100 parcelas de 60,00, totalizando no final do parcelamento um total de R\$6,000,00.

Os terrenos desta ocupação estão próximos dos padrões legais de tamanho, com previsão de meio fio etc., entretanto foi solicitado ao departamento de Agricultura e Meio Ambiente novo mapeamento da área, mesmo já havendo um realizado anteriormente pelos moradores.

O APES08 relatou que muitas construções estão paradas porque os proprietários não tem dinheiro para terminarem, uma vez que eles pagam aluguel e acabam ficando sem recursos para construção.

No que tange as questões socioambientais, pontua-se nessa área dois problemas visíveis, primeiro que parte do terreno que ainda deverá ser ocupado está em área de várzea e nesta mesma área existe uma nascente, e observa-se que existe um curso de água que desagua no Ribeirão Jataizinho, e o mesmo praticamente passa aos fundos das casas construídos por meio do Projeto Sub50.

Sobre essas áreas dizer que “os solos das várzeas apresentam drenagem natural deficiente, baixa permeabilidade e um ecossistema frágil, não sendo adequados à ocupação urbana intensa”. (COSTA, Et.al.2016, p. 121). Além de não

serem adequadas essas áreas são protegidas por legislação federal, entretanto apesar de toda proteção e de todos os problemas que podem ser gerados a partir da ocupação dessas áreas, elas ainda acabam sendo “degradadas por diversas ações, usualmente relacionadas às favelas, que mais causam impactos negativos a qualidade de vida da população e ao ambiente de várzea, propriamente dito” (Idem).

Outro fator pontuado pelos autores e reforçado por Maricato (2020) relaciona

a correspondência direta entre as moradias pobres e as áreas ambientalmente frágeis - beira de córregos, rios e reservatórios, encostas íngremes, mangues, várzeas, fundos de vale e áreas de Proteção Ambiental (APAs), pois estas áreas, a princípio, não interessam ao mercado imobiliário, uma vez que não podem ser legalmente ocupadas. (COSTA, et.al, 2016, p. 121)

Considerando os autores, nos casos de Jataizinho/PR essa realidade é vivida também nos aspectos relacionados aos interesses imobiliários, uma vez que a população residente nessas áreas encontra-se em vulnerabilidade socioeconômica.

Além dessas situações sinalizadas o APES 06 relatou que uma vez aconteceu um grande deslizamento de terra causado por uma tromba d’água a qual chegou no seu quintal, enchendo de lama, demarcando aproximadamente uns 50cm de seu muro. Após o ocorrido foi feito uma curva de nível que até os dias atuais resolveu esse problema.

Contudo a família é grata pela oportunidade de terem onde morar o APES 06 mencionou “moradia é um direito nosso deveria ser de acesso de todos!”

Sobre o direito à moradia, é certo que este está estabelecido em nossa Constituição Federal como direito social, entretanto a realidade é outra, a exemplo, de Jataizinho/PR podemos verificar a carência da população e as formas como essa tem buscado como disse um dos moradores de “fugir do aluguel”.

Considerando as falas de modo geral dos moradores que conversaram conosco, pode-se dizer que apesar das dificuldades elencadas, eles gostam do lugar onde vivem e são gratos pela oportunidade, para muitos a casa própria é um sonho adquirido, e nesses casos os meios de aquisição justificam os fins. Sobre as formas de aquisição de todos eles não conseguimos conversar com ninguém que de fato tenha ocupado os terrenos, todos os que falamos no decorrer da pesquisa compraram ou trocaram como no caso do APES 06.

Os moradores que falaram conosco contaram várias histórias, sobre sujeitos que ocuparam e depois venderam os terrenos, sujeitos esses com posses na cidade,

e que possivelmente viram oportunidade de realizarem um empreendimento, uma oportunidade, mais uma vez percebemos o capitalismo imobiliário gritante, não deixando passar nenhuma oportunidade terem lucros, mesmo que seja à custas de pessoas humildes que estão em busca de garantirem nada mais que seu direito à moradia.

Em relação à segurança, apenas um dos moradores do Bela Vista relatou passar por momento difíceis, no mais não houve relatos dos sujeitos que falamos, porém alguns munícipes se referem ao bairro mencionada como sendo perigoso, entretanto o que podemos evidenciar nas visitas ao bairro foi a carência relacionada a questões econômicas e sociais, além é claro da ausência de saneamento básico, e alguns possíveis usuários de droga e álcool, sendo que em uma das visitas uma moradora realizou a abordagem pedindo “moedinha” para comprar uma dose.

No mais a aquisição dos terrenos são tidos como algo que gera gratidão aos moradores, de forma geral independente dos meios e problemas eles se consideram felizes pela oportunidade de terem a casa própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa não consideramos o conceito de pequena cidade a partir do número de habitantes, tão pouco devido a sua extensão territorial, mas sim a partir do seu papel na rede urbana regional. Desta forma Jataizinho é uma pequena cidade no contexto da rede urbana de Londrina, que tem exercido papel de cidade dormitório.

Durante o processo de pesquisa ficou claro que a pequena cidade apresenta problemas tanto no seu planejamento urbano, considerando sua gênese, no que permeia, sobretudo, o crescimento nas proximidades do Rio Tibagi e de seus afluentes, quanto problemas relacionados a legislação que deveriam ser instrumentos de planejamento e gestão dos municípios, como o Plano Diretor Municipal que foi objeto desse estudo, e a partir de sua construção pode-se chegar há conclusões de existe uma grande dificuldade em se cumprir com seus objetivos e no caso do município em foco de se concluir a sua construção.

A construção de um Plano Diretor Municipal requer entre outras ações, planejamento e estudos acerca da especificidade urbana de cada município, em seus vários aspectos, entretanto, nos retemos a pensar nos aspectos relacionados a moradia e os socioambientais. Como resultado tivemos um cenário histórico de favelas advindas do que nos parece ser lago intrínseco do município devido aos relatos dos sujeitos sociais que habitam a cidade.

Não podemos dizer que o fato de termos relatos de que ocupar faz parte da cultura Jataiense, porque não acreditamos que esse tipo de ação deva ser refletido a partir de movimentos culturais, mas, podemos dizer que essas ocorrências são retrato da ausência de políticas públicas habitacionais que supram essa carência pela moradia, e atualmente pode-se dizer ainda que são reflexo de se aplicar legislação como a REURB enquanto legislação voltada a Regulamentação Fundiária de Interesse Social.

Os caminhos da pesquisa, ou melhor, o que nos moveu para percorrer as favelas de Jataizinho/PR, foi o anseio em compreender em quais contextos essas se deram, e ainda como essas se relacionam e acarretam consequências nas questões socioambientais, considerando também os episódios decorrentes dos períodos de chuvas. Desta forma, foi possível por meio dos estudos realizados, das observações e dos diálogos perceber que os problemas relacionados as temáticas aparecem no município como algo comum, natural devido no caso específico de enchentes

decorrentes de períodos de chuva, não conseguindo perceber pela maior parte da população que trata-se de ausência de planejamento urbano, resultando do crescimento da cidade de forma desorganizada.

No que diz respeito as favelas, essas decorrem devido a carência habitacional do município, sendo verificado que as políticas públicas voltadas as moradias quando ocorrem apresentam problemas, inclusive relacionados a pagamentos, prazo de entrega, como foi socializada por uma das agentes sociais e apresentadas na dissertação.

Quando dizemos ainda que a população parece ter naturalizado as questões relacionadas diretamente as chuvas, pode-se remeter a ausência das vozes que foram apresentadas, porém enquanto moradora e servidora do município há oito anos e comum ouvir dos moradores “Jataizinho sempre foi assim”, como se esses eventos que de fato são fenômenos naturais se naturalizassem a partir do olhar da população. Também é comum ouvirmos relatos de moradores que convivem toda uma vida residindo próximo dos afluentes, como é o caso de uma senhora que reside aos fundos da Vila Frederico próxima do Córrego do Coqueiro que relatou em uma visita feita por meio da Defesa Civil que as águas do córrego chegam praticamente dentro de sua casa e que ela sempre está atenta quando chove. Entretanto na ocasião a moradora não expressou desejo de se mudar, uma vez que ela é proprietária da casa. É valido ressaltar que a rua da referida moradora foi construída de forma irregular sendo fundos da rua onde de fato terminaria a Vila, cuja partes da história de como a apropriação dos lotes ocorreram estão relatados acima, a qual deixou claro que as questões socioambientais estão gritantes não apenas nessa área, mas, em todas as áreas que permeiam os afluentes e ainda se estendendo para as que estão sendo construídas sem planejamento.

No que remete as questões envoltas ao planejamento urbano a princípio Jataizinho/PR se apresentou com crescimento que não fugiram dos parâmetros nacionais, entretanto, o que chama atenção é a frequência com que as favelas acontecem, não apenas em vazios urbanos, mas, em casas inacabadas como foi mencionada por uma das vozes que propicio a construção de nossa pesquisa. O que fica claro é a ausência das políticas habitacionais, ou a sua fragilidade, uma vez que em uma das situações de ocupação parecia não haver orçamento para finalizar as moradias, o que a princípio moveu os proprietários a adentrarem sem terminar, e ainda pelo medo de perderem suas casas para terceiros.

Esse movimento de ocupação irregular na pequena cidade chama atenção ainda para o fato de muitos dos moradores virem de cidades vizinhas, uma vez que principalmente no Bela Vista uma grande parte dos moradores não eram de Jataizinho/PR, esses sujeitos ficavam sabendo do movimento e viam nele a oportunidade de adquirir a casa própria.

Temos ainda situações postas, porém não claramente que dizem respeito a ações de empresários que compraram vários lotes e depois foram vendendo as pessoas fazendo contratos de gaveta de compra e venda sem deixarem claro como estava a situação do terreno, isso se tratando do Bela Vista.

No caso dos lotes do Recanto dos Humildes assim como da ocupação irregular que está se formado a história que aparece envolto a muitas interrogações e que políticas deixaram brechas para que as pessoas ocupassem, porém os moradores não gostam de reproduzir essas falas e também não dizem nomes, provavelmente para manter o anonimato de quem deu “essa dica”.

Todo o processo de produções dessas favelas tem em sua construção histórias ainda que remetem a dificuldade, medo, oportunismo e ao mesmo tempo sentimento de gratidão de que todo esse processo valeu a pena. Visto essa diversidade de sentimentos é possível perceber como é importante adquirir o direito a casa própria, principalmente para as classes baixas, considerando o valor do imóvel, visto que estamos tratando de áreas que não despertam interesse em grandes empreiteiras, apesar de sempre existir os oportunistas capitalistas.

Essas áreas atualmente vistas como Zonas Especiais de Interesse Social despertam olhares incluídos no novo PDM para que essas áreas sejam reestruturadas e se apresentem em condições dignas para serem habitadas, proporcionando as famílias que ali estão infraestrutura adequada, saneamento básico e para as áreas passíveis de construções futuras que essas possam estar legalizadas para receberem projetos e realizarem obras cuja as unidades habitacionais estejam adequadas, para sanar com as moradias que podem ser vistas atualmente.

Considerando tanto a importância quanto a complexidade de um Plano Diretor Municipal esse deve ser construído em coerência com as necessidades de cada cidade com base do Estatuto das Cidades, e dada sua magnitude para o planejamento urbano muitas empresas se especializaram nesta construção, porém alguns municípios fazem com suas próprias equipes técnicas o que ocorreu no caso de Jataizinho/PR que vem tentando o fazer desde a Gestão anterior

É importante ressaltar que os esforços das equipes técnicas de ambas a Gestões são visíveis pois tem tentado dentro de suas possibilidades teóricas e técnicas construir um PDM que possibilite ser de fato um instrumento norteador do planejamento urbano e que de soluções aos problemas da cidade.

Comparando os PDM de Jataizinho percebemos que a última versão em construção contém muitos mais objetivos a serem alcançados do que o anterior, os quais devem ser viabilizados pela gestão, e essa uma questão que pode ser pontuado como um desafio ao município uma vez que foi evidenciado que muitos já previstos não foram atingidos alguns parecem até mesmo estarem esquecidos ou seguem se repetindo a exemplo do desvelamento da Vila Pavão, que para nossa análise está posta como algo que de fato não se concretizará pois nos apresenta enquanto uma ação que não se aplica ao bairro se considerarmos a essência do que significaria o desfavelamento. Agora se essa ideia perpassar questões, sociais e garantias de infraestrutura aí podemos considerar como algo possível e necessário a população do bairro.

Dado o tempo de construção e todas as aparentes dificuldades inclusive as relacionadas aos âmbitos políticos tratando de politicagem para alguns a construção do PDM assim como o plano de uso e ocupação do solo que o incorpora e o momento de pensar em possíveis vantagens no tange questões que envolvem o mercado imobiliário pensando no solo urbano enquanto produto do capitalismo e logo de renda. Nessa perspectiva a ideia de pensar as questões que abrangem, sobretudo, problemas relacionados à população vulnerável cai por terra, esses deixam de ser os protagonistas para ficarem em segundo, terceiro, último plano nas prioridades que devem legalmente abarcar o PDM.

Quando pensamos na situação de vulnerabilidade da população de Jataizinho/PR temos em evidências as que residem em nossas áreas de estudo, e uma grande parte que realizaram suas construções em áreas que margeiam os afluentes do Rio Tibagi, com exceção para as áreas de chácaras, os quais são destinadas ao lazer e tratam-se de imóveis vultuosos. Atrelando essa população as questões socioambientais em dados períodos é comum observar que alguns políticos se aproveitam dessas pessoas para fazerem suas propostas políticas. Em épocas de chuvas as famílias atingidas recebem cestas básicas, colchões de alguns populares que passaram a câmara dos vereadores ou que estão nelas, no caso do Bela Vista e do Recanto dos Humildes o discurso é que esses irão garantir que o executivo de

condições de saneamento básico, quando atualmente não conseguem nem esvaziar as fossas sépticas.

Percebemos também no decorrer da pesquisa que uma grande parte dos que apresentaram interesse em ajudar esses bairros não sabiam que caminho seguir, não possuía conhecimentos para compreender os caminhos e toda complexidade jurídica e que abarcam questão legais infinitas, e muitos fazem e fizeram uso desses fatores para apontar o executivo como sendo esse o único responsável pelos problemas que se apresentam. No que se trata de ações da prefeitura municipal, percebemos sim, que as vezes falta o que chamamos de boa vontade, sobretudo, para questões emergentes, porém a justificativa para muitas das ações não concluídas, sobretudo, no Bela Vista permeia questão legal de não ser ainda municipalizada, porém os serviços mínimos ocorrem.

Contudo, encerra-se a pesquisa, após praticamente dois anos acompanhando os movimentos de construção do PDM e as angustias da equipe técnica de abarcarem de forma que viabilize resolver os problemas atuais e pensarem em um planejamento urbano que garanta a população no que tange os objetivos da pesquisa, condições de moradia, e que esses não se associem a problemas socioambientais uma vez que são visíveis o desrespeito ou a ignorância dos sujeitos que buscam por moradias de forma precária. Vimos que historicamente nos seres humanos buscamos por moradias, locais seguros para protegermos a nós e nossas família, entretanto, com o crescimento urbano e populacional os agentes produtores do espaço parecem não se atentarem as questões básicas de segurança, onde qualquer área independente das condições passa a ser uma possibilidade de moradia.

Em Jataizinho/PR a produção do espaço urbano nas últimas décadas se apresentou, portanto, de forma desordenada sem nenhum planejamento ou previsão de órgão competente, apenas foram construídos independente dos problemas e condições, viu-se a oportunidade de terem suas casas e essa moveu esses agentes produtores do espaço a ocuparem de forma irregular, porém não menos digna, isso se tratando de pessoas humildes, daqueles que realmente precisam estar ali, daqueles que viram suas possibilidades esgotadas. Entretanto, por outro lado, promotores imobiliários têm lucrado com a construção de habitação social e o estado tem atuado no sentido de viabilizar todo esse processo, atendendo assim os anseios desse grupo e ao mesmo tempo, equilibrando a demanda por casas na cidade e reforçando a moradia dos trabalhadores em porções da periferia da cidade ao

promover conjuntos habitacionais na área periférica.

No caso do Recanto dos Humildes o caminho percorrido está praticamente concretizado, os moradores estão pagando e em breve terão a área mapeada e com toda infraestrutura pronta, isso se desconsiderarmos que a nascente e a área de várzea serão ferozmente devoradas pelas futuras construções sem nenhum respeito ao meio ambiente e desconsiderando possíveis problemas futuros.

Nas visitas, entrevistas e em todos os diálogos foi possível vivenciar as histórias as dificuldades e claro a superação daqueles que viram nessas áreas possibilidade de saírem do aluguel. Vimos como esses agentes produtores do espaço pertencentes ao grupo de excluídos, de fato em alguns casos, construíram suas casas com o próprio suor, da forma como foi possível, e, muitos ainda inacabados, porém para esses não faltam forças para seguirem em frente mesmo pela dificuldade.

Os problemas relacionados a moradia em Jataizinho/PR sem nenhuma dúvida refletem a carência de políticas públicas habitacionais, e a consequência se apresentaram na forma de favelas que logo são responsabilidade do poder público, que de um jeito ou de outro devem pensarem ações e resolverem os problemas que se apresentam, por isso mais uma vez reforçamos a importância do PDM, porém também compreendemos que de nada adianta um plano diretor um projeto de regulamentação fundiária se não houver interesse dos gestores em executá-las.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. **A Especialização industrial metalmeccânica e transformações espaciais em Assaí-PR**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

ALONSO, A. P.. Jataizinho: Cidade Histórica – Portal de Colonização do Norte do Paraná. **70 anos Revista Histórica**: pioneiros, história e atualidades. Jataizinho, 2017.

ANEAS DE CASTRO, S. D. Riesgos y peligros: una visión desde lá Geografía. **Scripta Nova: Revista Eletrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, n.60, 15 de mar. 2000.

BELL, D.; JAYNE, M. Small Cities? Towards a research agenda. **International Journal of Urban and Regional Research**, Oxford, v.33, n.3, p. 683-699, 2009.

BRAGA, Júlia de Oliveira. **Alagamentos e Inundações em Áreas Urbanas**: Estudo de caso na cidade de Santa Maria – DF. Monografia de Graduação. Universidade de Brasília. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Brasília, 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/19267/1/2016_JuliaOliveiraBraga.pdf. Acesso em janeiro de 2023.

BRAGUETO, C. R. **O Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina**: Sua Constituição e Dinâmica Industrial. Tese (Doutorado em Geografia) –Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo,2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2020.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. **Instrução Normativa Nº 2**, Diário Oficial da União, ed. 245, seção 1, p. 60. 2016.

BROIETTI, M. H. **O bóia-fria e a (de)formação do espaço agrário de Florestópolis-PR**. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

BURTON, I.; KATES, R. W. & WHITE, G. F. **The environment as hazard**. New York: Oxford University, 1978. 240p.

CASAGRANDE A. Juliane; CALVENTE. **A indústria cerâmica em Jataizinho**. In: Turismo em pequenos municípios: Jataizinho – PR. Maria Del Carmem Calvante; Martha Augusta Gonçalves (Org.). Edições Humanidades, Londrina 2004. Disponível

em: <http://www.uel.br/projetos/ternopar/pages/arquivos/livro%20Jataizinho.pdf>. Acesso em março de 2022.

CASTRO, C. M.; PEIXOTO, M. N. O., RIO, G. A. P. **Riscos Ambientais e Geografia**: Conceituações, Abordagens e Escalas. Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ, Vol. 28 - 2 / 2005, p. 11-30.

CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 187-204.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A Produção do Espaço Urbano**: agentes e processos, escapas e desafios. 1 ed. 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 30, 2011, p. 5-12.

CÔRREA, R. L. **O espaço Urbano**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2005.

CÔRREA, R. L. A organização Regional do Espaço Brasileiro. In: CÔRREA, R. L. (org). **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 3ª ed. p. 197-210.

COSTA, Sandra Maria Fonseca da. Et.al. **Crescimento Urbano e Ocupação de Várzea em Pequenas Cidades da Amazônia**: uma discussão premente. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/19094/pdf>. Acesso em fevereiro de 2023.

COBRADE, **Classificação e Codificação Brasileira de Desastres**. Disponível em: <http://www.defesacivil.rj.gov.br/images/formularios/COBRADE.pdf>. Acesso em janeiro de 2023.

CUNHA, F. A. da. Regiões Metropolitanas Paranaenses: Descompasso entre institucionalidade e a necessidade de uma reforma institucional. **Revista Paranaense de desenvolvimento**. Curitiba, v.35, n.127, p.181-203, jul./dez. 2014.

DAGNINO, R. S.; CARPI JÚNIOR, S. Risco ambiental: conceitos e aplicações. **Climatologia e Estudos da Paisagem**. Rio Claro - Vol.2 - n.2 - julho/dezembro/2007, p. 50.

DIAS, M. E. D. **A pequena cidade de Alvorada do Sul-PR**: uma discussão a partir do agronegócio e do lazer. 2014, 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia). Departamento de Geociências, Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina/PR, 2014.

ENDLICH, Ângela Maria; ROCHA, Márcio Mendes. (Org.) **Pequenas Cidades e desenvolvimento Local**. Maringá. PGE, 2009.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente: [s.n.], 2006. 505 p.

ENDLICH, A. M. O estudo das pequenas cidades e os desafios conceituais: áreas de comparabilidade e complexidade. **Hoelas**, n. 15, p. 149-165, 2011.

FERNANDES, P. H. C. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**. Barra do Garças-MT. V 8, n.1, p. 13 - 31. Janeiro/Junho 2018.

FERNANDES, P. H. C. **Um espectro ronda as pequenas cidades: o aumento da violência e da insegurança objetiva**. 2017. 525 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, Maringá (PR), 2017.

FERNANDES, P. H. C. **Sociabilidade e sentimento de insegurança urbana em pequenas cidades: o Norte do Paraná**. 2012. 262 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2012.

FRESCA, T. M. **A dinâmica funcional da rede urbana do oeste paulista: estudo de casos: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista**. 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 1990.

FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator** - número especial, dez. p. 75 a 81. 2010.

FRESCA, T. M. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de geografia. **Geografia, Londrina**, v. 10, n.1, p. 27-34, jan./jun. 2001.

FRANÇA, V de. O rio Tibagi no contexto hidrogeográfico paranaense. In: MEDRI, Moacyr E., et al. (Ed). **A Bacia do Rio Tibagi**. Londrina: EDUEL, 2002, p.45-61.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo. Editora Atlas S.A, 2012.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOGAN, D.; CUNHA, J.; CARMO, R.; OLIVEIRA, A. Urbanização e vulnerabilidades sócio-ambientais diferenciadas: o caso de Campinas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2000.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/resultados_do_censo2010.php> acesso em: 12 fev. de 2020;

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em 12 fevereiro de 2020.

Instituto Água e Saneamento. Jataizinho/PR. Disponível em: <https://www.aguaesaneamento.org.br/>. Acesso em Janeiro de 2023.

JATAIZINHO, Prefeitura Municipal. **Jataizinho**. 2019. Disponível em: <http://www.jataizinho.pr.gov.br/>. Acesso em outubro de 2019.

JATAIZINHO, **Plano Diretor Municipal de Jataizinho 2006-2007**. Disponível em: <http://www.jataizinho.pr.gov.br/>. Acesso em outubro de 2019.

JATAIZINHO, **Minuta Plano Diretor Municipal 2023**. Disponibilizado por: Departamento de Agricultura e Meio Ambiente, janeiro de 2023.

JATAIZINHO, **Plano Local de Habitação e Interesse Social, 2012**. Disponível em: <http://www.jataizinho.pr.gov.br/>. Acesso em outubro de 2019.

JATAIZINHO, **Plano Local de Saneamento Básico, 2018**. Disponível em: <http://www.jataizinho.pr.gov.br/>. Acesso em outubro de 2019.

JATAIZINHO, **Ata Reunião Comissão Plano Diretor Municipal de 30 de outubro de 2019**. Disponibilizada por: Gestão 2017-2019.

JATAIZINHO, **Ata Reunião Comissão Plano Diretor Municipal de 08 de novembro de 2019**. Disponibilizada por: Gestão 2017-2019.

JATAIZINHO, **Ata Reunião Comissão Plano Diretor Municipal de 13 de novembro de 2019**. Disponibilizada por: Gestão 2017-2019.

Jataizinho na Região Metropolitana de Londrina - PR. 2017.191p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR, 2017.
JONES, D. Environmental hazards in the 1990s: problems, paradigms and prospects. **Geography**, v.78, n.2, p.161-165, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4 Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006.

MAIOR, Mônica Maria Souto; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **Avaliação Das Metodologias Brasileiras De Vulnerabilidade Socioambiental Como Decorrente Da Problemática Urbana No Brasil**. Junho, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/S3Y8p5Mq3K5kcZqSdbNhJ4F/?lang=pt>. Acesso em Janeiro de 2023.

MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D.J. Natural hazards: o estudo geográfico dos riscos e perigos. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, ANPPAS, v. 7, n. 2, p. 95-109, jul./dez. 2004.

MILETI, D. **Disasters by Design**: a reassessment of natural hazards in the United States. Washington, D.C. Joseph Henry Press. 1999. 351 p.

MELO, N. A. e SOARES, B. R. Pequenas cidades: seus atributos, dilemas e cotidiano no contexto espacial da microrregião geográfica de Catalão – GO, In: **Anais [...]**. XII Encontro de Geógrafos da América Latina, Montevideo. 2009.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLANDA, E. R. As pequenas cidades e o vislumbre do urbano pouco conhecido pela geografia. **Ateliê Geográfico**, Goiânia – GO, v.2 n.2, agos., p. 83-191, 2008.

OLIVEIRA, B. S. e SOARES, B. R. Cidade locais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba/MG: algumas considerações. **Caminhos da Geografia**, 3(5), p.52-72, 2002.

OLIVEIRA, F. de S. **A inserção das pequenas cidades de Sertãozinho e Jataizinho na região metropolitana de Londrina-PR**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/41216506/A_inser%C3%A7%C3%A3o_das_pequenas_cidades_de_Sert%C3%A3polis_e_Jataizinho_na_regi%C3%A3o_metropolitana_de_Londrina_PR_The_insertion_of_the_small_cities_of_Sert%C3%A3polis_and_Jataizinho_in_the_Metropolitan_Region_of_Londrina_Autor_F%C3%A1bio_de_Souza_Oliveira. Acesso em março de 2022.

PALM, R. **Natural hazards**: An integrative framework for research and planning. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 1990.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

REBELO, F. **Riscos naturais e ação antrópica**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2003.

REURB: **Regularização Fundiária Urbana e Lei nº13465, de 2017**. Ministério das

Cidades. Elaboração Da Cartilha: Francisco Filomeno De Abreu Neto; José Cristiano Rilling Da Nova Cruz; Nathan Belcavello De Oliveira; Roberta Pereira Da Silva, 2017.

ROLNIK, R. **O que é Cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

STIER, K. K. **Contribuição aos estudos das transformações agrárias ocorridas na ocupação do espaço em Jataizinho**. São Paulo, 1980. Dissertação (Mestrado)-Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.

SILVA, V. de P. da. O bairro na pequena cidade: para além da identidade, o conflito. Universidade Federal de Uberlândia (UFU), MG, Brasil. **Geo UERJ**, E-ISSN 1981-9021. 2016.

SILVA, G. V. ; VIEIRA, Júlia. . Ocupação Jardim Bela Vista: a construção popular e a extensão universitária.. In: II Congresso Direito Vivo, 2017, Londrina. **Anais [...]** II Congresso Direito Vivo. Londrina: UEL, 2017. p. 414-427.

SILVA, PFJ. Cidades pequenas e indústria no estado de São Paulo. In: SPOSITO, ES., org. **Medidas antidumping e política doméstica: o caso da citricultura estadunidense** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 265-301. ISBN 978-85-68334-66-9. Available from SciELO Books. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/6y9nc/pdf/sposito-9788568334669-09.pdf>. Acesso em dezembro de 2022.

SANTOS, K. O. **Serviços quaternários na Região Metropolitana de Londrina: uma análise do período de 1990 – 2015**. 2018, 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia). Departamento de Geociências, Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina/PR, Londrina/PR, 2018.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópoles: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. Editora de Humanismo, Ciências e Tecnologias HUCITEC Ltda. São Paulo, Brasil, 1993.

SOARES, B. R. Cidade e metrópole: notas de um debate. In: **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 81-86.

SOOTO, Debora. **Fontes de Custeio da Reurb: o papel dos municípios**. In: REURB Regularização Fundiária Urbana: aspectos teóricos e práticos. Coletânea de Artigos. Org: André Dickstein, Sílvia Cappelli, Paulo Locatelli e Alexandre Gaio. Rio de Janeiro, RJ: MPRJ, IERBB, ABRAMPA, MPSC, 2021. 164 f.

SOUZA, M. A. **A territorialização do agronegócio canavieiro no norte do Paraná: estudo de caso**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina. 2008.

SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, Rio Claro, v. 35, n.1, p.51-62, jan./abr. 2010.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. núcleos urbanos na história da revolução industrial e urbanização moderna: para onde? Geografia Contexto. 1991. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1415/capitalismo_e_urbanizacao____maria_encarnacao_beltrao_sposito__pdf_rev.pdf. Acesso em Dezembro de 2022.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VEYRET, Y. **Os riscos**: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2007.

VEIGA, L. A. **Jaguapitã-PR**: pequena cidade da rede urbana norte paranaense especializada na produção industrial de mesas para bilhar. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Meio Ambiente e desenvolvimento), Universidade Estadual de Londrina. Londrina – PR, 2007.

VIEIRA, S. G. As cidades do Prata: apontamentos para a análise de formação territorial e urbana do extremo sul do Brasil. **Terra Brasilis (Nova Série)**[Online], 2, 2013. Acesso em 02 março 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/795>

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago/dez. 2014

WHITE, G. F.; CALEF, W. C.; HUDSON, J. W.; MAYER, H. M.; SHEAFFER, J. R.; VOLK, D. J.; Changes in urban occupance of flood plains in the United States. University of Chicago, Departamente of Geography. **Researcher Paper 57**, Chicago, 1958, 235 p.